

cadernos do

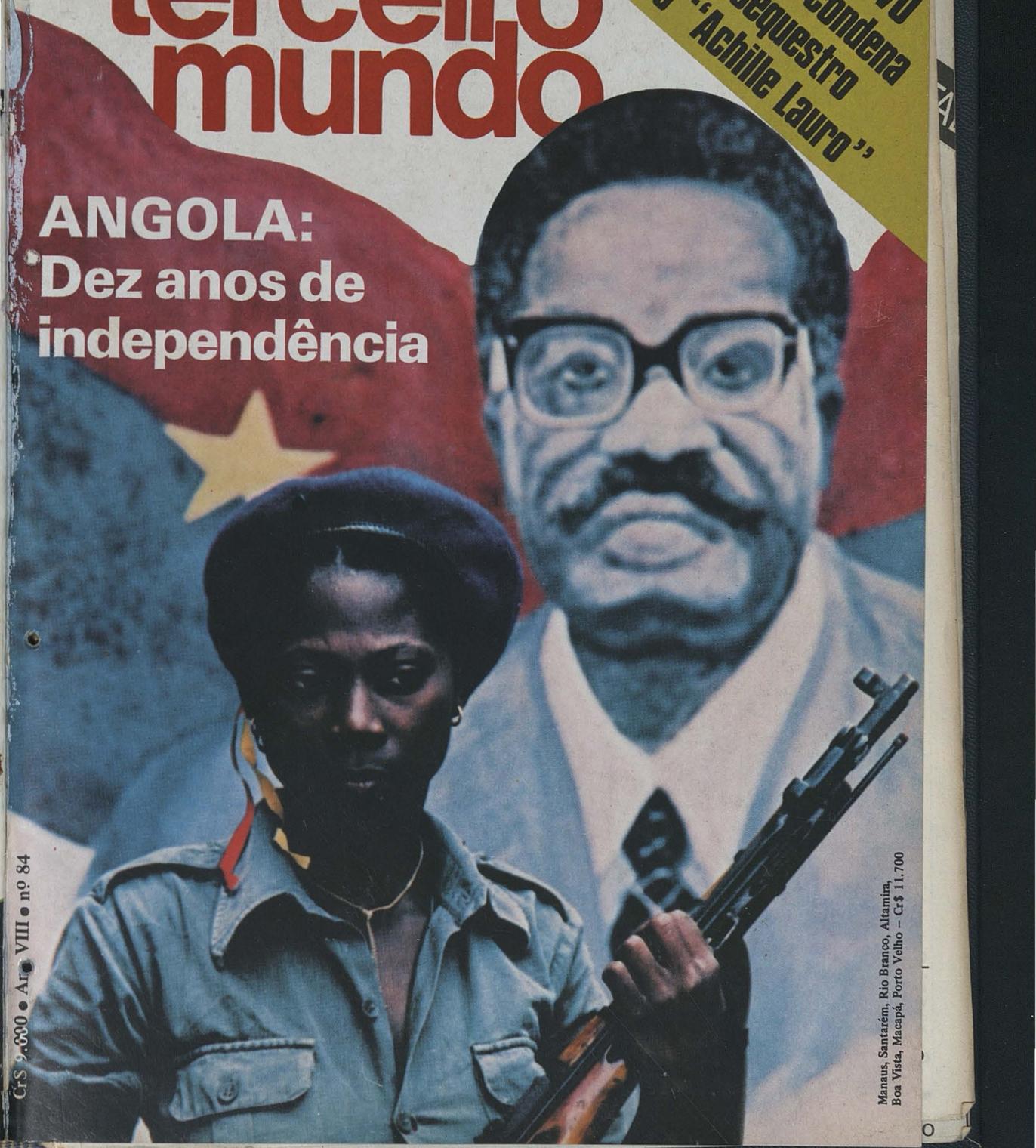
terceiro mundo

EXCLUSIVO
Arafat condena
o sequestro
do "Achille Lauro"

ANGOLA:
Dez anos de
independência

Cr\$ 2.630 • An. VIII • nº 84

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 1.1.700



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Um número muito especial...

A independência de Angola é a história dos *cadernos do terceiro mundo* estão muito ligadas. No dia 11 de novembro de 1975 nascia a República Popular de Angola e na festa — comemorada em meio à artilharia inimiga e com grande parte do país invadido pelo exército de Mobutu e pelas tropas sul-africanas — a nossa revista, então com menos de um ano de vida, era convidada especial do MPLA. Era a única publicação editada na América Latina representada a convite do novo governo, que na época tinha mais de movimento de libertação do que de poder de um Estado soberano.

Com a independência de Angola e Moçambique fomos motivados a lançar uma edição para a África, com o que nos transformávamos realmente numa publicação do Terceiro Mundo para o Terceiro Mundo.

Dez anos é muita coisa em termos das nossas vidas, porém pouco ou nada na história dos povos. Hoje, dez anos depois, o governo angolano está fortalecido pela dura experiência de uma década de guerra e pela coerência demonstrada na superação de tantos desafios. *cadernos do terceiro mundo* também se fortaleceu, cresceu, adquiriu um nome e reconhecimento internacionais. Acreditamos também ter sido coerentes com os objetivos que nos propusemos há mais de uma década.

Por isso, para toda a equipe de *cadernos* — do México a Lisboa, do Rio de Janeiro a Luanda, de Montevidéu a Maputo — é uma grande alegria apresentar aos nossos leitores este número, mais um, porém tão especial para nós, dedicado aos dez anos de independência de Angola.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio
(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro
Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista Mensal nº 84

Novembro - 1985

Preço de capa: Cr\$ 9.000

Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

Coordenador de Produção

Jose Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bordini, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques, Cristina Canoura, Eduardo Varela, Raul Gonçalves, Artur Poemer

Departamento de Arte:

Sonia Freitas (editor), Miguel Efe, Vanda Freitas

Produção Gráfica: Samaral

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza, Helena Felício (Brasil), Cristina Assis (Portugal), Sybille Flaschka (México)

Composição:

Ronaldo Fonseca e João de Abreu

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincot, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Werneck de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Mariantoni, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserrat Filho, Herbert de Souza, Theotonio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Maira, Roger Rumrill, David Fig, A.W. Singham, Alex Mashinini, Laurine Platsky, Ana María Urbina, Ligia Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Gndvia Kuncar, Hugo Neves, Otoniel Martínez, Deborah Huttington, Alan Nairn, Rodrigo Jaubert, Ezequiel Dias, Alice Nicolau, João Melo, Mia Couto, Luis Moita, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards, Claude Alvares, Carlos Núñez, Pablo Marín, Mario de Cautín, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Equador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá

Nicarágua: Arqueles Morales

Apartado 576 - Manágua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerchild, Maputo

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzania), WAPA (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

EDIÇÕES REGIONAIS

Edições em português

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabrava Filho

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Sena - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799

Tel.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro,

RJ - Telef: 242.1957 - Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE,

GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-50

Telex: 42720 CTM-TE-P

Edições em espanhol

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguillar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bordini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Impresso em:

Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922, México, DF

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef: 689-1740 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Gerônimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belice City. **BÉLGICA:** SEUL, Bruxelas. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Coop-Books Shop, Winnipeg. **COLÔMBIA:** Guillermo Segovia Mora, Bogotá. **COSTA RICA:** Centro Popular de Educación "Vecinos", San José. **EQUADOR:** DINACUR, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. **EL QUIJOTE**, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Praise News Agency, Chicago, Ill. **Bread and Rose**, San José, CA. **Modern Times**, San Francisco, CA. **Grass Roots Events**, San Diego, CA. **Book Center**, San Francisco, CA. **Librería del Pueblo**, New Orleans, LA. **New World Resource Center**, Chicago, Ill. **Food for Thought**, Amherst, MA. **Dinkytown News**, Minneapolis, MN. **Red and Black**, Washington, DC. **Bookworks**, San Francisco, CA. **FRANÇA:** L'Harmattan Libraire Center, Paris. **Ekinos**, Biarritz. **GRÃ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdã. **HONDURAS:** Roberto Sosa, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Roma. **MÉXICO:** Mais de 100 livrarias em todo país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. **NICARÁGUA:** Imelsa, Manágua. **PANAMÁ:** Ediciones C.C.S., Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná, 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Djimral, Rua Joaquim António de Aguiar, 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librería Paliques, Ponce. **La Tertulia**, R/ó Piedras. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Fondo Editorial, São Domingos. **CEDEC**, São Domingos. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con-Vertrieb, Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Librería Latino-americana, Estocolmo. **URUGUAI:** Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevideo. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas S.A., Caracas.

PROMOÇÃO DE NATAL

**"Cadernos".
Presente por um ano
que vale prá toda a vida.
Principalmente para os amigos
de "cuca" e de coração.**

Leia com atenção e faça seu pedido.

| Nº de assinaturas | PAGTO. À VISTA | | PAGTO. PARCELADO — 3 parcelas mensais — | | |
|-------------------|-------------------------|--------------------|--|----------------------------------|-----------------------------------|
| | cada assinatura sai por | um pagto. total de | cada parcela por assinatura corresponde a | cada parcela da promoção será de | valor total da promoção parcelada |
| | Cr\$ | Cr\$ | Cr\$ | Cr\$ | Cr\$ |
| 1 | 85.000 | 85.000 | 33.000 | 33.000 | 99.000 |
| 2 | 80.000 | 160.000 | 31.000 | 62.000 | 186.000 |
| 3 | 70.000 | 210.000 | 27.000 | 81.000 | 243.000 |
| 4 | 60.000 | 240.000 | 23.000 | 92.000 | 276.000 |

IMPORTANTE: — Para o caso de pagamento parcelado a 1ª parcela deve ser enviada juntamente com o cupom do pedido (no verso). As demais parcelas serão cobradas por banco.

— Caso esteja utilizando esta Promoção de Natal como forma de baratear o custo da assinatura entre você e mais alguns amigos assinale no campo do remetente (no verso) a fim de que a cobrança bancária, se houver parcelamento, seja remetida para cada assinante.

Cupom no verso

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: Estado: CEP:
Tel.: Profissão:

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: Estado: CEP:
Tel.: Profissão:

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: Estado: CEP:
Tel.: Profissão:

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: Estado: CEP:
Tel.: Profissão:

- REMETENTE** Assinale: () estou solicitando as assinaturas acima como assinaturas-presente. Portanto, no caso de parcelamento, as cobranças são de minha responsabilidade.
- () estou utilizando a Promoção de Natal para baratear o custo com alguns amigos. No caso de parcelamento, as cobranças são da responsabilidade de cada um.

Segundo minha opção e de acordo com a tabela de preços da Promoção de Natal, estou remetendo, juntamente com este cupom, a importância que corresponde ao pagamento à vista ou à 1ª parcela, por cheque nominal ou vale postal-ag. central à Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória 122, grupos 104 a 106, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20241 – Tel.: 242-1957 (021).

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: Estado: Cep:
Tel.:

.....
Assinatura do Remetente

6 **Cartas**

8 **Panorama Tricontinental**

11 **Editorial** – *Angola: parece que foi ontem*, Neiva Moreira

13 **Matéria de capa** – *Angola: Dez anos de luta*, Carlos Castilho, enviado especial

14 Um jovem país adulto

20 O novo modelo agrícola, entrevista com o vice-ministro da Agricultura Antonio Russo

24 O 2º Congresso do MPLA-PT

26 Angola e o mundo

34 Ngiva: a cidade sem telhados

42 O reencontro com os velhos

África

47 **Tanzânia**: Mudanças na cúpula, *Anaclet Rwegayura*

49 **Nigéria**: O golpe e o FMI, *Oje Orié*

Oriente Médio

52 **Palestina**: “A política norte-americana tem duas faces”, entrevista exclusiva com o líder da OLP Yasser Arafat, *Alberto B. Mariantoni*

América Latina

56 **El Salvador**: Duarte na corda bamba, *Jaime Gutiérrez*

62 **Panamá**: Delvalle e o PRD definem uma mudança de rumo

Economia

67 O petróleo à deriva, *Pablo Piacentini*

71 Novas táticas para a mesma política

74 Notas

Opinião

75 O Norte e o Sul, *Mario Benedetti*

Comunicação

79 O papel da imprensa na revolução, *Etevaldo Hipólito*

81 Notas de Cultura

82 **Revistas do 3º Mundo**

83 **Livros do 3º Mundo**

85 **Especial** – *Campuchea: Do genocídio à esperança*, Carlos Pinto Santos, enviado especial

86 O árduo caminho da paz

90 A nação khmer renasceu das cinzas

93 O Auschwitz de Pol Pot

96 **Humor**



Arafat condena sequestro



Inês Duarte recém-libertada



Campuchea: renascer das cinzas

Clube de Amigos

O Intercâmbio Cultural Pluma está aberto a todos os interessados na troca de selos, moedas, cédulas, cartões postais e outros objetos do Brasil e do exterior. Os sócios recebem boletins com endereços de todos os associados.

C.P. 81. 962 — Resende — RJ
CEP: 27.500 — Brasil

Conhecer a realidade do 3º Mundo

Venho por meio desta parabenizá-los pela altíssima qualidade da melhor revista do Brasil, cadernos do terceiro mundo. Sou um jovem de 18 anos, cursando a 8ª série do 1º grau, e trabalho como auxiliar de escritório. Tive a felicidade de conhecer a revista através da minha professora de geografia (tratava-se do nº 81, que traz na capa uma das pessoas que mais admiro: Fidel Castro). Graças a vocês, nós leitores ficamos sabendo o que se passa na vida de cada país e que não é divulgado pelas agências de notícias das grandes potências.

Marcelo M. de Carvalho — Caxias do Sul — RS — Brasil

Em defesa do meio-ambiente

Depois de um longo tempo afastado da leitura de cadernos, por motivo de outros afazeres que tomaram todo o meu tempo, volto à leitura de quem, como um mestre, ensinou-me a analisar os fatos com senso crítico e independência de opinião.

Vivemos num país em que os maiores abusos são cometidos, veladamente, contra o ser humano e, às claras e com total insensatez, contra a natureza. São raros os dias em que os meios de comunicação não publicam alguma matéria sobre o descaso com o nosso meio-ambiente. Vemos, de mãos atadas, navios petroleiros de bandeira estrangeira derramarem, impunemente, petróleo em nossa costa. Fragatas brasileiras, exterminando nossas tão raras baleias, para transformá-las em óleo lubrificante para aviões e ração para os cachorros de madames.

Cubatão está af, matando crianças inocentes e penetrando na pele de seus habitantes, marcando para sempre uma geração, tal qual a bomba de Hiroshima. Os jacarés já não assistam mais e, no pantanal matogros-

sense, já quase não mais existem. Sua carne é jogada fora e sua pele vai alimentar a vaidade da mulher européia. Em troca dessa vaidade, alteramos, ou melhor, destruímos, o equilíbrio do meio-ambiente. (...)

(...) Mais recentemente, ocorreu outro desastre ecológico em Mato Grosso. E, novamente, no Rio Grande do Sul, descobriu-se que a ração que alimentava os frangos num aviário estava contaminada com organoclorados (na Europa e nos Estados Unidos isso é um palavrão!). Resultado: todos os frangos tiveram que ser sacrificados e a produção de ovos foi destruída. Em tempo: a ração provinha de uma multinacional. Deus nos livre da usina atômica!

Isso tudo são fatos do nosso cotidiano, que qualquer pessoa, em sã consciência, condena. Não é necessário ser ecologista declarado para penalizar-se e assumir uma posição crítica. Gostaria aqui de citar nomes de pessoas e entidades que tenho na mais alta estima por lutarem sem tréguas contra os poderosos interesses das multinacionais da química agrícola e contra todos os que, de uma forma ou de outra, agredem a fauna e a flora de nosso país. São eles: deputados Ivo Vanderlinde (Gab. 317 — anexo IV — Câmara dos Deputados — 70160 — Brasília); José Lutzenberger — presidente da Agapan (rua General João Telles, 524 — Porto Alegre — RS); Arpa (Associação Rio-grandense de Proteção aos Animais — Rua Prof. Freitas de Castro, 172 — Porto Alegre — RS); dr Gert Roland Fischer — Aprema — SC (Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio-Ambiente de Santa Catarina — C.P. 947 — Joinville — SC). São pessoas e entidades que merecem nossa admiração e estima pois, no caso da Agapam, nem sede própria possui, por falta de recursos. Ficaria feliz e, tenho certeza, eles também ficariam, se outras pessoas que estão sensibilizadas com a problemática da ecologia entrassem em contato com eles, seja para ajudá-los ou apenas para trocar idéias.

De fato, é hora de contestarmos a frase que Charles De Gaulle disse certa vez: "Este não é um país sério..." Penso que nesse país existem milhares e milhares de pessoas sérias e bem-intencionadas, como as citadas acima. O segredo está em colocar a pessoa certa no lugar certo.

João Carlos Pinzetta — Casca — RS — Brasil

A Década da Mulher (1)

Mais uma vez vos escrevo. Desta vez para elogiar tão importante e tão boa reportagem. Há muito tempo as mulheres precisavam que alguma revista de cobertura internacional dedicasse um número sobre os principais problemas que elas enfrentam. Essa reportagem é muito importante pois é de valor sócio-histórico, visto focalizar vários aspectos da vida da mulher terceiro-mundista, aquela que é a maior vítima da discriminação, da exploração, da fome, do desemprego, dos maus-tratos do marido, etc..

Henrique da Mata — Luanda — Angola

A Década da Mulher (2)

(...) Fiquei emocionado depois de ter lido o número dedicado à Década da Mulher. Muitas foram as passagens admiráveis de diferentes líderes revolucionárias. No entanto, o que mais me encantou foram passagens da entrevista com Hebe Bonafini, líder das Mães da Praça de Maio, da Argentina.

Ernesto da Silva Marcolino — Benguela — Angola

A Década da Mulher (3)

Fiquei profundamente grata pela matéria sobre a "Década da Mulher". Foi como se vocês tivessem trazido notícias há muito esperadas de irmãs distantes. Distância feita mais provavelmente de silêncio que de espaço...

É animador saber que, apesar da violência, da brutalidade do furor capitalista-imperialista, nossas irmãs sobrevivem e lutam pela liberdade e se redescobrem em uma nova dimensão humana, onde a coragem e a dignidade as colocam no devido lugar na história da humanidade: ao lado do homem também nas lutas pela autodeterminação, pela justiça e pela paz.

O meu mais profundo respeito pelas irmãs do Terceiro Mundo...

Parabéns à equipe de cadernos e à editora Beatriz Bissio (...)

P.S.: Terminei de ler as reportagens sobre a década da mulher emocionada até as lágrimas. Escrevi várias cartas sem coragem de enviar qualquer uma delas, por achá-las sentimentais. Ao ver as cartas sobre a "Década" no nº 82, criei coragem para enviar a minha...

Joivina Teodoro — Brasília — DF

Denunciar a invasão sul-africana a Angola

Tenho acompanhado de perto a vossa revista, que fala essencialmente da luta, paz, desenvolvimento, etc. dos povos da América, África e Ásia. Aqui em Angola, desde o fim de setembro até o momento em que vos escrevo, a população da província de Cuando Cubango está sendo vítima dos ataques dos racistas sul-africanos, que trazem tropas por terra e ar para massacrarem a população camponesa dessa heróica província. Eu, em nome de todo povo angolano, venho alertar sobre mais essa invasão sul-africana.

Agostinho José Neto — Luanda — Angola

Vietnã e o apartheid

Parabéns pelo número de cadernos dedicado ao Vietnã. Mostra claramente os problemas que o país enfrenta e os sacrifícios que esse povo heróico tem feito. Quanto à questão do apartheid, felicito os cadernos pela contribuição que têm

dado à luta mundial pelo fim desse regime inumano.

Quanto ao caso do "Achille Lauro", gostaria de dizer que concordo em parte com a ação norte-americana, pois os palestinos tinham cometido um crime. Mas é bom não esquecer que com isso os norte-americanos demonstraram mais uma vez que pretendem ser os guardiães do mundo, o que a comunidade internacional não pode tolerar. Ainda está na lembrança de todos uma dessas ações policiais no Mediterrâneo, quando os norte-americanos abateram aviões líbios sobre o golfo de Sidra.

Por outro lado, não podemos esquecer que o terrorismo não é apenas árabe. Israel é um Estado terrorista: que ninguém esqueça os massacres de Sabra e Chatila! Mas há outros Estados terroristas. Os próprios Estados Unidos da América (que se querem arvorar em guardiães contra o terrorismo) cometeram ainda recentemente a invasão de Granada e a minagem terrorista dos portos ni-

caraguenses, só para recordar dois casos que provocaram a condenação unânime da comunidade internacional.

Manuel Nunes — Lisboa — Portugal

A execução de Benjamin Moloise

Testemunhamos mais uma execução no regime escravagista da África do Sul. Alega o cínico assassino Botha que o jovem poeta Benjamin Moloise teria matado um policial. Segundo o que circulou na imprensa, fica a dúvida se o jovem poeta realmente tirou a vida do policial. E mesmo assim, não se trataria de um assassinato, pois tanto o poeta quanto os seus companheiros teriam agido em defesa de sua vida e de seus familiares (...).

Solicito a todos enviar correspondência ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil pedindo o rompimento com a África do Sul.

Atalito Batista — São Mateus do Sul — PR — Brasil

Intercâmbio

- **Agostinho J. Sebastião Neto**
C.P. 755 — Luanda — Angola
- **Paulino José Salvador**
C.P. 509 — Luanda — Angola
- **Joanisbel Amorim A. de Oliveira**
Estrada Velha da Pavuna, 4.906 — bl. O/ap. 102 — Inhaúma — Rio de Janeiro — CEP: 20.761 — Brasil
- **Shigeo Okamura**
C.P. 9662 — São Paulo — SP — CEP: 01051 — Brasil
- **Marcelo M. de Carvalho**
Rua José Panceri, 227 — Caxias do Sul — RS — CEP: 95.100 — Brasil
- **Celso Antônio Pereira**
Rua Municipal, 532 — São Paulo — SP — CEP: 03661 — Brasil
- **José Rodrigues Filho**
Praça da Matriz, 337 — Amélia Rodrigues — BA — CEP: 44230 — Brasil
- **Silvana Schumacker Aguilera**
Rua Presidente Vargas, 50 — Olaria — Nova Friburgo — Rio de Janeiro — CEP: 28.600 — Brasil
- **José Manuel Antunes Rodrigues**
Rua Combatentes da Grande Guerra, 22, r/c. — Cacem 2735 — Portugal
- **José Luis Marques**
Rua S. Gens, 2966 — Senhora da Hora — Matosinhos — Porto — Portugal

- **Carlos Alberto da Silva Céras**
C.P. 890 — Benguela — Angola
- **Joana Belinha Paulino Maneca**
C.P. 890 — Benguela — Angola
- **Antônio Moreira (Podre)**
C.P. 890 — Benguela — Angola
- **Nais Cristiana da Silva**
C.P. 890 — Benguela — Angola
- **Mário Domingos Quintino**
Travessa Cabral Moncada, 24 — Luanda — Angola
- **Francisco Tomé L.**
C.P. 1758 — Benguela — Angola
- **Antônio Machado**
C.P. 498 — Benguela — Angola
- **Quitondi Serafim Atlanta**
C.P. 10758 — Luanda — Angola
- **Artur Bastos C. S. Neto**
C.P. 370 — Sumbe — Cuanza Sul — Angola
- **Deolinda L. Raposo**
C.P. 638 — Namibe — Angola
- **Fábio B. Freitas**
Rua Amazonas, 886 — Campos Elíseos — Ribeirão Preto — SP — CEP: 14.080 — Brasil
- **Gino da França**
C.P. 14.199 — Luanda — Angola
- **Esequiel Teixeira Neto**
a/c João Antônio Teixeira — 2º Setor Avião dos C.T.T.A — Estação Postal Central — Luanda — Angola
- **Valquiria Alves Santos**
Rua Antonio José Nurches, 125 —

- Jardim Califórnia — Osasco — SP — CEP: 06.000 — Brasil
- **Luciano Pataca**
C.P. 768 — a/c Mario Jamba — Benguela — Candango — Angola
- **Luís José Caprata**
C.P. 18.784 — Luanda — Angola
- **Elisabeth F. Culiteva ("Betinha")**
C.P. 2054 — Huambo — Angola
- **M. Teixeira de Carvalho (Toyó)**
C.P. 18186 — V. Alice — Luanda — Angola
- **Noé C. Gaspar**
C.P. 1321 — Enatel — Luanda — Angola
- **Rosalina Angela**
a/c João Will — C.P. 31 — Benguela — Angola
- **Bafonda Wa Bafonda Léon**
C.P. 5472 — Luanda — Angola
- **Mário António Manuel**
C.P. 3932 — Luanda — Angola
- **Cristóvão Paulo Dzindua**
Instituto Comercial de Maputo — C.P. 1001 — Maputo — Moçambique
- **Victor Silva**
Operações de Vôo TTA — C.P. 2054 — Maputo — Moçambique
- **Maragique M. Nhica Togarepe**
Construtora do Tâmega, Ltda. C.P. 752 — Beira — Moçambique
- **Mário Domingos Quintino**
Travessa Cabral Moncada, 24 — Luanda — Angola

A imprensa, o novo alvo de Botha

□ "Qualquer semelhança entre Botha e Somoza pode não ser mera coincidência. Quando um regime autoritário e impopular começa a atacar a imprensa, é porque em geral ele está perto do fim". Foi assim que um veterano correspondente inglês classificou a decisão anunciada no final de outubro pelo governo sul-africano de limitar drasticamente a cobertura das equipes estrangeiras de televisão que cobrem desde setembro do ano passado os protestos contra a política do *apartheid*. As restrições postas em prática pelo presidente P. W. Botha se destinam a evitar que as imagens da brutalidade policial nos bairros negros das principais cidades sul-africanas sejam vistas por telespectadores nos Estados Unidos, Europa e no resto do mundo.

Atualmente existem cerca de 120 jornalistas estrangeiros deslocados para a África do Sul para cobrir a crise que já dura mais de um ano e causou a morte de mais de 800 pessoas. Eles estão agora submetidos a um controle ainda mais severo, depois da criação do Birô de Informação, ligado diretamente à presidência executiva e que examina previamente todos os despachos e reportagens enviados ao exterior.

Os mesmos dispositivos se aplicam também contra os jornalistas sul-africanos que já eram obrigados a se submeter a mais de 100 leis diferentes regulando o papel da imprensa no *apartheid*. Dois correspondentes estrangeiros já foram expulsos da África do Sul nos últimos quatro meses e o governo ameaça novas punições em caso de violação das normas baixadas pelo Birô de Informação.

As restrições impostas aos jornalistas estrangeiros provocaram protestos de vários organismos internacionais e deterioraram as já tensas relações entre a imprensa européia e o *apartheid*. Mas na África do Sul a censura e a perseguição aos jornalistas independentes já vêm sendo postas em prática há muito tempo. Desde 1977, estão banidas a União dos Jornalistas Africanos e a Associação dos Trabalhadores da Imprensa. Outros profissionais foram proibidos de exercer atividades jornalísticas como foi o caso de Jubi Maieta, secretário da União dos Jornalistas; Mono Badela, ex-chefe de redação do jornal *Sunday Times*; e Marimutu Suramony, colaborador do *Daily News*. Ainda continuam na sinistra penitenciária de Robben Island, os jornalistas Maffat Zungu

e Tani Mcwanazi, autores de um conhecido trabalho sobre as péssimas condições de trabalho de operários negros contratados por empresas transnacionais instaladas na África do Sul.

Quando a repressão não conseguiu silenciar a imprensa, o governo *afrikaaner* recorreu à corrupção e suborno. Foi o que acabou se tornando público no escândalo Muldergate, em 1978, quando foi divulgado o desvio de quantias milionárias para subornar até uma redação inteira, no jornal *The Citizen*. O escândalo envolvia também jornais e televisões estrangeiras, e acabou provocando a derrubada do governo do primeiro-ministro Voerser, substituído por P.W. Botha.

Ao limitar severamente a cobertura da televisão nos protestos da maioria negra contra o racismo, o governo de Pretória tenta evitar que no exterior ganhem corpo os movimentos a favor de sanções econômicas totais contra o *apartheid*. Os bancos e dezenas de empresas transnacionais já começaram a sentir os efeitos da pressão de grupos anti-racistas na Europa e Estados Unidos e por isso passaram a limitar suas atividades na África do Sul. Foi o bastante para que a situação econômica do regime de Botha se agravasse rapidamente desde maio, obrigando inclusive o país a adotar uma moratória no pagamento da dívida externa avaliada globalmente em torno de 22 bilhões de dólares. As restrições do governo podem reduzir o impacto das imagens da repressão policial no exterior, mas seguramente não reduzirão a intensidade dos protestos que já duram 15 meses.

Para evitar a divulgação no exterior de cenas de violência repressiva, o regime racista implanta a censura à imprensa



O fim das "Repúblicas das Bananas"?

Os oito países latino-americanos que controlam cerca de 55% da produção mundial de bananas adotaram recentemente, em Cartagena, uma posição de apoio à independência das empresas nacionais diante das transnacionais, que dominaram durante décadas a comercialização da fruta.

Reunidos no quarto encontro da União de Países Exportadores de Banana (Upeb), representantes da Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana concordaram quanto à necessidade de se chegar a um novo acordo internacional sobre o produto, que revitalize o de 1974, conhecido como Acordo do Panamá.

O Acordo do Panamá, que entre outras coisas, deu origem à Upeb, está inteiramente superado, conforme declarou Abelardo Carles, diretor executivo dessa organização internacional. Na verdade, seu propósito fora o de frear a queda sistemática do valor real do preço do produto exportado, que, entre 1950 e 1973, tinha perdido entre 50 e 60% de seu poder de compra. Esse objetivo foi atingido mediante o estabelecimento de um imposto sobre esse produto na América Central e de um mecanismo pelo qual se realiza o retorno de divisas na Colômbia.

Uma vez acertado o Acordo do Panamá, as companhias transnacionais iniciaram uma contra-ofensiva para neutralizá-lo. Segundo Abelardo Carles, estas transnacionais realizaram essa operação "utilizando a desinformação sobre a verdadeira capacidade competitiva dos países, ameaçando diretamente os governos com a possibilidade de

reduzir operações e fazendo referências a uma situação de excesso de oferta no mercado".

Com estes procedimentos as corporações conseguiram, pouco a pouco, levar os países produtores a uma espécie de concorrência de estímulos, isenções e modificações do imposto que, "essencialmente a partir de 1980, começaram a reduzir o seu valor ainda em termos nominais", afirma Carles.



Produção de banana: necessidade de novo acordo internacional

O resultado destas pressões foi novamente uma tendência à diminuição da renda dos países produtores por caixa de banana exportada, o que fez voltar à tona a necessidade de se reafirmar os objetivos do Acordo do Panamá, que são o aumento dos preços de exportação e a decisão de atuar coordenadamente em uma frente comum exportadora.

Para conseguir a reafirmação, a Upeb colocou como condição prévia que os países consigam "um domínio efetivo sobre seus interesses na produção". E citou como exemplos o Equador, a

Colômbia e a Nicarágua, países que passaram a fazer a comercialização da fruta através de empresas nacionais e a Costa Rica, que começou a adotar o mesmo comportamento.

O diretor executivo da Upeb afirmou que a produção e a comercialização da banana em mãos de empresas nacionais "são condições necessárias para que os países, com plena propriedade e domínio de sua atividade produtora, possam tomar medidas conjuntas de regularização do mercado".

O acordo internacional, na área de produção da banana,

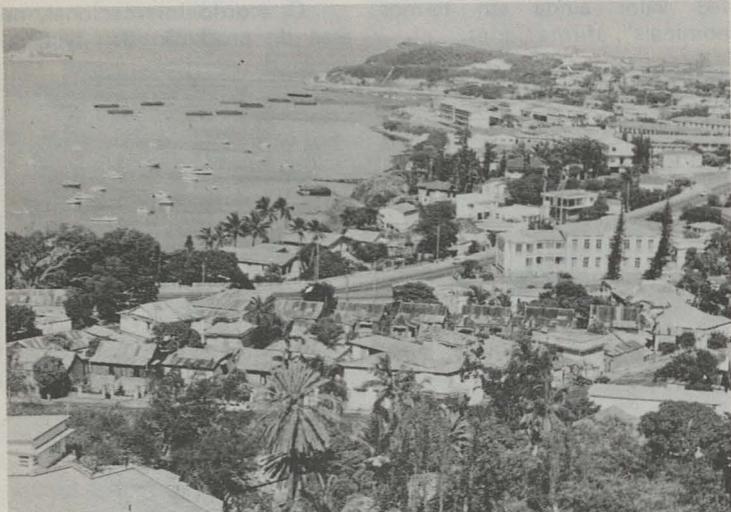
é atualmente preocupação de primeira linha para os produtores colombianos, que no primeiro semestre deste ano sofreram uma queda de 30% de suas exportações, com relação ao mesmo período do ano passado. A banana é o primeiro produto das exportações menores colombianas (as que ficam abaixo do café) e participa com 15% do total geral. Fornece ao país 200 milhões de dólares em divisas e gera cerca de 13.500 empregos diretos. Em 1984, a exportação foi de 45 milhões de caixas, mas deverá baixar, este ano, para 38 milhões.

Nova Caledônia: o movimento pela independência se fortalece

□ As eleições de setembro em Nova Caledônia demonstraram a força do movimento pró-independência. Os resultados oficiais do pleito deram 29 cadeiras no Congresso a ser formado nesse arquipélago aos setores contrários à independência e 17 aos favoráveis a ela. Ainda que pareça um paradoxo, esse resulta-

do configura uma vitória política da Frente de Libertação Nacional Kanak Socialista (FLNKS), o movimento independentista.

A FLNKS, que obteve 28,75% dos votos, controlará a maioria das regiões que formam o território e terá assim sob seu controle o Conselho Executivo (no go-



A FLNKS se afirmou como força eleitoral e demonstrou ter ampla representatividade entre a população melanésia

verno) da Nova Caledônia, onde disporá de três presidentes regionais contra um do Grupo para a "Caledônia na República" (APCR), dos colonos franceses, contrários à independência. Estes últimos se encontram cada vez mais restritos ao núcleo urbano da capital, Numea, onde os canaques representam apenas 20% da população.

Depois de um ano da espetacular explosão da crise na Nova Caledônia, que tirou-a do anonimato para lançá-la com força no panorama das jovens nações do Terceiro Mundo que lutam por sua independência, a FLNKS se afirmou como uma força eleitoral e demonstrou sua ampla representatividade na população melanésia. Ficaram assim desmentidas as versões de porta-vozes neocolonialistas que acusavam a Frente de não passar de um "grupo de agitadores".

Por isso, mesmo que os colonos franceses, contrários à independência, tenham obtido a maioria dos votos que se registraram nas áreas urbanas, e, em consequência, a maioria das cadeiras no Congresso, os observadores consideram que a FLNKS foi a grande vencedora política das eleições e que ela se projeta como a força de maior potencialidade no futuro.

Conselho da Revolução inaugura escola militar em Burkina Faso

Por decisão do Conselho Nacional da Revolução, foi dado o nome de Marien N'Gouabi, grande figura antiimperialista, à antiga escola de cadetes do país. Uma delegação congolês participou da cerimônia de inauguração, em outubro passado, com a presença de dirigentes políticos de Burkina Faso, ex-Alto Volta.

Essa homenagem imortalizou o nome daquele que foi,

durante muito tempo, o guia do povo congolês, mobilizado e organizado através do Partido Congolês do Trabalho, (PCT) e expressa a amizade e fraternidade que une os dois povos. Materializa, ainda, a intenção do Conselho Nacional da Revolução de Burkina Faso de fazer de cada centro educacional um local onde a competência técnica se une à competência política, ou seja, à capacidade de desenvolver soluções adequadas para os problemas do povo.

No início do curso, a capa-

cidade do estabelecimento passará de 500 a 1.500 alunos. Mudando sua vocação inicial e seletiva de formar quadros militares, a escola Marien N'Gouabi se transforma agora em um centro popular aberto a todos os jovens do país.

Desde o advento da revolução democrática e popular, diversos edifícios, ruas e outros locais públicos de Burkina Faso levam o nome de dignos combatentes das causas populares, como Nelson Mandela, Kwame N'Krumah, Patrice Lumumba e Amílcar Cabral.

Angola: parece que foi ontem

Neiva Moreira

Já se vão dez anos da independência de Angola e parece que foi ontem. Todas as pessoas que tiveram o privilégio de viver aquela gesta histórica, dificilmente poderão esquecer os dias e as noites que antecederam à proclamação.

A grande incógnita não era *como* seria realizado o ato, e sim *se* poderia ser efetivado. O país estava invadido pelo norte e pelo sul, Luanda estava sitiada, combatia-se a poucos quilômetros do centro da cidade, a rádio inimiga advertia a população de que se exporia a bombardeios aéreos e de artilharia se comparecesse à festa da independência. Na véspera, com alguns dirigentes do MPLA, inclusive o bravo major Saidi Mingas, percorreramos alguns bairros periféricos transformados em baluartes da resistência. O povo, sobretudo os jovens, se preparava para lutar até o fim e ir ao holocausto se não houvesse outro caminho. A decisão estava tomada: se Luanda caísse, os inimigos a receberiam arrasada. Se Reagan e Pieter Botha tivessem estado conosco naquela noite, não teriam se iludido de que os angolanos seriam um povo fácil de dominar.

Além do que víramos, dos inauditos sacrifícios que o povo estava fazendo para chegar à independência, tínhamos um depoimento do mais alto nível sobre a proclamação. Na casa presidencial de Fudungo de Belas, nos arredores de Luanda, o presidente Agostinho Neto nos dissera, poucos dias antes, numa entrevista exclusiva, que a data seria aquela, na virada de 10 para 11 de novembro, à hora e no local previstos. Nada obrigaria o MPLA a adiar a proclamação da tão esperada independência. E Neto nos disse ainda, tranquilamente: "Vocês (Beatriz Bissio e eu) de certo estarão lá".

Alguns jornalistas não entenderam o porquê daquela impressionante salva de tiros dos jovens combatentes do MPLA, no momento em que o presidente Neto proclamava a independência no Largo Primeiro de Maio naquela inesquecível madrugada de 11 de novembro de 1975. Era a

tensão acumulada em longos anos de sacrifícios, que junto à alegria e emoção daquele momento histórico, explodiram quando o máximo e indiscutível líder do movimento revolucionário, com voz serena e pausada afirmara: "Perante a África e o mundo proclamo, solenemente, a independência de Angola..."

Era uma explosão de júbilo mas também uma advertência de que o povo estava preparado para defender, pelas armas, a sua conquista maior. Hoje, são decorridos dez anos e Angola não apenas se mantém soberana, como o seu povo constrói, em meio a uma agressão incessante, um Estado progressista e igualitário e uma sociedade forjada nos ideais do socialismo e na fidelidade às raízes históricas nacionais e africanas.

Angola é um país rico, produtor de petróleo, diamantes, minério de ferro, café. Tem um povo criativo, que ocupa um vasto território, situado numa privilegiada posição geoestratégica, aberta ao Atlântico. Por isso mesmo e pela fidelidade aos seus princípios, paga o preço de uma guerra que lhe impõe pesados sacrifícios e graves perdas humanas e materiais.

Os sul-africanos têm, pelo menos, três motivos para temer Angola e querer destruir sua revolução:

- a) o exemplo de um país socialista no coração mesmo da África Austral, que já hoje e muito mais amanhã, se converte num exemplo estimulante para uma região ainda em luta contra o neocolonialismo na região e que busca os caminhos de sua libertação econômica e social;
- b) trata-se de um país rico, que não está socializando a pobreza, mas dinamizando a sua potencialidade na construção de uma sociedade justa e avançada;
- c) o apoio do governo e do povo de Angola à luta de independência da Namíbia, que converte a decisão da ONU (a Resolução 435) num fato concreto e num instrumento de ação internacional contra a ocupação ilegal do território daquele país pelos racistas sul-africanos.

Todos esses fatores transformam Angola num pólo muito importante da política internacional e a colocam no epicentro de uma tormenta, cujas raízes estão em Washington e na política de domínio dos Estados Unidos.

Mas, apesar de suportar uma guerra que, somada ao período da luta pela independência, já completa 24 anos, Angola tem realizado grandes avanços nos campos da cultura, do desenvolvimento econômico e da justiça social. Na recente reunião dos Países Não-Alinhados em Luanda, essas conquistas foram objeto de um amplo reconhecimento internacional. Isso só foi possível através de um imenso trabalho de organização popular e de preparação de quadros, assim como de um esforço enorme para superação da herança colonial.

A direção do Estado e do Partido, encabeçada pelo presidente José Eduardo dos Santos, é da mesma geração que fez a guerra contra o colonialismo e que, sob a liderança do presidente Agostinho Neto, implantou a República Popular, suportou a dura crise do desaparecimento de seu líder máximo e enfrenta hoje os graves problemas da guerra e do desenvolvimento. Essas tarefas estão sendo encaradas com coerência ideológica e fidelidade aos princípios revolucionários, sem descuidar da luta pela eficácia.

O fato de que um país que emerge do domínio colonial de meio milênio e enfrenta problemas tão complexos, tenha conseguido autodeterminar-se, defender-se de uma agressão externa, romper o bloqueio internacional urdido na Casa Branca, organizar-se internamente na via do socialismo e capacitar os seus quadros de direção, é da mais alta importância internacional e particularmente para a África.

Angola vai, de certo, superar esses momentos difíceis e desempenhar, no quadro da África e do Terceiro Mundo, um papel cada vez mais destacado na luta dos povos emergentes pela sua verdadeira emancipação.

Angola: dez anos de luta

Carlos Castilho, enviado especial



B. Bissio
B. Bissio

Liberdade deve ter hoje quase dez anos. Ela nasceu no mato, seus pais morreram na guerrilha, viajou durante quinze dias por estradas inexistentes num caminhão militar em companhia de soldados. Só veio a se alimentar duas semanas depois do parto num hospital de Luanda. Ninguém acreditava que o bebê conseguisse sobreviver. Liberdade mora hoje no interior junto com parentes e o governo angolano procura localizá-la, porque esta menina de alguma forma se tornou um símbolo que nasceu quase junto com a independência, há dez anos.

Esta é apenas uma das muitas histórias humanas de um país jovem, cujo parto como nação independente foi traumático e cujos primeiros anos de vida foram extremamente duros. A menina Liberdade talvez leve hoje uma vida tranquila, mas o país Angola ainda não conheceu um só dia

de paz. Até mesmo a gestação da independência foi violenta, pois desde o momento em que um grupo de nacionalistas resolveu sonhar com o fim do colonialismo já se passaram 24 anos de guerra.

O sonho se tornou uma realidade. Durante 10 anos, Angola viveu a batalha diária pela sobrevivência diante de agressões externas e da violência organizada por grupos orientados e municiados por interesses situados fora do país. Houve erros e acertos nesta década de vida autônoma, mas o projeto original foi mantido. Agora, a guerra não é mais a preocupação fundamental dos angolanos e especialmente do MPLA-PT. A defesa da soberania continua na ordem do dia, mas dirigentes e militantes já sabem como lidar com a guerra. O que nem todos têm claro é como reorganizar a agricultura.

Um jovem país adulto



Em apenas uma década, os revolucionários angolanos herdaram um país destruído, tiveram que reconstruí-lo quase da noite para o dia e ainda enfrentaram agressões externas. Hoje já olham o futuro com esperança

“Esta é uma nação jovem, mas apesar de ter apenas dez anos, ganhou uma enorme experiência na luta para sobreviver. Já nascemos lutando. Tivemos que aprender a andar sozinhos, segun-

dos após o parto. Tivemos que fazer em dez anos, o que outros levam décadas para fazer. Nossos inimigos não levaram em conta nossa infância e nos obrigaram a ser adultos, quando muitas vezes a realidade e a história mostravam ser isso totalmente impossível. Nós hoje já sabemos como sobreviver na guerra contra os que querem nos destruir.”

Com esta comparação, o vice-ministro de Relações Exteriores de Angola, Venâncio Mauro, começou uma entrevista coletiva a jornalistas durante a 8ª Conferência Ministerial de Países Não-Alinhados. Ele estava lembrando à imprensa de todo o mundo uma realidade que muitos ignoram na hora de avaliar a situação interna do país, suas deficiências e carências.

O parto da independência aconteceu em novembro de 1975, mas na verdade a gestação começou há 24 anos, quando o Movimento Popular de Libertação Angolana (MPLA) lançou a luta armada contra a ocupação colonial. Desde então, o país viveu permanentemente em guerra, primeiro contra o salazarismo português, depois com a África do Sul e grupos “teleguiados”. Os nacionalistas angolanos, liderados inicialmente pelo médico e poeta Agostinho Neto, levaram ao limite a capacidade de sobrevivência quando assumiram as rédeas do poder e conseguiram ultrapassar o duro período do pós-parto, graças à ajuda de amigos e aliados externos. Hoje, o

presidente José Eduardo dos Santos substituiu Neto, falecido aos 58 anos, na liderança do país.

Mas apesar da guerra, Angola conseguiu crescer. Não tanto quanto gostariam seus dirigentes e nem tanto quanto esperavam seus habitantes. Mas a prova maior de que houve um surpreendente progresso está na permanente revisão de projetos e objetivos. No campo militar, Angola se preparou logo depois da independência para uma guerra convencional contra os agressores sul-africanos e seus prepostos. Sete anos depois, esta estratégia foi alterada, com o retorno a uma tática não-convencional, baseada em unidades menores e de rápido deslocamento. Os resultados são palpáveis (ver reportagens sobre a guerra). No campo econômico, a luta continua quase tão dura e dramática quanto nos primeiros anos de independência.

Hoje em Luanda, os principais responsáveis do governo e do partido MPLA mostram tranquilidade quando falam da guerra. Não que tudo esteja resolvido e nem que as batalhas tenham terminado. Pelo contrário, todos acham que a confrontação militar vai continuar, pelo menos enquanto Ronald Reagan for presidente dos Estados Unidos e os racistas sul-africanos receberem apoio direto e indireto da Casa Branca. A quase serenidade vem do

Agostinho Neto saúda o povo da sacada do Palácio Presidencial de Luanda, minutos depois de ter proclamado a independência, em 11 de novembro de 1975



fato de que a resistência e a defesa da soberania já não têm mais segredos. Trata-se de executar uma linha militar já traçada e combiná-la com uma estratégia diplomática também já estabelecida.

Mas quando se trata da abordagem das questões econômicas, as certezas já não são tão grandes. "Nós ainda temos muita coisa a aprender em matéria de gestão econômica", reconheceu o ministro da Indústria e Comércio Henrique dos Santos, "Onambwe", um dos veteranos do MPLA apesar de sua pouca idade.

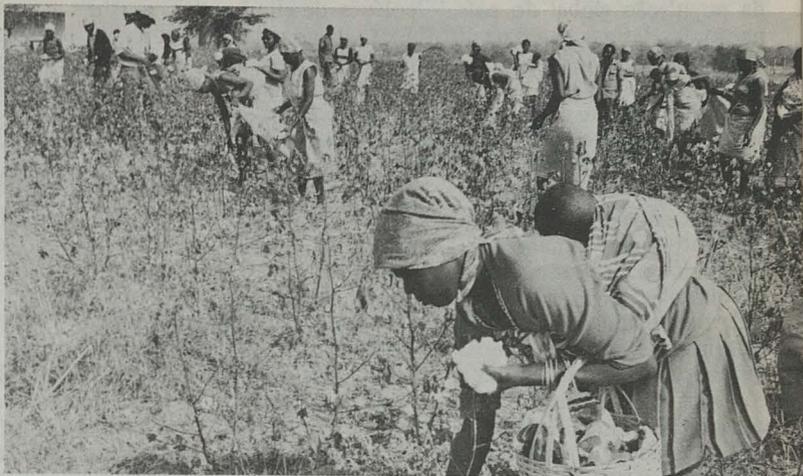
E quando se trata de agricultura, o problema se torna realmente dramático, porque as autoridades angolanas passaram a ter que definir um projeto adaptado às realidades do país, num setor onde em todo o resto do continente africano a herança colonial deixou traumas tão profundos que ainda não puderam ser superados.

O nó górdio

Angola é um país rico em minerais, principalmente petróleo e diamantes, dois artigos valorizadíssimos no mercado mundial. Foram estas duas riquezas que em grande parte atraíram a cobiça de potências estrangeiras, que não deixaram o país em paz nos últimos 10 anos.

"O petróleo e os diamantes nos deram os recursos necessários para impedir que fôssemos esfaqueados por nossos inimigos a partir da independência" afirma o ministro do Planejamento, Lopo do Nascimento, outro veterano do MPLA, que já passou por vários ministérios no governo. Mas ele acrescenta: "Apesar disso, nossa sobrevivência só estará definitivamente assegurada quando tivermos condições de resolver o nó górdio da agricultura. Sem solucionar esse problema continuaremos vulneráveis".

A questão agrícola é no momento a grande tarefa sobre a qual se debruçam quase todas as lideranças mais experientes do país e será o grande tema de debate do 2º Congresso do MPLA-PT marcado para dezembro. Ela não implica apenas a decisão sobre que tipos de cultura devem ser desenvolvidos, ou que modalidade de pecuária será preferível. Mas se prolonga na redefinição de toda a infra-estrutura financeira do Estado, porque mexe com questões cruciais como financiamento e crédito,



Colheita de algodão: a produção rural representa apenas 5,2% das exportações

sem falar no complicado problema da distribuição e comercialização. Em suma, é quase toda uma estrutura que precisa ser repensada, adaptada e aprimorada, numa tarefa que normalmente consumiria décadas em outros países, mas que tem de ser feita em meses num país jovem e cercado de inimigos interessados em dificultar, e se possível, inviabilizar qualquer projeto novo.

Setenta e cinco por cento dos angolanos ainda dependem da agricultura para sua sobrevivência diária. Mas o valor da produção rural representa apenas 5,2% das exportações e 42% do Produto Interno Bruto. Antes da independência, a produção total de alimentos atingia três milhões de toneladas, sendo que dois milhões se destinavam ao consumo interno e um milhão para a exportação. Atualmente, a parcela dedicada à comercialização atinge apenas 100 mil toneladas. As estatísticas mostram que se dermos um valor 100 para a produção de alimentos no período 74/76, no ano passado o valor passou a ser de apenas 105, ou seja um crescimento mínimo, enquanto a produção de comida per capita baixou de um índice 100 para pouco menos de 80, diante do acelerado crescimento demográfico de Angola, cuja população em 1980 era calculada em torno dos 7,5 milhões e em 85 já chega perto dos nove milhões¹.

A redução da quantidade disponível de comida para cada habitante é o resultado da combinação de vários fatores, como o êxodo em massa dos fazendeiros portugueses que cultivavam a quase totalidade da produção de larga escala; a fuga de camponeses para as cidades em consequência da repressão colonial; a desorganização do sistema de comercialização dos produtos agrícolas; o aumento

¹ Dados: *The Economist Intelligence Unit* nº 3 - 1985

da população global do país, a política de eliminação das desigualdades na distribuição da comida, a falta de mão-de-obra e tecnologia necessárias à rápida reativação das unidades agrícolas abandonadas pelos portugueses, o excesso de burocracia no período logo após a independência, e finalmente a ação terrorista de grupos financiados pela África do Sul.

O vice-ministro da Agricultura, Antonio Russo (ver entrevista), admite que "muitos erros foram cometidos no passado, mas o importante é assinalar que eles serviram para que o país descobrisse toda uma realidade agrícola que antes era ignorada pela maioria dos jovens técnicos, quase todos eles formados no exterior, e que tiveram que assumir o controle do país quase da noite para o dia, em circunstâncias dramáticas".

Russo chega a dizer que os erros eram quase inevitáveis, e que se não acontecessem nessa altura, possivelmente seria ainda mais difícil corrigi-los. "A agricultura é hoje o nosso grande desafio como revolucionários — afirma o vice-ministro — pois sabemos que a guerra contra nossos inimigos não será ganha a médio e longo prazos se não aumentarmos a produção de alimentos. Sem esse aumento, torna-se impossível controlar o mercado negro e satisfazer a população, fazendo com que ela continue a acreditar e participar do esforço governamental para implantar neste país um regime so-



Segundo o ministro Russo, os erros permitiram descobrir uma realidade agrícola que era ignorada

cialista. Uma população com fome, ou uma má distribuição dos alimentos, criam o fermento para a penetração de grupos divisionistas e contrarrevolucionários".

A herança colonial

Quem sobrevoa o território angolano percebe claramente que a maior parte das terras apresenta um verdadeiro mosaico de pequenas cercas feitas de galhos secos. Cada pequeno círculo constitui um "kimbo", unidade familiar de produção agrícola. Em 1970, havia no país cerca de 800 mil kimbos, ocupando uma área de aproximadamente 4,4 milhões de hectares, o que dá uma média de 6,2 hectares por unidade.

No planalto central, nas regiões de Uíge, Malanje, Bié, Huambo e Huíla se concentravam a maior parte das 6.400 fazendas exploradas pelos brancos, ocupando uma área total de 4,5 milhões de hectares, o que dá uma média de 700 hectares por fazenda. Hoje as estatísticas não são mais precisas, mas técnicos do Ministério da Agricultura afirmam que a área dos kimbos continua mais ou menos a mesma, enquanto as fazendas de brancos desapareceram, cedendo lugar às grandes estatais, às cooperativas e às unidades de economia mista. A soma da área ocupada pelos kimbos e pelas grandes fazendas de café, algodão, oleaginosas, açúcar, arroz e trigo, totaliza apenas 3% da área total de Angola, ficando 23% para pastagens e 43% para florestas.

A pior herança deixada pelo colonialismo português foi a desestruturação da agricultura. Ela só não chegou a ser catastrófica porque Angola tem petróleo e diamantes, cuja comercialização garantiu ao novo governo independente um mínimo de recursos para montar uma nova máquina administrativa, contratar técnicos estrangeiros para impedir o colapso dos serviços essenciais e custear a defesa da soberania nacional. "Mas nem se Angola estivesse nadando em petróleo teria sido possível substituir em questão de meses a estrutura de produção e distribuição destruída pelos colonos que fugiram", garante o ministro Onambwe. O resultado foi que a população sofreu e ainda sofre os efeitos da paralisação de alguns circuitos econômicos de distribuição de alimentos.

Antes da independência, Angola não importava quantidades significativas de comida. Mas apenas os 350 mil colonos e 12% da população urbana do país na época tinham acesso a uma dieta diversificada. A esmagadora maioria do povo angolano era obrigada a sobreviver com os produtos que cultivava regionalmente. No norte, o milho, o feijão, o amendoim, o sorgo e a mandioca eram os alimentos básicos. No sul, as populações nômades tinham leite e carne dos rebanhos criados no planalto de Huíla, Cunene, Cuando Cubango e Moxico. O pei-



DIP/PLA

Angola sabe que a guerra com a África do Sul vai durar ainda, por isso a remodelação da agricultura terá de ser feita em circunstâncias muito duras

xe só era encontrado nas regiões litorâneas. O sistema de distribuição só funcionava em função do consumo da minoria europeia, dos assimilados e das exportações.

Em relação aos kimbo, os portugueses tinham o monopólio da rede de troca. Os chamados "cantineiros" compravam o excedente da produção familiar e davam em troca sal, tecidos, velas, instrumentos agrícolas e outros produtos manufaturados. Os "cantineiros", por sua vez, repassavam os alimentos para intermediários que os faziam chegar até os centros urbanos.

Com relação à grande propriedade, os circuitos de comercialização tanto internos como externos também estavam nas mãos de intermediários e atacadistas portugueses. Com a independência, os colonos fugiram por puro pânico, antes que o novo governo tivesse a oportunidade de estabelecer novas normas de relacionamento. Foi um êxodo desordenado e irracional, que fez, por exemplo, com que em questão de semanas, a frota pesqueira de Angola praticamente desaparecesse. Mesmo antes de chegar ao poder, o MPLA já havia estabelecido que a iniciativa privada teria um lugar na nova sociedade, mas os portugueses e assimilados resolveram ir embora de qualquer jeito, procurando antes destruir tudo aquilo que poderia ser usado pelos angolanos.

A batalha do café

Assim, a partir de novembro de 1975, o governo do presidente Agostinho Neto herdou quase

quatro milhões de hectares de terras que antes eram cultivadas por colonos europeus. E as famílias residentes em kimbo ficaram sem ter com quem trocar seus excedentes. A desestabilização econômica provocada pela fuga dos portugueses atingiu todos os setores produtivos de Angola, mas na agricultura os efeitos foram mais imediatos e atingiram um número maior de pessoas.

A nacionalização e estatização das propriedades abandonadas se tornou uma exigência de curtíssimo prazo para impedir que, por exemplo, as lavouras de café fossem simplesmente destruídas, pela falta de trato. Antes da independência, o país era o quarto produtor mundial de café, fornecendo 19% do consumo mundial da variedade *robusta*. A produção chegou a um auge de 3,5 milhões de sacas de 60kg, mas depois da independência caiu para cerca de 210 mil sacas, ou seja uma queda de 94%.

Além do abandono dos cafezais pelos seus antigos donos, o governo do MPLA enfrentou também uma aguda escassez de mão-de-obra. A partir da década de 30, milhares de angolanos do sul foram levados virtualmente como escravos (ver matéria: "Os velhos") para as províncias do norte para trabalharem em fazendas de europeus. Com o fim do colonialismo esses trabalhadores e seus descendentes reconquistaram a liberdade e a grande maioria decidiu retornar à sua terra natal. Houve, assim, uma migração de volta às origens e o uso intensivo da mão-de-obra nas lavouras de café foi afetado. Para resolver esse problema, o governo se lançou num gigantesco esforço para fixar trabalhadores nas áreas cafezeiras, fornecendo uma

série de facilidades de infra-estrutura, com o objetivo de corrigir as distorções deixadas pelo colonialismo.

Segundo técnicos angolanos da empresa estatal Cafangol, trata-se de um esforço a médio e longo prazo, visando não só o fortalecimento da mão-de-obra empregada pelas unidades produtivas do governo, mas também a pequena e média unidade camponesa. Hoje, 60% do café produzido por Angola vêm de fazendas estatais, 35% são de produção camponesa e 5% de grandes empresas privadas. No total, a área plantada alcança cerca de 235 mil hectares, dos quais apenas 62 mil hectares recebem trato permanente e apresentam a produtividade máxima. Outro fator que prejudica a produção angolana é o envelhecimento dos cafezais, muitos dos quais já têm mais de 40 anos e necessitam ser renovados gradualmente.



DIP-MPLA

Os recursos destinados à agricultura dependem do esforço militar

Apesar de todos os problemas registrados na produção de café, o governo angolano manteve sua posição de não abaixar os preços nas exportações para países não-membros da Organização Internacional do Café (OIC). Esta é uma posição de princípio, que o vive-ministro da Agricultura para Assuntos do Café, Caetano João, classifica como destinada a “não subsidiar os consumidores de países ricos em prejuízo dos produtores dos países subdesenvolvidos”. No ano passado, Angola foi o país produtor de café que conseguiu os preços mais altos, graças à qualidade das variedades *robusta* que exporta. Em 1984, as vendas externas de café angolano caíram em quantidade mas aumentaram em 12% no valor devido à alta das cotações internacionais e também aos preços pagos por países não-membros da OIC, como a Alemanha Democrática, que compra 61% da produção comercializada fora do acordo internacional.

O petróleo e a agricultura

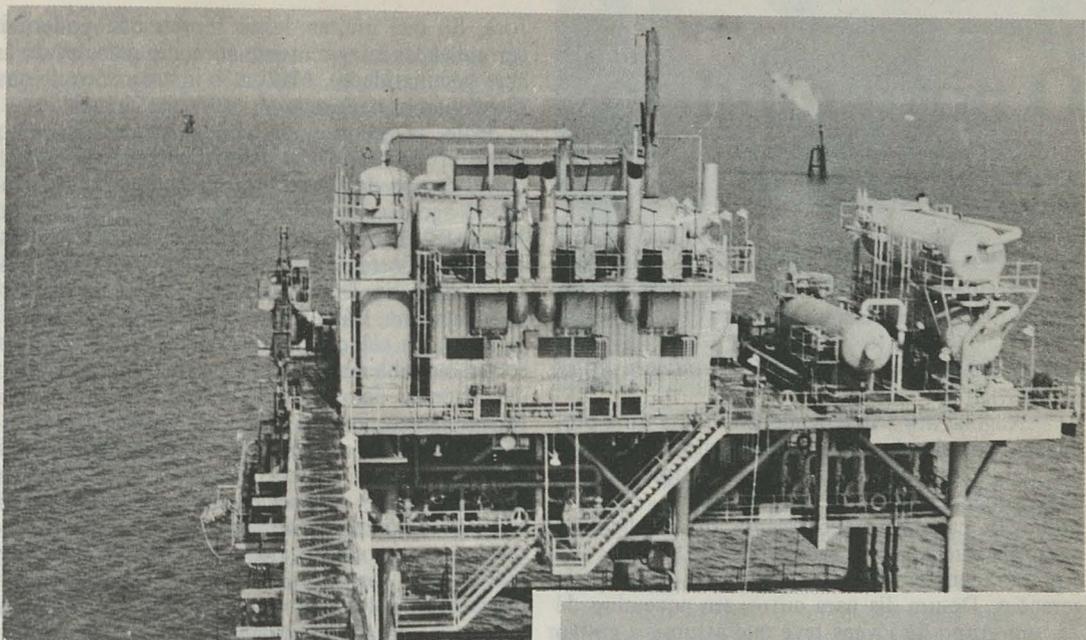
Embora o petróleo seja, desde 1973, o principal produto de exportação de Angola (87% da pauta de exportações do país, seguido dos diamantes com 5% e do café com 4%), os principais responsáveis econômicos afirmam que a batalha do desenvolvimento e da soberania “somente será ganha com a estabilização da agricultura”. É ela que fixará os camponeses em suas terras, da mesma forma que o aumento da produção agrícola equilibrará o abastecimento das populações urbanas, extraordinariamente “inchadas” após a independência, e normalizará os circuitos de comercialização, evitando que o mercado negro e a especulação funcionem como um “agente cancerígeno” nas relações sociais.

“Nossa revolução começou no campo. Foi com o apoio do camponês explorado pelo colonialismo que conseguimos derrotar o exército português. Depois de 75, é preciso que se reconheça que foi o campo que pagou o preço mais alto pela herança deixada pelos colonos, já que foi no interior onde apareceram menos benefícios imediatos da conquista da liberdade. Mas mesmo assim o apoio à revolução continuou forte no meio camponês. A guerra movida pela África do Sul e pelos grupos titeres aumentou o sofrimento da gente do campo e hoje sabemos que se não formos capazes de corrigir os erros do passado, frutos da nossa inexperiência, e aumentarmos a produção agrícola estaremos correndo o risco de ganhar na frente de batalha com o inimigo, mas perder na retaguarda”, afirma o vice-ministro da Agricultura Antonio Russo.

Os novos planos agrícolas (ver matéria: “O novo modelo”) surgem a partir de um longo processo de estruturação e aprendizado dos organismos coordenadores tanto a nível do governo como do partido. Para estimular e reativar a produção agrícola serão necessários insumos, em sua maioria importados, a serem pagos pela conta do petróleo. A margem maior ou menor de recursos a serem destinados à reconstrução agrária dependerá do desenvolvimento do esforço militar e dos gastos para a defesa, que desde o Plano de Emergência de 1983 consome no mínimo 1/4 do orçamento nacional.

O governo angolano sabe que o estado de guerra com a África do Sul vai durar enquanto a *apartheid* estiver em vigor e enquanto Ronald Reagan for presidente dos Estados Unidos. Por isso, não está previsto nenhum “alívio” imediato que permita folgas no orçamento para a agricultura. A remodelação terá que ser feita em circunstâncias muito duras, mas os resultados devem começar a aparecer em breve.

Se as perspectivas de uma redução nas tensões provocadas pelas agressões sul-africanas parecem remotas, aumentam os indícios de que a produção

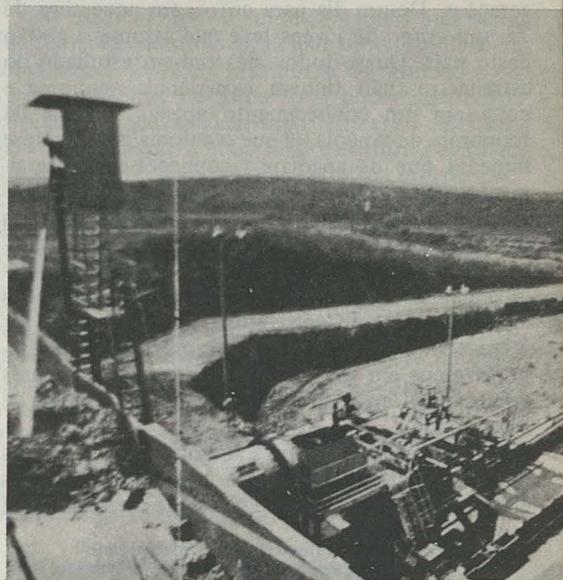


DIP-MPLA

petrolífera vai continuar a crescer. Dados divulgados pela Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) mostram que a produção angolana de petróleo passou de 129 mil barris diários em 1981 para 211 mil em 84 e chegará a 250 mil barris diários no final deste ano. Até 1990, está prevista uma produção de meio milhão de barris diários de petróleo. O valor das exportações de petróleo também subiu de 1,49 bilhão de dólares em 83, para 1,65 bilhão de dólares em 84, podendo chegar a 1,7 bilhão em 85.

A cautelosa política com relação à exploração dos recursos petrolíferos, aliada a um orçamento também extremamente equilibrado (apesar da guerra), levaram o governo do MPLA a apresentar um grau muito baixo de endividamento externo. O pagamento de juros sobre a dívida atinge apenas uma percentagem de 15,5%, um índice considerado muito baixo em comparação com a média dos países subdesenvolvidos, que é superior a 25%. O país tem reservas monetárias calculadas em 6,5 bilhões de dólares por fontes ocidentais e um superávit de quase 700 milhões de dólares no comércio externo em 1984.

O resultado é que o país, apesar de ser qualificado como "marxista" pela imprensa conservadora da Europa e Estados Unidos, e de estar em guerra contra o principal aliado norte-americano na África Austral, merece a confiança dos grandes bancos ocidentais. Quinze deles acertaram em julho deste ano um empréstimo no valor de 350 milhões de dólares para o desenvolvimento de novas áreas petrolíferas em Angola.



Petróleo e diamantes: os dois principais produtos de exportação da República Popular de Angola

Esta é a primeira vez desde 1982 que bancos norte-americanos, entre eles o Eximbank (do governo), participam do financiamento de um grande projeto petrolífero no exterior. Nos meios financeiros internacionais, o empréstimo foi considerado um importante voto de confiança no governo angolano, pouco depois de um comando sul-africano ter tentado dinamitar reservatórios da empresa norte-americana Gulf Oil, na província de Cabinda.

O novo modelo agrícola

O vice-ministro Antonio Russo explica os detalhes do novo projeto de aumento da produção agrícola angolana.

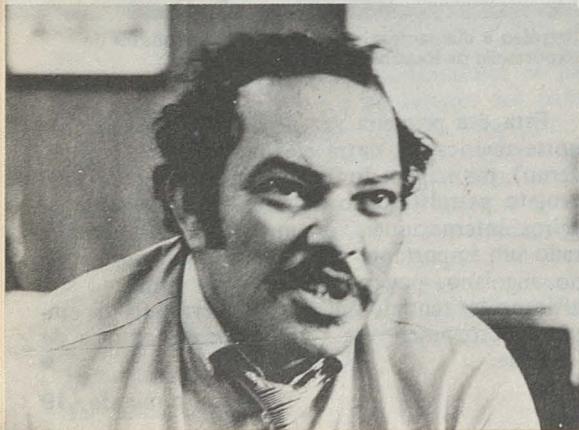
Como o senhor avalia a situação da agricultura em Angola?

— Angola, até a independência, tinha uma produção agrícola de aproximadamente 700 quilos por habitante, uma produção baixa, típica de um país subdesenvolvido. Mas depois de 1974, a produção caiu assustadoramente. As explicações para esta queda são as mais variadas. Um fator que é pouco mencionado é o da chamada diferença de gerações. De um dia para outro, em novembro de 75, um grupo de jovens teve que assumir a gestão deste país. Quase todos eles tinham estudado no estrangeiro, não tinham experiência nenhuma e possuíam um conhecimento apenas regional da economia de Angola, já que o colonialismo sempre impediu que os angolanos conhecessem integralmente o seu próprio país.

Os administradores portugueses que conheciam os mecanismos da produção desapareceram também da noite para o dia. O resultado foi que passamos dez anos aprendendo, em meio a condições extremamente difíceis, entre as quais deve ser mencionado o fato de que durante todo este tempo vivemos em guerra. Só agora nossos dirigentes começam a ter 40 anos e passamos a uma fase de maturidade.

Em 1975, regressaram a Angola exilados com as mais variadas experiências e é natural que todos eles tentassem aplicar as teorias que aprenderam lá

Antonio Russo: "Entramos agora na maturidade"



fora. Só que muitas dessas teorias não poderiam ser aplicadas integralmente no nosso país devido às suas peculiaridades. Mas era o instrumento de que dispúnhamos na época.

Hoje, já estamos em condições de elaborar a nossa própria teoria de desenvolvimento econômico no campo da agricultura. E é o que estamos fazendo agora e deve culminar no 2º Congresso do MPLA-PT. Durante vários anos vivemos numa espécie de "Torre de Babel" técnica, com cooperantes da Bulgária, União Soviética, Coréia, Brasil, Cuba, Alemanha, Itália, Portugal e outros.

Uma das soluções que foram adotadas para resolver o problema imediato gerado pelo abandono das fazendas pelos colonos portugueses e europeus foi implantar grandes unidades estatais de produção. Parecia ser uma solução simples. Infelizmente, a agricultura é uma ciência, mas sua técnica é extremamente localizada. Parecia simples trazer tratores, agrônomos, sementes e adubos, para restabelecer a produção. Mas na realidade tudo foi muito mais complicado. Essa transformação significava um salto muito grande na organização da produção, mesmo comparando com a agricultura empresarial colonial. Antes da independência, o setor rural de Angola vivia uma fase de transição. Havia um grande parque de tratores (cerca de 30 mil), mas eles eram de pequena potência e usados diretamente por seus proprietários.

Nas grandes unidades estatais foram introduzidos tratores muito potentes que eram usados por mais de um operador. No começo, enquanto as máquinas eram novas, tudo foi bem. Mas depois, a falta de cuidado e a carência de uma infra-estrutura de apoio em peças e manutenção fizeram com que esses tratores fossem gradualmente parando por causa de defeitos e, com isso, a produção das unidades foi caindo. Simultaneamente, a produção camponesa foi também caindo por falta de apoio correto, pela desorganização do sistema de distribuição e principalmente porque a guerra empurrou muita gente do campo para a cidade.

A reorganização

Como começou a reorganização?

— Em 1980, com o primeiro congresso do partido chega-se à conclusão de que o problema era extremamente grave. Surgem várias iniciativas, entre as quais se destaca o esforço para reativar a comercialização da produção camponesa. Os produtos de origem camponesa que eram comercializados mesmo antes de 1974 não eram bem aquilo que hoje se chama de excedentes, pois havia regiões pequenas onde existia uma agricultura tipicamente comercial. Os pequenos camponeses voltados para a produção do café, cana e milho, por exemplo, tinham o apoio de grandes organismos

de comercialização.

Na década de 80 chega-se aos programas de emergência, que permitiram uma ampla discussão do problema agrícola, num momento em que o país todo se voltou para o esforço bélico contra as agressões sul-africanas. Nesta época, já tínhamos oito anos de experiência. Muitos quadros técnicos adquiriram uma grande experiência provincial e começavam a vir para Luanda, trazendo informações que antes não tínhamos. Foi possível, então, reconstruir a pirâmide da produção agrícola a partir da base, ao contrário do que fomos obrigados a fazer logo depois da independência. Nossos erros foram fundamentais para as correções posteriores.

Como poderia ser definida esta nova estrutura de produção agrícola que começou a ser montada a partir de 1983?

— Uma coisa nova que surgiu a partir dessa época, quando começamos a descobrir que teríamos que pensar em termos globais na agricultura, foi a idéia de que todos os agentes econômicos deveriam participar no processo. Esta decisão de caráter político foi ratificada em janeiro de 85 pela Conferência Econômica do partido. Isto é, deve haver um papel extremamente importante para a empresa familiar, um papel para a empresa estatal, outro para a empresa privada e um quarto para a empresa mista com participação estrangeira. Não era possível que o Estado assumisse integralmente a função de organizar a produção agrícola desse país.

Pretender que o camponês abastecesse sozinho a população também foi considerado errado, porque a essa altura existem culturas que estão fora do alcance das pequenas unidades. Falamos, por exemplo, das oleaginosas como soja e girassol, ou de criações como a avicultura.

Ficamos quase dois anos estudando um modelo, que agora estamos lançando. O papel do Estado nesse novo modelo será, entre outras coisas, o de fornecer os serviços básicos para a agricultura. Assim, ele poderá controlar todo o mecanismo fornecendo desde financiamentos até os meios concretos de produção, passando pela pesquisa. Também definimos algumas áreas onde o Estado terá um papel na produção. Essas áreas são o setor de madeiras, uma parte da produção de café, e aquelas onde for necessário o uso intensivo de tecnologia avançada, inacessível ao camponês.

A política de alianças

Em termos políticos, como funciona o processo de reorganização da agricultura?

— A reorganização está englobada naquilo que o partido definiu como política de alianças. Temos um inimigo direto, e temos portanto que levar todas as pessoas e setores sociais que não estão liga-



O Estado tem um papel importante na produção de café

dos a esse inimigo a se aliarem conosco. Temos que estudar e definir qual o seu papel. E a agricultura é a área econômica onde esses setores capazes de serem nossos aliados podem participar, sem que isso altere os princípios econômicos e ideológicos que norteiam o nosso país.

No novo modelo o setor camponês aparecerá, logicamente, como o principal produtor de bens alimentares. Em geral, tratam-se de produções pequenas mas que na soma total podem realmente preencher necessidades importantes do mercado. Isso nos obrigou a criar uma estrutura nova para apoiar o setor camponês. No início da independência partimos para a experiência de cooperativas, que acabaram não dando certo, e surgiu uma situação em que era difícil dialogar com o camponês.

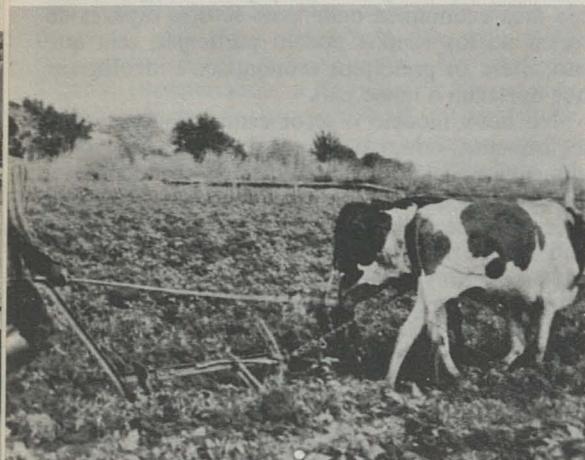
Hoje, a nossa preocupação é corrigir esses erros fazendo chegar às unidades agrícolas familiares os meios de produção, para permitir que elas possam produzir sem qualquer restrição. Quem define o que deve produzir nesta fase é o camponês, que venderá a quem quiser. Nosso objetivo imediato é aumentar a produção. Como há falta de tudo, abrimos a possibilidade de que cada um escolha aquilo que mais lhe convier. E vamos à procura de todas as camadas que queiram produzir.

Já existem resultados dessa nova experiência?

— Eles ainda não são visíveis para o público, mas para nós os números já começam a ter significado. Aqui em Luanda, onde se falava que não havia pessoas interessadas em produzir, no ano passado, começamos a abrir lojas para quem quisesse comprar produtos agrícolas e esse ano as lojas estão quase sempre vazias, porque tudo que se produz é vendido rapidamente. Nós já estamos programando para o ano que vem dar um novo salto em termos de produção. Não temos a pretensão de resolver o problema de abastecimento de Luanda porque não existe área disponível e mão-de-obra, mas já poderemos atenuar consideravelmente as carências que existem hoje.

Nós ainda não temos dados específicos em termos de produção, por causa das deficiências no nosso sistema de estatísticas. Outro fator que dificulta avaliações precisas é o fato do mercado estar muito liberalizado. Mas já podemos ter algumas indicações, como o aumento de quase 1.000% no fornecimento de sementes de batata.

Um fator que nos anima muito é o de que nas lojas que vendem insumos agrícolas, tudo aquilo que é oferecido, é imediatamente vendido. No momento, estamos avaliando as disponibilidades de recursos para o ano que vem. Como não temos uma indústria capaz de apoiar essa agricultura, isso significa que 90% dos insumos terão que ser importados, o que vai pesar sobre o nosso orçamento, e vai depender muito das necessidades de despesa do governo com relação ao esforço militar.



“O camponês é a espinha dorsal da nossa agricultura”

A comercialização

Como está repartida hoje a produção agrícola entre camponeses, setor privado e setor estatal?

— Uma de nossas deficiências, como já disse, está no setor das estatísticas. Principalmente porque até agora toda a coleta de dados tinha como referência o setor estatal, e na realidade o camponês é a espinha dorsal de nossa agricultura.

Os dados que temos são referentes àquilo que o camponês vende ao setor estatal. Mas esses dados são pouco representativos. Há alguns produtos que o camponês só pode vender no circuito estatal. O café, por exemplo: 50% são produzidos pelas unidades estatais e 50% pelo camponês. No milho, mandioca, feijão e amendoim a produção vem em 80% do setor camponês. Na banana, a produção fundamental é do setor estatal, o mesmo acontecendo com aves e ovos. Na produção de carne, 90% são do setor camponês.

Como tem funcionado o sistema de comercialização da produção do camponês?

— Noventa por cento da produção das pequenas unidades agrícolas são comercializados no mercado livre. Em 1974, nós tínhamos quase 85% da nossa força de trabalho no campo, e 15% nas cidades. Hoje, temos 40% nos centros urbanos e 60% no interior. Esse fenômeno ainda não está estudado, mas o certo é que as cidades de forma alguma poderiam absorver um número tão grande de pessoas. Elas subsistem porque têm o apoio alimentar de seus parentes no campo, porque de outra forma não poderiam se alimentar, já que o aparelho distributivo do Estado é insuficiente até mesmo para abastecer os 15% de antes da independência.

O que aconteceu aqui é que com as transformações surgidas depois de 1974, o camponês teve que aumentar a sua produção, embora esse acréscimo nem sempre seja colocado num mercado monetário porque a produção vai em parte alimentar a população que está na cidade.

A partir de 1980, se procurou restabelecer o circuito comercial, destruído com a fuga em massa dos comerciantes portugueses em 1974/75. Mas esse circuito ainda funciona de uma forma muito precária porque não foi possível aumentar paralelamente a produção. Esse sistema, que nós consideramos transitório, se baseia na existência de lojas estatais para compra e venda, além da troca, com a participação de alguns “cantineiros” (comerciantes) privados. Mas na medida em que a produção aumentar, deverá surgir um novo circuito comercial.

Dentro de nossa política agrícola temos duas ou três culturas fundamentais. Uma delas é o milho, no qual pretendemos rapidamente nos tornar auto-suficientes, o que nos obrigará a uma comercialização da ordem de 150 mil toneladas, ao contrário das 20 mil atuais. Não sabemos bem ainda como será o novo circuito comercial, mas o certo é que o atual explode com 150 mil toneladas no mercado.

Por que a chamada “candonga” (mercado negro) não atingiu grandes proporções em Angola, diante da carência de muitos bens essenciais?

— Nós tivemos aqui algumas particularidades que nos distinguem de outros países. Tivemos logo depois da independência um circuito comercial fortemente estatizado. E além disso, grande parte dos bens essenciais era importada pelo Estado, que também controlava a sua distribuição.

O exemplo mais claro é o Novo Sistema de Abastecimento que entrou em vigor recentemente aqui em Luanda. Ele tem funcionado muito bem para os produtos básicos da alimentação, mas tem desequilíbrios em alguns gêneros não-essenciais, o que favorece o mercado negro. Como todas as pessoas recebem quantidades iguais, algumas, como

por exemplo as que não fumam, compram os seus cigarros para depois revendê-los ou trocá-los. Este mecanismo informal de troca acaba por compensar as falhas do mercado e do abastecimento. É ilegal, mas é um fato.

O básico para nós é aumentar a produção para que o que produz o camponês não fique fora do controle do governo e alimente o mercado negro. O aumento da produção é a solução mais adequada e vai tornar desnecessários os controles policiais, além de regularizar a questão dos preços.

Como é feito o sistema de financiamento da produção?

— O nosso camponês não precisa de financiamento, de empréstimos ou coisa parecida, porque ele tem dinheiro. Como vende a produção a quem quer e ao preço que desejar, ele tem dinheiro para comprar os meios de produção oferecidos pelo governo. O que acontece hoje, geralmente, é que o camponês dedica por exemplo 30% de sua produção para abastecer parentes nas cidades, 20% ele troca nas lojas estatais e os outros 50% ele oferece a pessoas que têm dinheiro mas não possuem bens de troca. Assim, ele sempre tem dinheiro. Para dar um exemplo, se eu tivesse cinco mil tratores em Luanda, eu os venderia num dia.

O governo estabeleceu quotas de produtos a serem entregues pelo camponês aos organismos estatais?

— Não.

Mas isso não pode favorecer a sonegação?

— Sim, e foi justamente por isso que fomos obrigados a desenvolver uma política correta de comercialização. Se chegarmos ao camponês e oferecermos um preço baixo, ele simplesmente não vende nada. Mas se lhe dermos por exemplo peixe seco, ele nos fornece tudo o que tem.

Essa questão de preços é um tema que hoje está sendo muito discutido em toda a África. No período colonial era quase norma fixar preços baixos para o produto agrícola do camponês para manter baixos os salários nas cidades. Só que isso é injusto porque significa sacrificar 80% da população em benefício de 20% ou menos. No colonialismo isso era possível por causa da repressão. Mas depois da independência, nós não usamos mais a polícia para forçar o camponês a vender barato. Outra alternativa que muitos países usaram foi elevar o preço mínimo dos produtos agrícolas, mas a consequência foi inflação e crise.

O que nós estamos fazendo aqui é priorizar a produção, fazendo com que ela aumente graças a uma política de incentivo, pois com produção o



“Se não aumentarmos o número de enxadas, o camponês não aumentará a produção”

problema básico está resolvido. É claro que o Estado terá que entrar com recursos, porque de outra maneira não é possível romper o círculo vicioso deixado pelo colonialismo. No nosso caso, o que nos impede de termos esses recursos para incentivar a agricultura é a guerra.

Fixar ou não fixar preços pode ser irrealista, se não houver produção. Temos que aumentar a produção da agricultura familiar. Se nós não aumentarmos o número de enxadas disponíveis ao camponês, se não, dermos a ele mais sementes e mais adubos, ele não vai aumentar a sua produção, e com isso, a disponibilidade de alimentos ficará estacionária, o que vai gerar fome e problemas de distribuição numa população que está crescendo constantemente.

É claro que o governo orienta a produção, porque fornece adubos, por exemplo, na época em que interessa o início de um determinado cultivo mais importante em termos nacionais. Assim, temos um papel orientador e coordenador. Mas ao mesmo tempo tivemos que nos adaptar à realidade do campo. Houve um período em que se procurou centralizar tudo, temendo que parte dos meios de produção (insumos) fosse parar nas mãos de proprietários privados que poderiam especular.

É claro que isso poderia acontecer, mas a verdade é que muitas vezes as sementes e os adubos deixaram de chegar ao seu destino porque o aparelho estatal não era suficientemente amplo. Havia sementes e adubos mas não havia um veículo para transportá-los. E não se entregava a um motorista particular porque ele poderia vender a preços exorbitantes. Hoje, a nossa postura mudou, principalmente a partir do momento que descobrimos que para o camponês não importa quem traz, e sim que o produto chegue, porque sem ele não há como plantar.

O 2º Congresso do MPLA-PT



Como parte das comemorações do 10º aniversário da independência, o MPLA-PT realizará em dezembro o seu segundo congresso

Oito anos após a realização do seu primeiro congresso, o Movimento Popular de Libertação de Angola — Partido do Trabalho volta a mobilizar seus milhares de militantes para uma revisão da linha política seguida desde 1977, com o objetivo de fixar novas orientações para os próximos anos. O 2º Congresso acontece no momento em que o país comemora dez anos de independência e se prepara para enfrentar novos desafios na luta pela preservação da soberania nacional e pela superação do subdesenvolvimento. Seu principal projeto é o de estabelecer metas e etapas a serem alcançadas no período 1986/1990.

Vários projetos de teses foram elaborados pela direção do partido e submetidos à apreciação das assembleias municipais, realizadas no início de outubro, quando também foram eleitos os delegados às assembleias provinciais efetuadas logo depois, escolhidos os candidatos ao Comitê Central e apresentados relatórios sobre problemas regionais. Membros do Comitê Central do MPLA-PT, designados para acompanhar as discussões e dar explicações sobre os projetos de teses, participaram das assembleias municipais e provinciais.

Basicamente, as propostas elaboradas pelo Comitê Central abrangeram quase todos os setores da atividade política, econômica e social de Angola. No entanto, dois pontos predominaram nas discussões: a guerra e a reconstrução da economia. A orientação geral foi lançada durante a Conferência Nacional do Partido, no começo deste ano, e que serviu para organizar os preparativos para o 2º Congresso.

O anteprojeto sobre o “Sistema de Direção da Economia” assinala: “O sistema de direção que concebemos nessa etapa histórica deve materializar as exigências de desenvolvimento da economia em função da guerra. Temos que desenvolver uma economia que apóie a guerra, e fazer a guer-

ra para a defesa da economia”.

Entre as metas propostas no mesmo documento, encontram-se as seguintes:

1) prioridade absoluta às necessidades da defesa;

2) maior eficiência no trabalho e na produção, e melhoria no abastecimento à população, como condição prévia para garantir o processo de estabilização econômica;

3) prioridade às relações econômicas com o exterior e dinamização das exportações, como fator determinante no equilíbrio da economia nacional;

4) prioridade à utilização e ao aproveitamento racional dos quadros nacionais e também racionalização da cooperação;

5) melhoria dos métodos de planejamento socialista;

6) reformulação dos métodos de direção e gestão da economia, aplicando de forma mais eficiente as relações de valor.

A política de alianças

Entre as condições político-sociais que os responsáveis pelo anteprojeto consideram essenciais à concretização dos objetivos econômicos a serem fixados no 2º Congresso, uma ocupa um papel de destaque: a chamada política de alianças, que, segundo o texto submetido às conferências municipais e provinciais, “deve priorizar as áreas rurais, sem contudo esquecer a cidade. A política agrária deve visar o aumento constante da produção mercantil agropecuária, com vistas a satisfazer direta e indiretamente as necessidades mais elementares da população (...) assim como consolidar e fortalecer o número de empresas agrícolas rentáveis, criando as condições que fundamentem essa rentabilidade”.

O documento, antes de receber as sugestões e alterações das conferências provinciais e municipais, acentuava ainda que “considerando a existência de diferentes tipos de propriedade no campo, neste período de transição do capitalismo para o socialismo, será indispensável realizar uma polí-

tica racional de alianças que permita enquadrar tanto a economia do tipo familiar como a iniciativa privada devidamente controlada e regulada no âmbito da realização da política econômica definida pelo partido”.

Quanto ao esforço bélico, o anteprojeto sobre a direção da economia no quinquênio 1986/90 estabelece que mais de um-terço das despesas do Orçamento Geral do Estado (OGE) serão destinados a suprir as necessidades da Defesa e Segurança. No que se refere ao abastecimento da população, o documento propõe o aperfeiçoamento do “Novo Sistema de Distribuição de Alimentos”, que “tornará obrigatória e incondicional a venda dos produtos de maior consumo e utilidade, de forma que a população se sinta cada vez mais confiante, relativamente à concretização das suas necessidades básicas (...). No aperfeiçoamento do ‘Novo Sistema de Abastecimento’ dever-se-á impor a necessidade de vincular a emissão de cartões de racionamento num círculo mais limitado, ou seja, ao nível de empresa”.

Em relação à política de preços, o anteprojeto reconhece que “os preços atualmente em vigor refletem um elevado nível de instabilidade e não traduzem de forma eficaz as relações de valor (...) devido ao desnível entre a procura da população e o deficiente nível da oferta, causado pelo fraco aproveitamento das capacidades produtivas potenciais, o que é agravado pelo forte movimento especulativo existente em todo o país”.

Por isso o documento sugere que “na formulação de uma nova política de preços seja garantido o cumprimento do princípio de se refletir nos mesmos preços os gastos de trabalho socialmente necessários à produção destes bens (...); adotar uma taxa de câmbio mais real” nas importações; diminuir a taxa sobre os produtos exportados; fixar normas para a compra de produtos agropecuários, levando em conta as particularidades climáticas, estrutura de solos, estímulo aos artigos de maior necessidade e incentivo ao desenvolvimento tecnológico.

No caso da nova política de preços provocar um aumento de custos, o poder aquisitivo dos trabalhadores poderá ser mantido com a concessão de subsídios que serão retirados tão logo a produção e os preços retornem a níveis satisfatórios.

Metas básicas

O texto preliminar do anteprojeto sobre desenvolvimento da produção, depois de uma série de recomendações e projetos destinados a melhorar as condições de vida da população, concentra-se sobre os esforços para melhorar o comércio externo de Angola. Entre as metas fixadas, encontra-



Aumentar a produção será uma das metas discutidas no 2º Congresso do MPLA-PT

se a de elevar a produção nacional de petróleo para 300 mil barris diários. No que se refere ao café a previsão é de 35 mil toneladas anuais para exportação no final do quinquênio. Para o setor dos diamantes, propõe uma reorganização global de forma a redinamizar a produção. O documento estabelece também metas para a exploração das madeiras da província de Cabinda, produção de minérios (ferro e ouro) e pesca.

No anteprojeto sobre “Desenvolvimento Social e Elevação do Nível de Vida do Povo”, é feita uma análise retrospectiva da rede comercial de distribuição, da assistência e previdência social, da habitação, educação, cultura e esportes. Depois de assinalar que muitas metas fixadas em reuniões anteriores do partido não foram alcançadas por causa da guerra, desorganização burocrática, irrealismo e também por sabotagem interna, os autores do documento propõem planos gerais para o quinquênio 1986/90, prevendo a correção dos erros e desvios cometidos nos últimos cinco anos e a reativação geral dos organismos encarregados de prestar serviços à população.

No setor da rede comercial, é sugerida a intensificação do sistema de troca entre a cidade e o campo para facilitar a distribuição dos bens mais importantes, tanto para os camponeses como para os operários; no campo da saúde foi dada ênfase à intensificação dos “Primeiros Cuidados de Saúde” às populações mais afetadas pela guerra; na área da habitação, foi proposta uma reorganização do setor para resolver a crônica falta de residências no país; na educação, são aconselhadas medidas no sentido de uma maior ligação da escola à fábrica, bem como o aprofundamento do programa educacional para adultos, especialmente para os membros das forças armadas e os operários; na cultura, entre outros pontos, o documento reitera a necessidade da preservação do patrimônio cultural do país e a afirmação das línguas nacionais; e no terreno da previdência social, a assistência às vítimas da guerra ocupa um lugar de destaque. ●

Angola e o mundo



No discurso de abertura da reunião dos ministros das Relações Exteriores dos Não-Alinhados, em setembro, o presidente José Eduardo dos Santos fez uma exposição sobre a diplomacia angolana

O cerco político e as agressões militares sul-africanas durante os últimos dez anos obrigaram o governo angolano a desenvolver uma diplomacia extremamente ativa, usan-

do ao máximo a capacidade de seus quadros. Mesmo sem ter tido o tempo necessário para adquirir experiência em política externa e sem dispor dos meios materiais que seus adversários possuem, o governo e os diplomatas conseguiram desenvolver um conjunto de princípios que deram a Angola uma posição influente no contexto africano e nas Nações Unidas.

No mês de setembro, Luanda foi sede da 8ª Conferência Ministerial de Países Não-Alinhados, um encontro que serviu para mostrar a capacidade angolana de organizar materialmente uma reunião tão importante como esta, e também o papel político que o governo do presidente José Eduardo dos Santos desempenha entre os países da África, Ásia, América Latina e Europa.

O discurso que o presidente angolano pronunciou na abertura da Conferência Ministerial dos Países Não-Alinhados sintetiza todos os pontos essenciais da diplomacia angolana. Deste discurso escolhemos os trechos mais significativos:

“(...) Nesta cidade (Luanda), em 4 de fevereiro de 1961, um punhado de corajosos militantes do MPLA ergueu-se de catanas na mão contra o poder colonial, e marcou o primeiro ato concreto da longa e vitoriosa Luta Armada da Libertação Nacional.

“Dez anos passaram e apesar dos esforços de reconstrução, os vestígios dessa violência que se

26 - terceiro mundo

abateu sobre a nossa capital ainda se vêem em alguns pontos da cidade.

“A República Popular de Angola foi proclamada pelo presidente Agostinho Neto, sob o troar dos canhões de poderosas forças estrangeiras que ainda hoje preferem não entender que Angola será a realidade política, econômica e social que o povo angolano definiu na Constituição do seu Estado. Orgulhamo-nos pelo fato de termos conquistado nossa independência pela luta armada e estamos dispostos a defender a integridade do território nacional com as nossas armas.

“Quer admitam aqueles que nos atacam ou não, Angola é um Estado independente, soberano, africano e progressista, situado na África Austral e Central. Nesta condição, contribuímos e participamos na procura de soluções para os graves problemas que enfrentam a nossa região e o mundo(...).

“(...) O povo angolano através do MPLA se identificou com os princípios políticos de Bandung, ainda no período da Luta de Libertação Nacional e em 1961, em Belgrado, se associou ao Movimento dos Países Não-Alinhados. Já nesta altura, a reunião de cúpula do movimento, reafirmando seu caráter anticolonialista, manifestou uma profunda inquietação face à repressão indiscriminada

O presidente José Eduardo dos Santos na abertura da Conferência dos Não-Alinhados em Luanda



que se abatia sobre os patriotas angolanos, postulando a necessidade do estabelecimento imediato de um Estado livre e independente em Angola (...).

“A diversidade das concepções filosóficas de cada uma das nações que integram a nossa organização (o Movimento dos Não-Alinhados), produz a heterogeneidade que nos caracteriza, sem que, no entanto, esse fato faça predominar as divergências sobre nossas preocupações essenciais comuns (...) Devemos, assim, evitar que o imperialismo internacional utilize as nossas divergências para lançar a discórdia entre os estados-membros e debilitar deste modo a nossa coesão e ação no estabelecimento de relações internacionais mais justas.

“A República Popular de Angola é uma nação soberana e, conseqüentemente, realiza a política nacional que mais se ajusta às condições de vida de seu povo e às suas possibilidades e recursos. Temos consciência da interdependência do mundo e praticamos uma cooperação ampla e diversificada no quadro do não-alinhamento, preservando a nossa independência em todos os campos da vida, tanto no aspecto interno como no externo.

“Nossa ação situa-se nos parâmetros da coexistência pacífica, mas não nos podemos manter alheios nem assumir uma posição passiva diante de situações coloniais ainda existentes, das ingerências nos assuntos internos dos estados e do uso da força nas relações entre os povos e países. Nenhum argumento pode justificar essas atitudes, nem mesmo o das chamadas ‘zonas de influência’ que estimula a agressão militar de que são alvo certos países da Ásia, América Latina e África.

“Os Países Não-Alinhados têm a responsabilidade histórica de situar a análise dos fenômenos que geram a crise mundial atual nos marcos definidos pelos objetivos fundamentais da política de não-alinhamento, e da independência que a caracteriza, de modo a não nos dispersarmos nem nos deixar arrastar pela tendência atual de se inserir os problemas da paz e da guerra, do colonialismo e da libertação e outros, no quadro da confrontação Leste-Oeste (...).

“O mundo vive uma situação particularmente perigosa com o recrudescimento da atividade belicista do imperialismo e a crescente corrida aos ar-



“Já em 1961 o Movimento postulou a necessidade do estabelecimento imediato de um Estado livre e independente em Angola”

D.I.P. - MPLA

mamentos, que se tornam cada vez mais sofisticados, possibilitando a sua utilização a partir do espaço, o que permite concretizar mesmo a idéia da chamada ‘guerra nas estrelas’ (...).

“Consideramos que se torna necessário reforçarmos as nossas posições no sentido da desnuclearização geral do mundo, promovendo ações enérgicas, a nosso nível e no seio dos organismos internacionais, para que se efetive esse desejo da Humanidade que deverá, em nosso entender, começar pelas zonas onde a introdução deste tipo de armamento se processou contra a vontade dos respectivos povos ou governos (...).

“Devemos evitar que o imperialismo utilize as nossas divergências para lançar a discórdia entre nós”

“Devemos, por isso, agir de forma a neutralizarmos todo o gênero de cooperação que conduza à utilização do átomo com fins não-pacíficos e à sua fabricação autônoma por países como Israel, África do Sul e outros países das regiões a que pertencemos. Os esforços dos países não-alinhados a favor da paz e do desarmamento contribuirão para o desanuviamento da tensão nas relações internacionais e terão efeitos positivos na luta pela instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa e equitativa que promova a estabilidade e a coesão da Comunidade Internacional. Neste aspecto, foram levadas a cabo algumas iniciativas concretas que apesar de não terem surtido os efeitos desejados devido às barreiras de na-

tureza ideológica, econômica e outras que se levantaram, deixaram transparecer a receptividade relativa manifestada por certos países industrializados em relação ao diálogo Norte-Sul, podendo-se qualificar este fato como uma possibilidade em aberto para ações futuras (...).

“O regime da África do Sul é o principal fator de desestabilização dos Estados vizinhos na região (da África Austral). É o responsável pelas constantes agressões e atos de sabotagem realizados não só pelas suas forças armadas regulares mas também pelos bandos fanteoches que atuam a seu serviço, num constante desafio às instâncias internacionais e à opinião pública mundial. Esse regime racista continua, no entanto, a desrespeitar impunemente e a violar as resoluções das Nações Unidas, da OUA e do Movimento dos Países Não-Alinhados, graças ao apoio que recebe de alguns países ocidentais, particularmente dos Estados Unidos da América.

“O regime da África do Sul é o principal fator de desestabilização dos Estados vizinhos”

“Na África do Sul, onde neste momento se assiste a um dos mais sérios confrontos entre o poder da minoria branca racista e todo o povo oprimido e explorado, a classe dirigente tenta desesperadamente fazer alterações de fachada com a deliberada intenção de desviar as massas populares da luta real para a liquidação da discriminação racial e do sistema do *apartheid* (...).

“A decretação do estado de emergência, por parte dos governantes da África do Sul, veio contribuir de forma significativa para o aumento da tensão na África Austral e sobretudo no interior da própria África do Sul, onde as detenções arbitrárias e os assassinatos de militantes anti-*apartheid* caracterizam o atual estado de desespero do regime (...).

“Nesse sentido, penso que seriam bem recebidas pelos países do nosso movimento e pela Comunidade Internacional em geral, uma atitude firme e a intensificação das ações concretas por parte dos países ocidentais para obrigar a classe dirigente de Pretória a abolir o regime do *apartheid*. Esse fato representaria, indiscutivelmente, uma apreciável contribuição à erradicação do *apartheid*, o que no nosso entender, passaria necessariamente pela aplicação de sanções econômicas obrigatórias contra a África do Sul, que de modo nenhum prejudicariam mais a maioria da população sul-africana, do que a própria existência e continuação do sistema de discriminação racial (...).

28 - terceiro mundo

“O povo angolano tem sido objeto de uma guerra de agressão constante, ainda que não declarada, movida por Pretória, desde o limiar da proclamação da Independência Nacional, em 11 de novembro de 1975. Efetivamente, ao longo deste primeiro decênio de existência, o nosso jovem país tem-se visto obrigado a ultrapassar imensos obstáculos, muitos deles decorrentes das agressões perpetradas pelo inimigo e que não deixam de ter reflexos negativos no esforço de desenvolvimento nacional, pois além do fato, não contabilizável, que representa a perda de dezenas de milhares de vidas humanas, elevam-se já a mais de 10 bilhões de dólares os prejuízos materiais causados diretamente pelas agressões sul-africanas.

“O regime sul-africano tem ao longo dos últimos anos empreendido medidas conducentes à sua militarização acelerada, expressa nos elevados gastos com a defesa, que passaram de 321 milhões de dólares em 1971 para cerca de 4 bilhões de dólares, o que elucida a sua preocupação em transformar-se em potência militar regional, capaz de impor pela força das suas armas, o *diktat* político e econômico aos países independentes dessa região. O regime do *apartheid* pretende apresentar o foco de tensão na África Austral, por ele criado e estimulado, como uma expressão regional do conflito Leste-Oeste e ao mesmo tempo criar na opinião pública internacional a idéia de que as organizações fanteoches que ele próprio organizou, treina e até hoje assegura a sobrevivência, são organizações independentes, de nacionalistas dissidentes de alguns estados da região.

“Na realidade, as ações desses bandos de fanteoches, caracterizadas pela brutalidade e terror que impõem às populações civis indefesas, revelaram-se aos olhos da Comunidade Internacional como fatos imputáveis ao exército regular sul-africano que coordena, dirige e não raro executa toda a estratégia de guerra subversiva contra os Estados soberanos da região. É prova concludente disso a recente captura de um oficial das forças especiais do exército sul-africano (ver Quadro: “Du Troit: a grande testemunha contra Pretória”) na abortada operação ‘Argon’ contra o complexo petrolífero de Malongo, na província de Cabinda. As esclarecedoras declarações prestadas pelo oficial sul-africano à imprensa internacional desmistificaram a pretensa capacidade militar dos fanteoches, pois ficou mais do que provado que ações dessa envergadura são de fato realizadas por comandos especiais sul-africanos.

“Não é difícil, portanto, concluirmos que o conflito armado que se verifica em Angola não é de natureza civil como certos círculos políticos e meios de imprensa pretendem fazer acreditar, mas estamos, sim, perante uma agressão exterior multifacetada urdida a partir do eixo Washington-Pretória

ria, com a instrumentalização de alguns angolanos traidores e ambiciosos que exploram para esses fins desonestos e antipatrióticos, o obscurantismo, a ignorância, as diferenças tribais e raciais, entre os cidadãos menos esclarecidos.

“Deste modo, é legítimo à República Popular de Angola, como Estado soberano, rejeitar categoricamente a pretensa conciliação nacional com tais grupos armados, propalada em certos países ocidentais, que resultaria inequivocamente na abdicação de sua soberania e no esvaziamento das conquistas duramente alcançadas pelo povo angolano (...).

“Apesar de submetido a um estado de guerra permanente que dura há um-quarto de século, o povo angolano não tem qualquer vocação belicista. Procura somente resolver um conflito que lhe é imposto e do qual é vítima, pois os ideais da Paz e do Progresso são uma componente das suas mais profundas e legítimas aspirações.

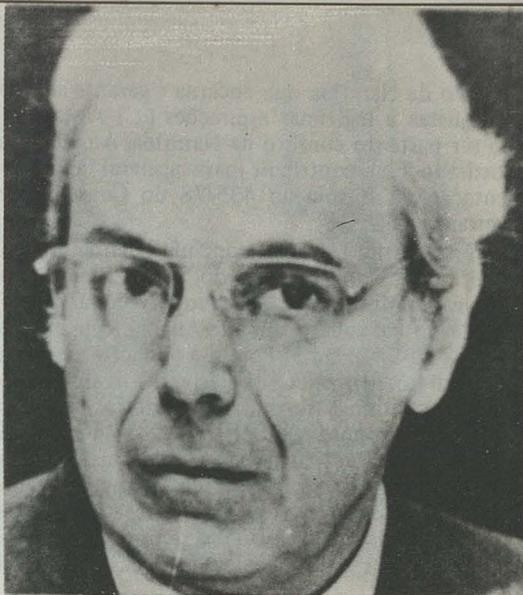
“É na procura da materialização dessa justa aspiração que o governo de Angola tem atuado, sempre com prudência e espírito construtivo, mesmo quando perante a agressão que colocava em perigo a sua independência, teve que recorrer à ajuda externa (...). É neste contexto que se insere ainda hoje a presença das forças internacionalistas cubanas, que responderam ao apelo do governo angolano à Comunidade Internacional no exercício de um direito internacionalmente reconhecido.

“A presença de tropas cubanas em Angola, que o imperialismo tem procurado apresentar como um obstáculo à paz na África Austral é, pelo contrário, um fator que garante a estabilidade, perante a tendência hegemônica crescente que representa a África do Sul racista. Apesar de tal fato represen-

“A República Popular de Angola rejeita categoricamente a pretensa reconciliação nacional com os grupos armados”

tar um problema interno da República Popular de Angola (...), nosso governo tem dado provas de compreensão e boa-vontade na regularização do conflito da África Austral.

“Neste sentido, os governos de Angola e Cuba estabeleceram soberanamente um programa de retirada progressiva do contingente militar cubano na justa proporção do aumento da capacidade militar defensiva das forças armadas angolanas e na medida das garantias de cessação da agressão, ou das ameaças de agressão direta ou indireta, por parte do exército racista sul-africano. Foi ainda com este espírito construtivo e numa clara manifestação de



Pérez de Cuellar (foto) recebeu uma carta do governo angolano em que as autoridades de Luanda reafirmavam o seu empenho em contribuir para a paz na região

sua política de paz, que o governo angolano aceitou entabular conversações diretas com representantes dos governos norte-americano e de Pretória, que culminaram com o chamado ‘entendimento de Lusaka’, cujos compromissos infelizmente não foram honrados pela África do Sul, nos prazos estabelecidos.

“Não obstante, o governo da República Popular de Angola, endereçou a 17 de novembro de 1984 uma carta ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas na qual reafirmou o seu empenho em contribuir de modo ativo para a solução dos candentes problemas da África Austral, estabelecendo um novo calendário de retirada progressiva das forças cubanas. Apesar de todos os esforços empreendidos pelo governo angolano no sentido de se obter a paz e segurança na região, o governo de Pretória (...) continuou a infiltrar enormes quantidades de material militar não só pela fronteira sul do nosso país, mas também por via marítima e aérea, a fim de realizar operações militares e sustentar os bandos fantoches. Com tal procedimento (...) o governo sul-africano retira, de início, qualquer possibilidade de execução dos planos de redução progressiva dos efetivos cubanos, já há alguns anos acertado com o governo de Cuba (...).

“A questão namibiana continua a ser objeto de diferentes manobras dilatórias por parte do governo sul-africano, das quais a mais recente é a nomeação por Pretória de um chamado governo interino na Namíbia, através do qual pretende impedir que o povo namibiano alcance uma verdadeira independência que, do nosso ponto de vista, só é possível com a participação da Swapo, vanguarda

do povo da Namíbia que encarna e garante as suas mais justas e legítimas aspirações (...) Apesar de não ser parte do conflito da Namíbia, Angola tem procurado (...) contribuir para acelerar a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

"Neste sentido, Angola concluiu o 'entendimento de Lusaka' com a África do Sul, estabelecendo a Comissão Militar Mista para supervisionar a retirada das forças sul-africanas de Angola, cuja missão cessou e já foi extinta. Porém a situação na nossa fronteira sul permanece explosiva. O exército sul-africano continua violando o território nacional. Para se levar adiante o processo de paz na região, é indispensável a retomada das conversações entre as partes beligerantes da Namíbia, isto é, a Swapo e a África do Sul, sob a égide do secretário-geral da Organização das Nações Unidas de forma a estabelecer-se a data da implementação da Resolução 435 (...).

"No que toca à República Popular de Angola, nós reiteramos como válidas e atuais as 'Bases de Negociações para um Acordo Global sobre a Paz e Independência na Namíbia e a Segurança de Angola', apresentadas ao secretário-geral das Nações Unidas em 17 de novembro de 1984. Todavia, reiteramos que quaisquer conversações ou negociações só têm sentido num clima de relativa confiança, com seriedade e espírito construtivo. Sinais práticos neste sentido não foram recebidos ainda da outra parte, infelizmente (...).

"Os princípios diretores da política externa da República Popular de Angola postulam o reforço dos laços de amizade, de solidariedade e cooperação multiforme com todos os países do mundo, na base dos princípios universais do direito internacional. Estendemos, de igual modo, a nossa solidariedade militante a todos os povos oprimidos e aos Movimentos de Libertação Nacional e apoiamos a sua justa luta pela conquista da liberdade e independência nacional.

"Num mundo de constantes mutações, mostramo-nos particularmente preocupados com os conflitos que subsistem em algumas partes do nosso planeta (...).

"O conflito do Saara Ocidental é potencialmente uma ameaça à paz, segurança e estabilidade em toda a África. Estamos convencidos que a solução da questão do Saara reside na aplicação integral da Resolução AHG 104 da 19ª Conferência dos Chefes de Estado e Governo da Organização de Unidades Africanas (...).

"Outra zona de tensão mundial continua a ser o Oriente Médio, onde o estado sionista de Israel insiste em exercer a sua política de agressão, de expansão colonial e de ocupação dos territórios árabes. Permitimo-nos recordar (...) a resolução adotada pela Conferência de Cúpula dos Países

Não-Alinhados, em Nova Déli, em 1983, que condenava firmemente a atitude hostil dos Estados Unidos em relação aos direitos inalienáveis do povo palestino e à Organização de Libertação da Palestina e exigia a evacuação total e incondicional de Israel de todos os territórios árabes e palestinos ocupados, incluindo Jerusalém (...).

"Outra questão que tem merecido a preocupação (...) da Comunidade Internacional é a situação que prevalece em Chipre em que, malgrado os esforços desenvolvidos pelos Não-Alinhados e pelas Nações Unidas, continua a persistir uma situação de divisão do povo cipriota, que desejamos seja superada no futuro (...).

***"O conflito no Saara Ocidental
é potencialmente uma ameaça à paz,
à segurança e à estabilidade
de toda a África"***

"No sudoeste asiático, o Afeganistão é o problema fundamental daquela sub-região, onde se destaca o papel proeminente de mediador que vem sendo desempenhado pelo secretário-geral das Nações Unidas, o qual deve continuar merecendo a confiança das partes diretamente interessadas no conflito, com vistas a encontrar-se uma solução justa e pacífica.

"Em Timor Leste, constatamos que passos novos estão sendo dados através do diálogo entre Portugal e a Indonésia sob a mediação do secretário-geral da ONU. Estamos convencidos que serão salvaguardados os verdadeiros interesses e os direitos fundamentais inalienáveis do povo de Timor Leste neste processo (...).

"Na América Latina, e mais precisamente na América Central, a situação de tensão criada pelo imperialismo tem-se agravado desde a brutal intervenção norte-americana contra a ilha de Granada. A política intervencionista da atual administração norte-americana naquela região, levou à adoção de um bloqueio econômico contra a Nicarágua e à manutenção de uma situação de ameaça permanente contra aquele estado, malgrado os louváveis esforços do Grupo de Contadora para a solução do conflito pela via do diálogo.

"O panorama econômico internacional desde a última reunião de cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, em 1983, não registrou processos significativos, quer devido à ausência de vontade política por parte de alguns países desenvolvidos em aceitar a adoção de mecanismos adequados e equitativos para a solução dos graves problemas



“O desenvolvimento da cooperação Sul-Sul poderá significar uma importante contribuição para a Noei”

econômicos com que o mundo contemporâneo se debate, em particular os países subdesenvolvidos, quer porque a atual Ordem Econômica Internacional impede um engajamento maior e construtivo na aplicação de medidas políticas como forma de encorajar a necessária complementaridade econômica (...).

“A atual crise econômica, cuja natureza é essencialmente estrutural, decorre da crise do próprio sistema capitalista, que se revelou na primeira metade da presente década como uma das mais profundas conhecidas pela economia capitalista nos últimos 50 anos. As crises econômicas, apesar de terem a sua origem nos países capitalistas desenvolvidos, fazem-se sentir com maior profundidade e acuidade nos países subdesenvolvidos devido à grande vulnerabilidade, dependência, fragilidade e deformação de suas estruturas econômicas (...).

“Com efeito, os preços dos produtos básicos caíram de forma assinalável diminuindo fortemente uma das principais fontes de divisas dos países subdesenvolvidos. A recessão internacional, acompanhada de práticas protecionistas, dificultou as exportações dos poucos produtos manufaturados de muitos países subdesenvolvidos e, por último, a subida das taxas de juros para níveis sem paralelo nos últimos decênios, veio avolumar as pressões sobre a dívida externa dos países mais endividados (...).

“O endividamento público e privado dos países do Terceiro Mundo (...) constitui um dos principais fatores que comprometeram de forma acentuada os seus programas de desenvolvimento. Não restam dúvidas que a interdependência que se gerou entre o fenômeno da dívida externa e a soberania nacional dos países endividados, coloca-nos perante a necessidade de analisar tal situação sem que isso ponha em causa a soberania irrenunciável dos Estados (...).

“Em sentido geral, as relações de cooperação econômica entre as nações subdesenvolvidas constitui um fenômeno relativamente novo, que conseqüentemente se encontra ainda numa etapa incipiente. Por isso, quando se faz o seu balanço, é possível constatar-se resultados contraditórios, caracterizados por importantes avanços em alguns campos, tais como o das relações comerciais, que atingiram nos últimos 10 a 15 anos uma taxa média de cerca de 26% e o fraco desenvolvimento de outras esferas de cooperação Sul-Sul (...).

**“A atual crise econômica,
cuja natureza é fundamentalmente
estrutural, decorre da crise
do sistema capitalista”**

“(...) O desenvolvimento desse tipo de cooperação poderá significar mais um importante estímulo aos esforços que se realizam neste momento visando o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Esta Nova Ordem deve constituir um novo sistema de relações econômicas internacionais, mais justas e equitativas, de acordo com as condições imperantes na economia mundial, devendo promover princípios e normas para as relações entre as nações, que não sejam baseados nos velhos critérios de saque e exploração dos países mais fortes sobre os mais débeis, mas que leve em consideração a necessidade de mútua cooperação e solidariedade entre povos e nações, com vistas a atingir-se um desenvolvimento econômico harmonioso e estável, a nível da economia mundial (...).”

O dia em que Angola parou

Fazia calor naquele 10 de setembro de 1979. O céu estava nublado e o ar quase parado. Nas ruas de Luanda, o movimento era absolutamente normal quando, por volta das 13 hs, a cidade inteira parou. A Rádio Nacional interrompeu suas transmissões e o locutor pronunciou a frase que a maioria dos angolanos não esqueceu até hoje: "O nosso presidente camarada Agostinho Neto morreu". A segunda frase do texto já foi pronunciada com a voz trêmula, e, daí por diante, o locutor não pôde mais conter o choro.

"Eu tinha acabado de ganhar um rádio novo. Quando consegui fazê-lo funcionar, o volume estava no máximo. Foi justamente na hora em que o locutor começou a ler a notícia da morte do presidente. Minha casa ficava ao lado de um quartel e o som do rádio estava tão alto que os soldados puderam ouvir claramente. Na rua, imediatamente juntou gente à frente de minha casa. Nós não acreditávamos no que estávamos ouvindo e muitos só se convenceram depois de escutar a rádio repetindo a notícia. O que aconteceu depois foi indescritível. No quartel, os soldados se jogavam no chão, chorando. Na rua, as pessoas se abraçavam, também chorando. Eu não sabia o que fazer. Caminhei durante muito tempo sem rumo dentro de casa." (Fernanda Sotto Maior)

A uma e meia da tarde, já não havia quase mais carros nas ruas. Um pesado silêncio começou a se abater sobre a cidade. As pessoas quando não choravam, falavam baixinho. Nas repartições públicas, o trabalho parou. A notícia se espalhou em ondas de choque. As ruas foram ficando vazias, enquanto a rádio transmitia música fúnebre. Às três da tarde, já havia mulheres vestidas de negro e homens com uma faixa de luto no braço direito. Quando a noite caiu, Luanda era uma cidade traumatizada e nem o locutor do noticiário da TV conseguiu conter o choro na hora de anunciar a morte de Neto.

"Eu não ouvi a notícia pela rádio. Foram meus colegas de trabalho que me contaram. Um amigo meu me pegou pelo braço e disse soluçando: 'Nosso pai morreu'. Até hoje não consigo explicar, mas entendi que era o camarada Agostinho. Ele era mesmo o nosso pai, o homem em que a gente confiava. Lá no meu ministério, as pessoas foram indo embora aos poucos. Ninguém falava. Vi muitos morderem os lábios. Quase todas as mulheres choravam. Eu fiquei sentado na escada do edifício até o começo da noite, sem saber para onde ir. Lá pelas tantas, levantei e fui procurar flores. Eu queria levar alguma coisa até o palácio do governo." (Emílio Mavuni, motorista).

Agostinho Neto não queria ir a Moscou e só viajou depois de muita insistência de ministros e líderes do MPLA. Ele tinha câncer, e talvez, no íntimo, soubesse que aquela seria a sua última viagem. Os médicos soviéticos pouca coisa puderam fazer para salvar o fundador do partido e primei-

Uma onda de dor invadiu Angola quando foi anunciada a morte do presidente Agostinho Neto





DIP / MPLA

ro presidente angolano. O óbito aconteceu um dia antes e a notícia foi retardada para permitir o regresso de alguns ministros e dirigentes do MPLA que estavam no exterior. Lucio Lara, por exemplo, estava em Havana, e teve que interromper a visita às pressas para voltar a Luanda.

“Sempre que eu vejo filmes sobre a morte de Agostinho Neto, fico todo arrepiado. Acho que nunca senti uma emoção tão forte em minha vida. O que mais me impressionou foi talvez o fato de todos, mas todos mesmo, estarem abalados. Em questão de horas, na rua não se via mais ninguém com roupas coloridas. Era tudo preto ou escuro. As flores desapareceram, porque aqui é hábito levar flores para um morto querido. Eu fui mandado para o interior com um vídeo-cassete das imagens da volta do corpo. Nas aldeias onde chegávamos, as ruas estavam vazias e toda a população concentrada para as cerimônias fúnebres que duraram 15 dias. Todos cantavam ininterruptamente, e, de vez em quando, alguém falava mais alto improvisando algo que desejava expressar. Quase todas as mulheres choravam. No interior é que se pode sentir realmente qual o grau de comoção popular, porque lá nada foi organizado.” (Manuel Tomás Francisco, cineasta).

Seis anos após a morte de Agostinho Neto, ele é hoje chamado de Guia Imortal da Revolução

Agostinho Neto comandando um destacamento guerrilheiro durante a guerra de independência. Atras do líder angolano, o escritor britânico Basil Davidson testemunha das lutas de libertação na África

Angolana. Sua foto está em todas as repartições públicas. O “Jornal de Angola” publica citações do presidente morto todos os dias, no alto da primeira página. E será inaugurado, brevemente no centro de Luanda, um mausoléu em homenagem a Neto, que além de médico, líder político e comandante guerrilheiro foi também um grande poeta, cuja obra está traduzida em muitas línguas.

“Eu me lembro que minha professora começou a chorar, quando alguém entrou na sala e falou no ouvido dela. Quando cheguei em casa, minha mãe também chorava. Meus irmãos estavam sentados na sala quietos. De tarde, meu pai foi comigo para o centro. No caminho, ele viu um jardim e arrancou uma flor para que eu levasse. Ele ficou sentado num banco durante muito tempo, olhando para baixo. Nós voltamos quando já estava escuro e uma coisa que me lembro é que meu pai perguntou para minha mãe: ‘Quem é que vai cuidar de nós agora?’” (Domingos, 14 anos).

Ngiva: a cidade sem telhados



Nenhuma das quase duas mil casas e edifícios ficou de pé quando o exército sul-africano desocupou a capital da província do Cunene, a maior cidade angolana ao longo da fronteira com a Namíbia

De Lubango, a capital da província de Huíla, até Ngiva gasta-se um pouco mais de uma hora e quinze minutos de voo. Por terra, são 400 quilômetros. Lubango é a principal base militar da retaguarda das forças angolanas no sul, dentro da chamada zona de guerra, onde desde a independência a população vive permanentemente mobilizada e na expectativa de novas invasões sul-africanas. Ngiva é uma cidade castigada. Há cinco anos, tinha cerca de 60 mil habitantes. Hoje, apenas 20 mil voltaram para reconstruir os destroços deixados pelos invasores.

Quando o avião militar se aproxima da capital do Cunene, a visão é impressionante. Não se vêem telhados. Só muros e paredes de pé, como um imenso canteiro de obras. Em outros lugares, aparecem pilhas de concreto. Em vários pontos, surgem imensos buracos negros no chão. Nem os casebres de palha escaparam da destruição. A pequena igreja é o único prédio com mais de um andar que continua de pé, mas assim mesmo, parcialmente destelhada.

Antes de pousar, o Antonov-24 da força aérea angolana faz uma volta sobre Ngiva, à baixa altura, para ser identificado pelas forças terrestres. A aterrissagem é tranquila, porque a pista foi reconstruída após a retirada sul-africana. Mas a estação de passageiros dá ao visitante em terra o primeiro choque. O pequeno edifício de dois andares não tem uma janela inteira, nenhum móvel foi deixado no local, as paredes estão de tal maneira perfuradas de balas, que não existe uma área sequer intacta com mais de 10 centímetros quadrados.

34 - terceiro mundo

“Estamos a pouco mais de 20 quilômetros da fronteira”, informa o 2º tenente Miguel Antonio, encarregado pelo comando militar angolano de Ngiva de dar assistência aos jornalistas. Em sua volta, ao lado da pista do aeroporto, estão quase 30 soldados, em sua maioria jovens com mais ou menos 30 anos. Muitos têm o corpo coberto por pentes de balas de metralhadoras pesadas. Eles patrulham a mais ameaçada posição da cidade, no caso de uma nova invasão sul-africana. O 2º tenente Miguel Antonio afirma que, na hipótese de um novo ataque, o aeroporto será o primeiro alvo a ser atingido pela aviação inimiga, para impedir a chegada de reforços. Emílio, um soldado de uns 22 anos, diz que “eles (os sul-africanos) sobrevoam Ngiva quase uma vez por semana. Às vezes até mais, e depois penetram uns 40 a 50 quilômetros no espaço aéreo angolano para fotografar deslocamentos de tropas ou verificar a chegada de suprimentos. A gente nem se assusta mais quando os Mirage passam à baixa altura. Eles parecem querer mostrar a todo instante que podem invadir de novo”.

Subimos num barulhento caminhão IFA e começamos a percorrer os 10 quilômetros de estrada asfaltada que separam o aeroporto do centro da cidade. O asfalto está quase perfeito, mas tanto de um

A estação de passageiros do aeroporto de Ngiva só tem as paredes de pé



C. Castilho

lado como de outro há muitos destroços de veículos militares e enormes buracos. "São os estragos causados pelas bombas de 100 a 200 libras jogadas pela aviação boer em 1981", informa o motorista, apontando para crateras com até 10 metros de diâmetro e um metro de profundidade.

Ao longo da estrada, existem vários "Kimbos" (pequenas lavouras para agricultura familiar) abandonados, mas em alguns a população já voltou e se pode ver algumas cabras em pequenos cercados feitos com galhos secos de arbustos. As placas da estrada, indicando a aproximação da cidade, estão crivadas de balas, mostrando que serviram durante muito tempo como alvo para pontaria pelos invasores sul-africanos. Alguns postes de luz continuam de pé, mas a maioria está retorcida e os fios de eletricidade foram retirados.

Quando surgem as primeiras casas, tem-se a nítida impressão de que entramos numa cidade fantasma. Das construções, só as paredes continuam de pé. Dos telhados, apenas pedaços de lusalite (nome angolano dado às telhas conhecidas no Brasil como Eternit) espalhados pelo chão. Portas e janelas foram arrancadas. As paredes mostram no reboco os sinais de uma violenta batalha, cheias de furos de balas. Passamos pela antiga sede do MPLA-PT em Ngiva. Os três andares do prédio rúram. As lajes de concreto umas sobre as outras, como se tivessem sido achatadas. Um supermercado está mais ou menos na mesma situação, e do posto de gasolina apenas sobrou o logotipo *Texaco*. À medida em que nos aproximamos da praça principal, pessoas aparecem na rua de terra batida. Velhos, mulheres e crianças caminham sem maiores preocupações, porque não há veículos à exceção do IFA do exército angolano.

O tenente Miguel Antonio, junto com um funcionário do partido que nos acompanhou desde Lubango, informa que toda esta destruição foi feita em apenas 48 horas, quando os sul-africanos ocuparam a cidade há quatro anos: "Eles entraram na cidade pela estrada que vem da fronteira com a Namíbia, em colunas de blindados e com apoio maciço da aviação. Chegaram com fúria, conforme contaram moradores que mal tiveram tempo de fugir para o mato, pois os invasores atiravam em tudo que se movia. Saquearam as casas, prédios públicos, dinamitaram pontes, reservatórios de água



Os sul-africanos devastaram completamente a cidade, antes de se retirarem

e o gerador. Até hoje, não dá para entender porque destruíram tanta coisa que podia até servir para eles. A guarnição local reagiu, enquanto havia homens e munição disponíveis, mas era enorme a desproporção de forças; quase 20 sul-africanos para cada soldado das Fapla (exército popular de Angola)".

"Sentados na espoleta"

Na praça principal de Ngiva, os únicos prédios mais ou menos inteiros são uma igreja vazia, com o telhado cheio de buracos enormes, e um casarão, com a metade das telhas no lugar. Numa das portas, há gente aglomerada à espera da distribuição de alimentos. Pouco mais adiante, virando a esquina, passamos em frente a uma casa bastante danificada, com um telhado de zinco recentemente reconstruído. Lá funciona o hospital improvisado da cidade. Sobre o zinco, foi pintada uma cruz vermelha. "Pintamos a cruz mais por convenção, porque temos a certeza de que se houver novo ataque não é este símbolo que impedirá bombardeios, como aconteceu no passado. Os boers nada respeitam, quando se trata de território inimigo".

Na sede do comando militar local, numa casa como as outras, um grupo de oficiais e suboficiais das Fapla se reúne conosco para falar da guerra. "Nós estamos aqui sentados em cima da espoleta", diz um deles, abraçado à sua *Kalitchnikov*. E acrescenta: "Se eles voltarem, a gente luta até morrer para dificultar o trabalho dos boers e porque nossa obrigação é defender este pedaço de terra. Não dá para impedir uma invasão, porque eles sempre vêm em número bem maior e com armamento muito mais moderno. Estamos aqui para mostrar que esta terra é nossa. Se a gente fizer o nosso tra-



C. Castilho



A igreja de Ngiva (acima, à esquerda) foi menos atingida, mas um prédio de três andares do governo foi totalmente arrasado (acima) e nem o posto de gasolina escapou da fúria destruidora dos sul-africanos



balho direitinho, os lá detrás (aponta para o norte, em direção a Lubango) têm tempo de se preparar para contra-atacar, e aí sim, vamos forçá-los a recuar, como das outras vezes”.

Outro militar, que se identifica como capitão, explica que até hoje não houve qualquer possibilidade de reconstruir Ngiva, porque a cidade continua ameaçada por uma nova invasão. “Estamos apenas recuperando os serviços essenciais como água, assistência médica e alimentação para permitir o retorno gradual dos antigos 60 mil habitantes que, na sua maioria, estão hoje espalhados pelo resto da província e por outras cidades mais ao norte”.

Dos 20 mil que já voltaram, a maioria mora em “kimbos”, onde pratica a agricultura de auto-subsistência. Para eles, a ameaça de uma outra invasão e a possibilidade de nova fuga já se tornaram quase uma rotina. Afinal de contas, a guerra é na região uma realidade diária de 25 anos.

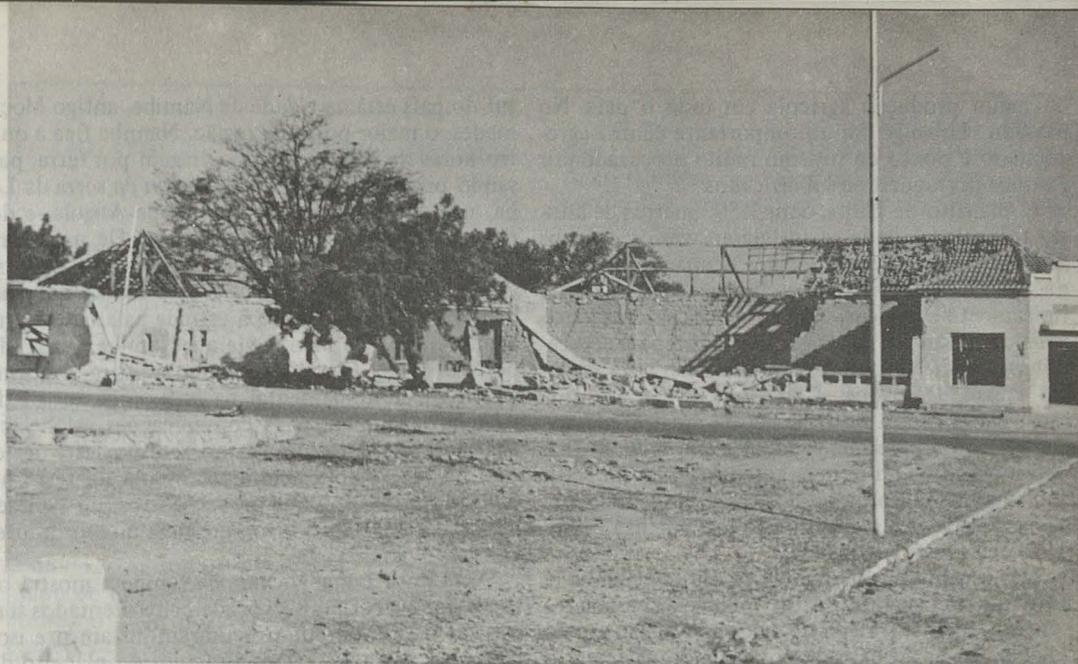
No portão da casa que serve de comando militar, um senhor de aproximadamente 40 anos monta guarda segurando, orgulhoso, uma metralhadora. Num pé, uma sandália, e um sapato no outro. A calça é de algodão azul, mas a camisa é militar, de

tecido para camuflagem. Na cabeça, um gorro de lã. Enquanto o guarda é fotografado, um suboficial explica que “o seu Antonio é um miliciano, não faz parte do exército, mas aqui não há muita diferença entre uma coisa e outra”. O mesmo suboficial diz que, há tempos, um jornalista europeu afirmou que os angolanos não podiam ser bons soldados porque não tinham farda decente. “Ora, imagine só! Meu pai lutou pela independência e ganhou sem nunca ter usado um uniforme. Derrotamos os portugueses, usando sandálias. E não serão as botas que vão nos garantir contra os sul-africanos”.

A retirada boer

Foi em Ngiva que os sul-africanos e angolanos discutiram a retirada das tropas invasoras, na comissão militar mista criada nos chamados entendimentos de Lusaka, assinados por representantes dos dois governos na capital da Zâmbia, em 16 de fevereiro do ano passado. Os entendimentos previam a retirada das tropas sul-africanas, que ocupavam uma faixa de até 200 quilômetros de território angolano desde 1981. A retirada deveria durar quatro semanas, findas as quais Ngiva voltaria a ser de fato angolana. Mas o último soldado sul-africano só deixou o território angolano em maio de 85, ou seja, 63 semanas além do prazo aceito pelo regime de Pretória, que violou os acordos por ele mesmo subscritos, com supervisão norte-americana.

Durante os quase três anos de invasão, o regime do *apartheid* tentou transformar a área ocupada



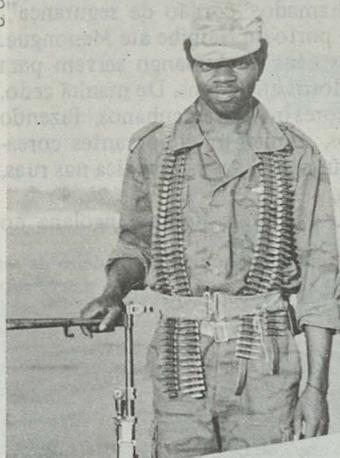
C. Castilho

em Angola num território controlado pelo grupo Unita, orientado e municiado por Pretória. O plano previa o uso do terror, para tentar obrigar a população local a aceitar a autoridade dos invasores e seus prepostos. Mas o plano não deu certo e os grupos armados da Unita jamais conseguiram ir além da etapa do terrorismo. Hoje, os bandos armados apenas conseguem agir em pequenos grupos e atacar alvos isolados.

Na área do Cunene, os ataques mais recentes foram contra freiras que viajavam num jipe na região entre Ngiva e Lubango. A topografia não favorece este tipo de ação, o mesmo acontecendo na província de Namibe. Em Huíla, a vegetação e os morros já criam maiores facilidades para os terroristas da Unita, mas a proximidade da base militar de Lubango faz com que qualquer grupo localizado pelas milícias ou pelos comitês de vigilância no campo seja rapidamente atacado por unidades aerotransportadas.

O *briefing* dos oficiais e suboficiais na casa de comando em Ngiva teve que ser abreviado, porque o sol começava a cair e o Antonov da força aérea tinha que chegar de volta a Lubango antes do anoitecer. As luzes da base se apagam à noite, por medida de segurança. Assim, demos mais uma volta pela cidade, chegando até o início da estrada que vai até a fronteira com a Namíbia. "Se você tivesse mais cinco minutos, a gente ia até a fronteira ver a cara dos *boers*. Eles estão lá o tempo todo", disse rindo o tenente Miguel Antonio. Na saída da cidade, no caminho do aeroporto, encontramos um grupo de mulheres e crianças que vinha do campo carregando lenha. Procuramos fotografar as crianças, mas todas saíram correndo, chorando aos gri-

C. Castilho



A reconstrução de Ngiva só estará assegurada quando houver uma paz definitiva ao longo da fronteira com a Namíbia e for possível uma desmobilização de efetivos militares

tos, para desaparecer na primeira moita que encontraram. Deveriam ter no máximo três a quatro anos. Para minha surpresa, um dos soldados da escolta me aconselhou a desistir: "Eles fazem isto sempre que vêem um branco. Acham que é sul-africano".

O túmulo dos Botha

Lubango, em tempos normais, teria entre 200 a 300 mil habitantes. Hoje tem quase o dobro, porque a guerra e o terrorismo da Unita empurraram para a cidade uma grande leva de moradores da zona rural. Mas apesar de tudo, continua uma cidade limpa. Está situada no coração de uma das zonas

de maior produção agrícola em todo o país. No passado, Lubango foi um importante centro agropecuário e ponto de turismo muito procurado por colonos portugueses e sul-africanos.

O planalto de Huíla, com 1.500 metros de altura, foi o local onde se instalaram vários colonos *boers* no começo deste século, ocupando as terras mais altas e férteis, onde o clima e a vegetação são tipicamente europeus. Numa fazenda situada a não mais de 50km de Lubango, existe um pequeno cemitério onde as tumbas contêm inscrições como Du Plessis, Du Plooy, Walt, Van Dyk e até uma certa Maria Aletta Botha, falecida em 1924, e que era parenta do presidente sul-africano P. W. Botha. Um morador garante que, antes da independência de Angola, os Botha se reuniam frequentemente na propriedade, hoje administrada por um fazendeiro de origem portuguesa.

Mas a capital da província de Huíla é também, hoje, um importante centro militar. A base aérea controla todo o tráfego de aviões na região sul de Angola. Lá estão baseados os esquadrões de caças supersônicos MIG, encarregados de dar combate a qualquer tentativa dos Mirage sul-africanos de penetrar além do chamado "cordão de segurança", que se estende do porto de Namibe até Menongue. Durante o dia, os céus de Lubango servem para treinamento de pilotos angolanos. De manhã cedo, pode-se ver assessores militares cubanos, fazendo *jogging* em grupos, enquanto cooperantes coreanos, soviéticos e húngaros fazem ginástica nas ruas, antes do sol nascer.

O outro centro da defesa militar angolana no

sul do país está na cidade de Namibe, antigo Moçamedes, o maior porto da região. Namibe fica a quatro horas de Lubango numa viagem por terra, passando primeiro pelo grande *canyon* da serra da Leba, um dos pontos mais bonitos de Angola, e depois pelo deserto próximo ao mar. De um clima quase europeu, com vegetação temperada, passa-se em questão de quilômetros a uma paisagem semelhante à do Saara. Junto à estrada asfaltada, corre a linha férrea de Menongue até Namibe, passando por Lubango. Tanto uma como a outra têm uma importância fundamental na economia do sul de Angola, já que todas as comunicações estabelecidas pelo colonialismo são no sentido leste-oeste. Não há em Angola nenhuma estrada de ferro no sentido norte-sul, o que mostra que os portugueses nunca deram a menor importância quanto à integração do país.

A rodovia Lubango-Namibe também mostra os sinais da destruição provocada pelos atentados terroristas da Unita, que procuraram justamente isolar as cidades e as regiões agrícolas do planalto de Huíla, do litoral. Os bandos armados dinamitaram pontes e viadutos da perigosa descida da serra da Leba, onde a estrada espreme-se entre desfiladeiros com mais de 200 metros de altura. Hoje, a pista já está inteiramente reparada por obras de engenharia que custaram milhões de dólares e que, concluídas há pouco mais de um ano, melhoraram o sinuoso traçado original. Mas esses bandos armados jamais se aventuraram a ultrapassar o deserto. Todos os ataques registrados até agora contra o porto de Namibe foram obra de sabotadores sul-

A rodovia Lubango-Namibe passa pelo desfiladeiro da serra da Leba e serve para abastecer os agricultores do planalto



Du Troit: a grande testemunha contra Pretória

□ Quando Angola anunciou em maio a captura do capitão sul-africano Wynand du Troit, o veterano correspondente inglês para a África, Richard Hall, do *Observer*, disse numa reunião de jornalistas em Viena que o governo de Luanda havia conquistado "um valiosíssimo troféu". Hall talvez não imaginasse quão valioso era Du Troit, se o conhecesse pessoalmente. Ao ser apresentado à imprensa estrangeira em Luanda, durante a Conferência dos Ministros de Exterior do Movimento dos Não-Alinhados, o oficial do exército sul-africano se revelou um militar altamente preparado, com um impressionante sangue frio e dotado de um raciocínio político que indica ser ele talvez o mais capaz de todos os encarregados de missões cruciais para o *apartheid*.

Du Troit foi preso a 1.500 quilômetros da Namíbia e a três mil quilômetros de sua base, na baía de Saldanha, perto da Cidade do Cabo, quando tentava dinamitar os reservatórios de petróleo da *Gulf*, em Cabinda, no norte de Angola. Se o atentado tivesse dado certo, os angolanos ficariam impedidos de exportar petróleo por um período de 120 dias e sofreriam prejuízos da ordem de 400 milhões de dólares. Sem a exportação de petróleo, aumentariam dramaticamente as dificuldades de Angola para suportar as agressões sul-africanas no sul do país, junto à fronteira com a Namíbia.

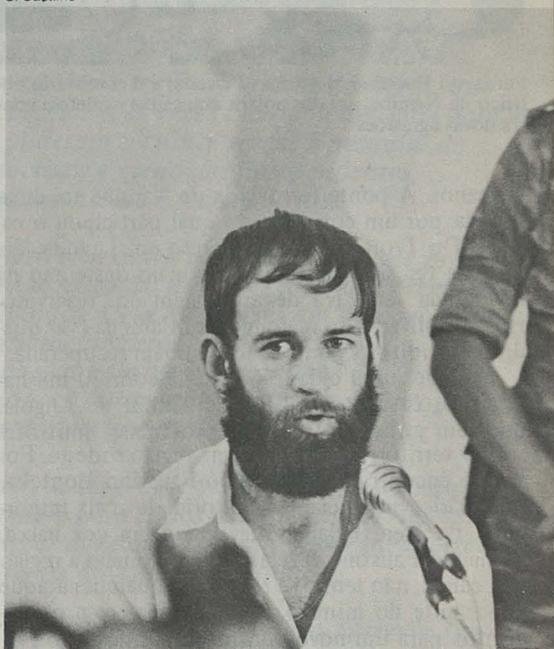
Wynand Petrus du Troit, 32 anos, já havia operado em Angola há três anos, quando dinamitou uma ponte ferroviária na cidade de Namibe. Ele pertence a uma das quatro unidades de elite das Forças de Defesa da África do Sul, encarregadas de missões de sabotagem com alto risco. Quando foi capturado, chefiava um grupo de nove oficiais e agentes especiais, dos quais dois morreram e os outros fugiram.

Na entrevista que deu em Luanda, em setembro, Du Troit mostrou uma surpreendente autoconfiança, para um homem que quase seguramente será condenado à morte. Admitiu que não poderia ser beneficiado pela Convenção de Genebra sobre tratamento de presos de guerra, defendeu a política racista e agressiva de seu governo, incitou seus colegas de farda e acima de tudo, procurou criar para si uma imagem de herói, junto aos brancos sul-africanos. Não caiu em qualquer contradição, e só se embaraçou quando lhe perguntamos quem lhe tinha dado a ordem para atacar os reservatórios de Malongo, em Cabinda. Dis-

se que não sabia, e se negou a entrar em detalhes, sem dar muita atenção ao fato de que sua resposta era absurda, pois nenhum oficial aceitaria uma missão tão arriscada sem saber quem o estava comandando.

A sequência das demais perguntas, que envolviam inclusive apreciações sobre a política interna sul-africana, deixaram claro que Du Troit estava procurando construir sua própria imagem. Reafirmou que em dezembro espera estar de volta à sua família, elogiou o tratamento recebido na prisão em Angola, acusou os negros sul-africanos de estarem provocando distúrbios e admitiu mais uma vez que se o ataque contra Malongo tivesse sido bem sucedido, a ação seria atribuída à Unita.

C. Castilho



O frio e calculista Wynand du Troit admite que poderá ser condenado à morte

As respostas deram a entender que o capitão das forças especiais da África do Sul espera ser devolvido a seu país como parte de alguma negociação, uma possibilidade que por enquanto não tem base real, já que o governo angolano pretende submetê-lo a um tribunal de guerra. Se Du Troit confia realmente numa troca, ele está procurando elevar o seu preço, o que aumenta a importância de sua captura e dá a Angola um poderoso elemento de pressão sobre a África do Sul.

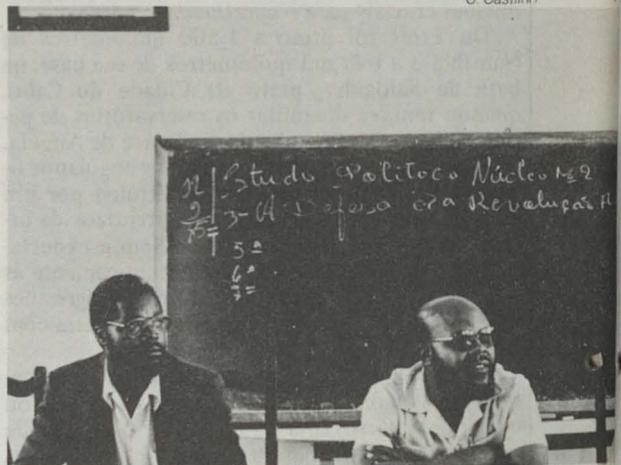


Fernando Faustino Monteka (à direita) é o comissário político de Namibe, um dos postos avançados na defesa contra novas agressões

C. Castilho

africanos. A ponte ferroviária de Namibe foi dinamitada por um comando do qual participou o capitão Du Troit, atualmente preso em Luanda, depois de ter sido capturado em maio deste ano na malograda tentativa de sabotagem dos reservatórios petrolíferos do Malongo, em Cabinda (ver quadro Du Troit). A ponte já foi também recuperada.

Namibe, uma cidade portuária com 70 mil habitantes, é sede da 5ª Região Militar de Angola, que tem jurisdição sobre as províncias limítrofes com o território da Namíbia na região sudeste. Foi lá que encontramos Fernando Faustino Monteka, comissário provincial e a autoridade mais importante da área. Falando devagar e em voz baixa, Fernando Faustino revela que desde maio a região está calma, não tendo se registrado qualquer ataque importante do inimigo. "Mas permanecem os elementos para um novo confronto. Temos informações de que as guarnições sul-africanas do outro lado da fronteira continuam recebendo constantes reforços. Esta movimentação nos dá a certeza de que a paz pela qual tanto lutamos e tanto esperamos ainda está distante. Enquanto a Namíbia não ficar independente, sabemos que as dificuldades e a ameaça de novas invasões, bem como a ação dos bandidos armados da Unita, serão uma possibilidade sempre presente. Enquanto os sul-africanos não terminarem a ocupação ilegal do país vizinho, nós teremos que continuar usando uma boa parcela dos nossos recursos materiais para a defesa, sem possibilidade de fazermos tudo aquilo que poderíamos realizar pelo nosso desenvolvimento econômico, num tempo de paz".



A base aérea de Namibe fica no meio das areias do deserto. À pouca distância da pista, encontram-se modernas instalações de radar capazes de detectar aviões inimigos logo que cruzem a fronteira, a uma distância de aproximadamente 300 quilômetros. São também visíveis baterias de mísseis anti-aéreos que fazem parte do cinturão de defesa, hoje transformado na principal barreira contra a penetração de caças-bombardeiros Mirage da África do Sul. Os únicos aviões que conseguem penetrar em espaço aéreo angolano são pequenos aparelhos que voam à baixa altura, em missões de reconhecimento ou de abastecimento dos bandos da Unita. E mesmo assim, só conseguem isso na região sudoeste, onde a partir de agosto se concentram as grandes operações militares contra a Unita e onde, em setembro, a África do Sul deflagrou a sua mais recente invasão contra o território angolano.

Está aí a Europa que não nos deixa mentir



“Habitados a conhecer as realidades do Terceiro Mundo através das análises de especialistas europeus e norte-americanos, não há como não se regozijar com o lançamento em língua portuguesa do Guia do Terceiro Mundo,...”

“Seu mérito é ter confrontado números, que lhes pareciam às vezes incompletos, com aqueles que puderam recolher graças à pesquisa de intelectuais e cientistas independentes, notadamente da América Latina.”

“O livro tem outra particularidade: ele propõe uma classificação nova das diferentes regiões do mundo. Além dos países em desenvolvimento propriamente ditos (África, Ásia e América Latina), que formam o conjunto do Terceiro Mundo, os autores quiseram dar sua própria visão do Norte e do Leste.”

“... este Guia é uma ferramenta de trabalho necessária para todos aqueles que pretendem conhecer as realidades contemporâneas através do prisma do Terceiro Mundo.”

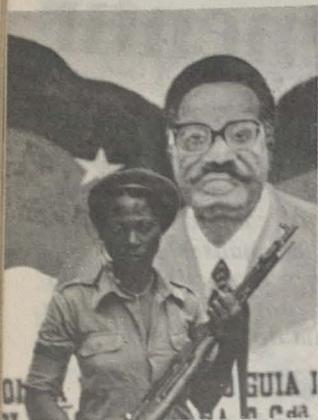
(LE MONDE DIPLOMATIQUE, agosto de 1985)

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Uma publicação que não vê o mundo
com olhos dos países ricos

A edição de 1986 será lançada brevemente. Anote na sua agenda

O reencontro com os velhos



Dois produtores angolanos de televisão trabalham há oito anos num projeto de coleta de depoimentos de velhos, como forma de preservar tradições orais que estão desaparecendo

Manuel Tomás foi soldado e telefonista. Henrique Ruivo Alves era tratador de cavalos. Mas na Televisão Popular de Angola (TPA) onde os dois estão juntos desde 1977, eles são conhecidos como Fininho e Ritz, respectivamente. Fininho é negro, é do sul e viveu até o final da adolescência no campo. Ritz é filho de portugueses, conhece melhor a região norte de Angola e sempre viveu em cidades grandes. A vontade de fazer algo novo num país novo fez com que os dois se juntassem na televisão, apesar de terem uma história tão diferente. O que um tinha, o outro não tinha, e foi da troca de experiências alimentada por uma grande sensibilidade que nasceu uma das prolíficas parcerias já surgidas no campo audiovisual de Angola.

"Eu acabara de deixar o serviço militar, quando consegui um emprego na mesa telefônica da televisão. Um dia Ritz chegou perto de mim e perguntou se eu sabia atirar com um fuzil. Disse que sim, e ele acrescentou: 'Então sabes operar uma câmera de cinema. É só botar o olho atrás da lente, mirar e apertar o disparador'". Foi assim que Fininho teve pela primeira vez nas mãos uma filmadora de 16mm. Já nas experiências iniciais ele impressionou o seu agora colega de equipe pela facilidade em encontrar ângulos e tomadas. Em pouco tempo, a câmera já não tinha mais segredos e começou o aprendizado da iluminação.

"A facilidade com que Fininho aprendeu tudo foi impressionante. Mas o que mais me atraiu nele foram as histórias que contava de sua gente e de sua vida. Era todo um passado, cheio de tradições e riquezas que eu

comecei a descobrir através deste garoto conversador, que fica horas batendo papo com quem quer que seja, principalmente se for mais velho que ele". Ritz não se lembra direito quando surgiu a idéia de fazer uma série de programas sobre os velhos. O certo é que o projeto começou a andar quando a Secretaria de Cultura decidiu promover os Encontros de Idosos. "Era um evento mais para divertir os velhos, mas nós chegamos à conclusão de que tinha que ser mais do que isso, porque os velhos estão morrendo, as pessoas vêm cada vez mais para a cidade, e uma parte importante de nossa cultura está se perdendo irremediavelmente", completa Henrique Ruivo Alves, que hoje é chefe do Departamento de Coordenação e Supervisão de Emissões, da TPA.

Luanda, na época da independência, há dez anos, tinha cerca de 500 a 600 mil habitantes, mas hoje vivem nela mais de um milhão de pessoas. A maioria esmagadora de seus habitantes tem origem rural e migrou para a cidade desde o período colonial atraída pelos empregos e pelas facilidades oferecidas pelos portugueses.

Após a independência, a atração urbana aumentou com a implantação da educação e da assistência médica gratuita, e mais recentemente, foi de

Conversar com os velhos é o passatempo preferido de Fininho (à esq.)



C. Casilho

novo a violência — desta vez promovida pelos terroristas da Unita — que levou muita gente a buscar proteção nos grandes centros. Mas, apesar de viver na cidade, a população de Luanda mantém os vínculos com a “senzala” (aldeia) e com os “kimbos” (lavouras familiares). Tudo o que se refere à vida rural, ao lugar de origem onde ficaram os mais velhos, é facilmente identificado e imediatamente atrai a atenção. É esta identificação, que está na origem do trabalho da equipe *Ngenji*



Sem o depoimento dos velhos é difícil preservar as danças tradicionais

(em língua *kimbundu* quer dizer “andarilho”) formada por Ritz e Fininho.

“Trabalhar com velhos não é fácil. Primeiro, a gente precisa ter muito tempo. Um *kimbundu* ou um *chocloe* raramente diz toda a verdade de uma só vez e com muita frequência ele dá diversas versões para a mesma situação. É uma defesa que quase todos eles têm em relação ao branco, ou ao africano que foi viver na cidade. Uma vez, eu fiquei conversando com um velho que me contou uma história durante cinco horas. No dia seguinte quando fomos filmá-lo, ele falou coisas totalmente diferentes, e eu fiquei furioso. Mas no meu tempo de criança ou adolescente eu adorava ouvir os meus tios e avós contarem histórias, por isso acho que consigo entender melhor os velhos. Mesmo quando eles estão dizendo coisas com as quais eu não concordo, eu não os critico e nem digo que estão errados. Eu deixo eles falarem”, diz Fininho.

A história da senzala

Sempre misturando as histórias, hábitos e tradições dos velhos, com a nova técnica do cinema e a novíssima aparelhagem de vídeo, Fininho participou da realização de 12 programas em série produzidos até 1979 sobre os idosos. Eram os programas que Ritz chama de “chouriço”, isto é, tinham que ficar prontos a cada semana e quando não havia material suficiente, era preciso “enchê-los”. Depois os dois fizeram um filme chamado “Luimbi”, sobre as ilusões da vida na cidade, um vídeo sobre o comércio ilegal, chamado “Kandong-Kyala Mukanga” e programas especiais como os realizados sobre danças, música, ritos de iniciação dos jovens na idade adulta através da circuncisão, e mais recentemente um documentário sobre a aplicação da justiça tradicional em Soyo, no ex-

tremo norte de Angola, nas margens do rio Zaire.

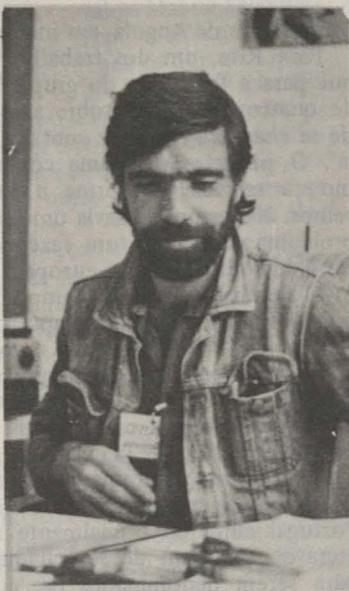
Para Ritz, um dos trabalhos que mais contribuiu para a formação do grupo *Ngenji* foi a série de quatro programas sobre a escravatura. “A série se chamava ‘Vou te contar a história da senzala’. O primeiro programa contava como se formou a senzala, conforme a narrativa dos mais velhos. No segundo, havia uma teorização sobre o problema da escravatura fazendo a distinção entre a introduzida pelos europeus e a que existia a nível familiar e há muito tempo. Nós mostrávamos que o trabalho forçado imposto pelos portugueses era violento, enquanto o existente na sociedade tradicional era de natureza diferente. Esta pesquisa teve como objetivo desmistificar a idéia colonialista de que os europeus apenas continuaram uma prática que já existia na África”.

“O terceiro programa era sobre a continuidade do regime de trabalho forçado, mesmo depois que Portugal eliminou oficialmente a escravatura. Os escravos deixaram de ser chamados de ‘cativos’, para serem denominados de ‘contratados’. Com base em depoimentos de velhos, conseguimos descobrir uma guia de marcha emitida no leste de Angola por volta de 1920 em que estava escrito: ‘Seguem devidamente acorrentados seis voluntários’. Esta prática portuguesa continuou até o final da década de 50, com milhares de angolanos sendo enviados à força para as plantações de cacau em São Tomé. Nós tivemos a sorte de encontrar um velho que foi mandado para São Tomé e que após a independência voltou para Angola”.

Ainda segundo Ritz, o último programa da série sobre a escravatura reuniu numerosos depoimentos sobre o mito das “cabeças de negros”. “Era uma história muito contada na época colonial, segundo a qual os motores usados nas plantações de café do norte eram alimentados com uma



Henrique Ruivo Alves (Ritz) levou muito tempo até ser aceito pelos velhos das senzalas do interior, porque era branco e da cidade. Hoje ele já circula livremente em muitas aldeias



C. Castilho

massa feita com os cérebros de negros trazidos como trabalhadores forçados desde o sul do país”.

“O mito das cabeças de pretos está contado no poema ‘Monangambé,’ de Antonio Jacinto. Este mito foi usado para fazer ‘desaparecer’ milhares de africanos que depois ‘apareciam’ nas plantações de cacau em São Tomé. Era também um meio dos portugueses eliminarem africanos rebeldes. Paralelamente, surgiu a figura do cortador de cabeças, que era usado pelos portugueses para atemorizar a população local. Esta reagiu criando um tipo de luta parecido com a capoeira do Brasil. Mais recentemente, em 1979, o mito das ‘cabeças de negros’ ressurgiu quando núcleos da FNLA tentaram espalhar entre populações do norte, que os coope-

rantes da Alemanha Oriental eram cortadores de cabeças. A utilização criminosa do mito fracassou. Mas me impressionou o fato de que após quatro anos de independência e 14 de luta armada, um mito como este reaparecesse”.

O tribunal dos velhos

Fininho está agora envolvido na conclusão de um filme sobre a aplicação da justiça tradicional na região de Soyo, quase junto à fronteira com o Zaire. “É uma história muito original porque envolve a disputa de dois homens por uma mulher. Os dois são da mesma família e a justiça oficial foi incapaz de resolver o problema. As autoridades de Soyo decidiram, então, que a questão seria resolvida pelo tribunal dos velhos, organizado nos moldes tradicionais. Eu tive muito trabalho em conquistar a confiança dos chefes da comunidade local. Até ter um mínimo de intimidade se passaram várias semanas. Mas no final eles não se assustavam mais com a parafernália cinematográfica e nem com os equipamentos de vídeo. Pudemos filmar tudo tranquilamente e o resultado foi sensacional”. Enquanto mostra cenas já filmadas mas ainda não editadas, Manuel Tomás Francisco, 32 anos e seis filhos, explica os detalhes da cerimônia feita debaixo de uma árvore e com juízes, promotores e advogados de defesa vestidos com trajes tradicionais.

Mais difícil ainda do que o julgamento do Soyo, foi o filme feito pela dupla Fininho-Ritz sobre os ritos de iniciação dos adolescentes do interior, chamados de Mucanda. Trata-se de um ritual muito fechado e muito complexo e para filmá-lo, o fundamental foi a conquista da confiança dos mais velhos que são em geral os responsáveis por todo o cerimonial da Mucanda. Tradicionalmente, o ritual durava dois anos, nos quais os garotos de 10 a 11 anos ficavam isolados aprendendo a sobreviver sozinhos no mato. Aprendiam também a dançar e eram circuncidados. Na era colonial, a Mucanda foi encurtada para seis meses e depois da independência, com a introdução do ensino gratuito, não dura mais de dois meses, geralmente nas férias escolares.

“Mas a experiência talvez mais impressionante de toda a nossa vida como realizadores de programas de TV aconteceu logo após a morte do presidente Agostinho Neto”, afirma Ritz. Ele e Fininho foram mandados às províncias de Lunda Sul e Moxico para filmar as cerimônias de luto da população local. (Ver Quadro “O dia em que Angola parou”) Fininho diz que nunca viu tanta emoção.

“Nós levamos conosco cenas filmadas em vídeo-teipe sobre a chegada do corpo do presidente, e pela primeira vez na história do país o povo do leste viu o povo de Luanda chorar pela mesma razão. As cerimônias fúnebres duraram 15 dias, durante os quais tudo parou. As pessoas se juntavam



Os protagonistas discutem profundamente o conteúdo e a forma dos filmes feitos pela equipe *Ngenji*

para chorar e cantar ininterruptamente. As letras eram improvisadas na hora por participantes de qualquer idade. Elas falavam da dor pela perda do pai, falavam das dúvidas sobre o futuro e davam conselhos ao novo presidente. Eu já vi dezenas de vezes estes filmes e continuo a me arrepiar e até chorar sempre que eu exibio os teipes. Se alguém tivesse tentado produzir estas cerimônias fúnebres, jamais teria alcançado o grau de dramaticidade e autenticidade que tiveram”.

A equipe *Ngenji* já fez um longa-metragem, intitulado “Luimbi”, exibido quatro vezes na TPA e uma dezena de vezes em “kimbos” ou “senzalas” do interior. “Luimbi” quer dizer ilusão e conta a história de um camponês que vem para a cidade atraído pelas vantagens contadas por um primo, segundo uma sinopse de roteiro escrita por Fininho com base em histórias que ele ouviu de velhos em Kizenga. A idéia surgiu em 1979, depois de encerrada a fase dos “programas chouriço” (ou salsichas). Na falta de atores profissionais, os personagens foram interpretados por pessoas que haviam vivido a experiência de mudar do campo para a cidade.

Os diálogos e cenas foram sendo criados pelo grupo a partir das experiências de cada um. Usado o vídeo-teipe, as partes gravadas eram frequentemente mostradas para camponeses, tanto no interior como nos subúrbios de Luanda, com o objetivo de checar abordagens e verificar a reação das pessoas. Mas nem Fininho e nem Ritz gostam do filme. “Fizemos ‘Luimbi’ — diz Ritz — porque queríamos provar que em vídeo se pode fazer tu-

do aquilo que o pessoal do cinema também faz. Pretendíamos mostrar que o vídeo, o parente pobre do audiovisual angolano servia mais do que o cinema, porque tinha a vantagem de ser visto. Mas depois de concluído o trabalho, chegamos à conclusão de que tecnicamente havíamos provado o que queríamos, mas artisticamente o trabalho estava muito ruim. Não tínhamos, e acho que continuamos não tendo, uma formação e por isso saiu muito improvisado. Mas apesar de tudo, o filme foi muito visto e teve muita repercussão”.

Fininho interrompe para dizer que no interior o filme atraiu muita gente, que não dava muita importância às falhas técnicas e nem às imperfeições. “Todo mundo discutia ferrenhamente e chegamos a ter inclusive alguns problemas como, por exemplo, a cena do banho. Nela, dois personagens que são parentes, tomam banho juntos num rio, mas segundo as tradições de alguns locais, primos não podem estar numa situação como esta. Queriam que a gente mudasse tudo, mas no final ficou como havia sido filmado”.

Tanto Ritz como Fininho dizem que o trabalho deles é baseado na intuição e na dedicação. Os dois se recusam a elaborar teorias sobre o que fazem, alegando que seria muita pretensão para “um extratorador de cavalos e um ex-soldado, que têm menos de oito anos de experiência em TV, quererem inventar propostas ou interpretações, muito menos pensar em dar entrevistas como se fossem personalidades”. A dupla de “andarilhos” confessa que, no fundo, faz televisão para ouvir e serem ouvidos, uma coisa que aprenderam com os velhos. ●

C. Castilho

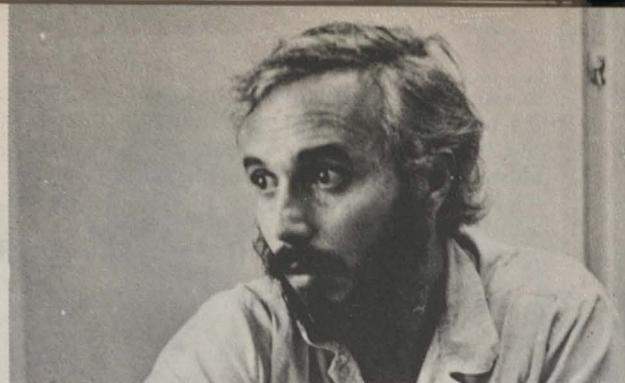
TPA: a primeira conquista do MPLA

□ Antes de assumir o poder político, as forças do MPLA tomaram as instalações da televisão. Foi o primeiro órgão do poder a ser controlado exclusivamente pelas forças de Agostinho Neto, em outubro de 1975, numa época em que Angola vivia ainda uma confusa fase de transição. A tomada da televisão foi decidida pelo MPLA e contou com a participação dos 23 "teimosos", o grupo inicial de cinegrafistas, redatores, técnicos e realizadores que resolveram colocar a emissora em funcionamento, num momento em que a maioria dos demais veículos de comunicação estava controlada por grupos políticos que pretendiam implantar um regime neocolonial em Angola, após a derrubada do salazarismo em Portugal.

Carlos Henriquez, hoje com 33 anos, nascido em Bié e formado em direito em Coimbra, era um dos "teimosos". Ele e seu irmão Vitor, outro fundador da televisão angolana (TPA) ainda continuam trabalhando na emissora. Os dois possuem o mais completo arquivo de imagens existente no país sobre os principais acontecimentos políticos e militares desde a independência. Têm também as melhores cenas do falecido presidente Agostinho Neto, a quem acompanharam em quase todas as viagens e deslocamentos dentro de Angola. A maior especialidade dos dois Henriquez é a cobertura de ações militares das Fapla. Eles são geralmente os primeiros a chegar, sempre que o exército angolano realiza uma grande ofensiva contra a Unita ou em combates contra forças sul-africanas.

"Em Angola, as primeiras experiências de televisão começaram em 1972, com emissões por cabo. Mas o projeto não foi para frente porque era controlado por grupos privados e se chocou com os interesses da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP), que tinha o monopólio da TV para as colônias. Em 74, foi criada a RTPA, que absorveu a maior parte dos quadros da antiga TVA. A RTPA, uma mera subsidiária colonial da RTP, usava equipamentos ingleses para poder compatibilizá-la com o sistema sul-africano. Mas a administração portuguesa acabou nada conseguindo fazer, salvo implantar a infra-estrutura técnica, porque a guerra pela independência já alcançava os seus estágios finais."

"Em 75, com a entrada de Luandino Vieira para a TV, começou a haver uma mudança política na direção da emissora, quando os quadros



Carlos Henriquez, um dos "teimosos" da TPA

do MPLA foram gradativamente assumindo os postos-chave, mesmo antes da independência. Houve um momento, quando o dr. Orlando Rodrigues começou a dirigir o noticiário da TV, em que ficou claro para o MPLA que a televisão poderia ser um instrumento decisivo e ser usada no sentido de promover a luta por uma legítima independência".

Carlos Henriquez foi um dos primeiros encarregados do projeto de telejornal, que nas etapas iniciais da TPA era o programa mais importante, nas três horas em que a emissora ficava no ar diariamente. Ele admite que é difícil julgar o papel político que a TV exerceu durante o período de transição, devido ao pequeno número de receptores existentes em Luanda na época. "Mas o fato do telejornal ter sido divulgado também em cinemas e círculos de telespectadores, aumentou muito a influência que nós do MPLA pudemos exercer um pouco depois, na 'segunda independência'", explica Carlos.

Hoje, dez anos depois, a TPA vive novamente um período de crise, uma crise de crescimento. "Durante todos estes anos esticamos ao máximo a nossa capacidade, tanto a nível pessoal como técnico. Atingimos o limite do que é possível fazer, porque a televisão e, principalmente, a expectativa do público cresceram rápido demais. A TV é hoje um fenômeno marcante na vida do angolano e passa a ter uma influência quase tão grande quanto a rádio e o jornal".

Atualmente há uma emissora central em Luanda que cobre um raio de 60 quilômetros, onde se concentram cerca de um milhão de pessoas. Em Benguela, há uma outra que cobre também Lobito, e uma terceira na área Huambo-Bié, muito mais potente que a de Luanda, (tem 10 quilowatts, enquanto a da capital angolana chega apenas a um quilowatt). Em breve, deve entrar também em funcionamento a emissora de Namibe fazendo com que aproximadamente 3/4 da zona mais povoada de Angola tenham acesso à televisão.

Mudanças na cúpula

Depois de 25 anos de permanência no poder, Julius Nyerere passa o governo ao seu substituto eleito, Ali Hassam Mwinyi, um professor universitário de 60 anos

A preparação foi longa e cuidadosa. Praticamente tudo foi feito para que as eleições gerais de 17 de outubro fossem o menos traumáticas possível, já que a Tanzânia estava trocando de presidente após viver um quarto de século sob a liderança incontestável de Julius Nyerere. Além do novo presidente, os tanzanianos foram chamados a escolher os membros da Assembleia Nacional no mesmo dia. O homem que surgiu como candidato único à sucessão presidencial é Ali Hassam Mwinyi.

Figura relativamente nova na alta liderança do país, Mwinyi foi eleito presidente de Zanzibar no ano passado, após uma mudança política que afastou Aboud Jumbe do mais alto cargo dessa ilha, situada ao longo da costa oriental africana. Com isso, ele subiu automaticamente à vice-presidência da República Unida da Tanzânia, para depois ser eleito, em agosto de 1984, também vice-presidente do *Chama Cha Mapinduzi* (CCM), o único partido do país.

Desde que foi nomeado, a 15 de agosto, pelo CCM como candidato à presidência da União, Mwinyi recebeu apoio maciço do partido nos comícios eleitorais organizados em todo o país e dos meios de comunicação controlados pelo Estado.

Quinze dias antes da nomeação de Mwinyi para a sucessão presidencial, o órgão do governo, *Sunday News*, publicou declarações de Julius Nyerere afirmando que as forças armadas da Tanzânia deveriam "respeitar

e apoiar a escolha do partido para as próximas eleições presidenciais." Depois disso, todas as forças armadas, inclusive a polícia e o Departamento de Estabelecimentos Penais, deram um voto de lealdade à Constituição do país e ao próximo presidente.

A escolha do sucessor

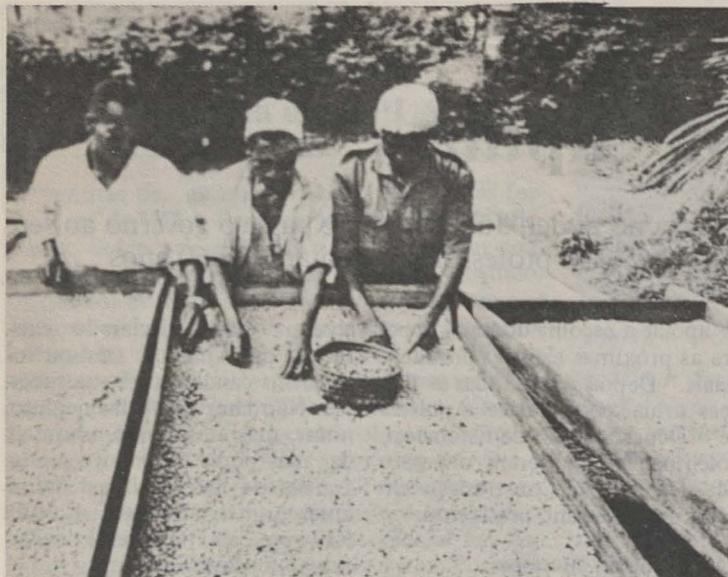
Houve um pouco de surpresa na escolha de Mwinyi como sucessor de Nyerere, que decidiu este ano abandonar o cargo após ter governado o país durante 24 anos, desde que a Tanzânia se libertou do domínio britânico. Antes da Conferência Geral do CCM em Dar-es-Salaam que nomeou o próximo presidente,

Nyerere havia declarado existirem, pelo menos, três outros possíveis candidatos à sua sucessão. Não chegou a citar nenhum nome, mas até mesmo o homem da rua podia concluir que se tratava de Salim Ahmed Salim, atual primeiro-ministro; Rashidi Kawawa, secretário-geral do Partido; e o próprio Mwinyi.

Diz-se extra-oficialmente que Kawawa retirou seu nome da proposta no decorrer da sessão preparatória do Comitê Executivo Nacional realizada no Congresso. Quanto a Salim, apesar de sua popularidade no continente — onde, segundo fontes bem informadas, ele tem suas raízes maternas — consta não ter sido aprovado por parte de



Nyerere (centro) deixa o governo para se dedicar à reorganização do CCM



A tarefa imediata de Mwinyi será a recuperação da agricultura

seus compatriotas ilhéus que integravam o Comitê.

Nas eleições gerais da União, Salim é candidato incontestável à representação do distrito de Mkoani no Parlamento. Mkoani fica em Pemba, ilha gêmea do antigo Sultanato Árabe de Zanzibar, dependente do Sultanato de Omã e sob a proteção britânica desde 1890. Pemba e Zanzibar se tornaram independentes em janeiro de 1964 após uma sangrenta revolução liderada pelo partido Afro-shirazi e se integraram à Tanganica três meses depois, para formar a atual República Unida da Tanzânia.

Surgem boatos

Discursando por ocasião de um dos comícios realizados em apoio à sua nomeação em Zanzibar a 6 de setembro, Mwinyi desmentiu rumores de que as ilhas estivessem prestes a retornar aos "antigos e duros tempos da divisão". Aparentemente, os boatos tinham surgido depois que o partido nomeou Idris Abdul Wakil, presidente da Câmara Legislativa das Ilhas, como

candidato único à presidência de Zanzibar. Mwinyi disse que os autores dos boatos eram elementos insatisfeitos, que desejavam separar um povo unido. "O objetivo desses elementos é confundir as massas a fim de desintegrá-las", acrescentou ele.

Segundo notícias provenientes da ilha, alguns homens de negócio suspenderam suas importações, receosos de que Zanzibar possa vir a viver dias difíceis. Para tranquilizar a população de Zanzibar, Mwinyi declarou que "Wakil é um homem de grande respeito, integridade, impressionante capacidade e um político experiente". Acrescentou ainda que "é um homem que tem amor a Deus, um irmão nosso, incapaz de favorecer um grupo em detrimento de outro. É um verdadeiro homem do povo".

Mwinyi, um professor que se transformou em político após a revolução de 1964, disse que o ônus da liderança nacional cabe a todos os tanzanianos. Se a primeira fase da revolução de Zanzibar foi tão difícil, disse ele, "é porque havia muitos contrarrevolucionários". Mwinyi serviu ao governo revolucionário como

principal secretário do Ministério da Educação antes de ser nomeado ministro no governo da União. Como membro do governo, serviu em diferentes pastas como ministro para Assuntos Internos, Saúde, Recursos Naturais e Turismo, bem como ministro de Estado no órgão da vice-presidência responsável por assuntos ligados à UNIVP. Nesse ínterim, foi embaixador da Tanzânia no Cairo.

O novo gabinete

O novo chefe de Estado tanzaniano, Ali Hassan Mwinyi, revelou a 5 de novembro, poucos dias depois de assumir o governo, a composição de seu gabinete, encabeçado pelo vice-primeiro-ministro e primeiro vice-presidente, Joseph Sinde Warioba.

Estes são os nomes dos dirigentes que ocupam as principais pastas: primeiro-ministro, Joseph Warioba; ministro de Estado-adjunto ao gabinete do segundo vice-presidente, Ali Salim Ahmed; vice-primeiro-ministro e ministro de Defesa, Salim Ahmed Salim; ministro de Relações Exteriores, Ben Mkapa; ministro das Finanças, Economia e Planejamento, Cleopa Msuya; ministro do Interior, Muhiddin Kimario; e ministro da Justiça e da Corte Suprema, Damian Lubuva.

Os novos governantes terão diante de si uma tarefa gigantesca: recompor a debilitada economia agrícola do país e reestruturar os ineficientes órgãos do serviço público.

A má política de investimentos adotada durante muitos anos no setor agrícola não é a única responsável pelos atuais problemas econômicos da Tanzânia. Há necessidade de medidas corretivas que criem condições favoráveis ao empresariado público e privado, através de novas estratégias que acelerem o desenvolvimento da maioria rural do país. (Anaclet Rwegayura)

Nigéria

O golpe e o FMI

O novo governo do general Babangida, o quinto regime militar desde 1960, tem pela frente a missão de impor a receita do FMI aos desiludidos nigerianos

Os gritos de "urra" que saudaram o golpe contra o governo do general Muhamed Buhari em agosto estão gradualmente desaparecendo e agora os nigerianos voltam a uma atitude de espera. Isso porque o golpe não é um acontecimento novo na vida do país que desde a independência, em 1960, teve oito governos diferentes.

Mas apesar da mudança de atitude, não há dúvidas de que o último golpe foi recebido com simpatia pela maioria dos nigerianos que progressivamente estavam sendo empurrados para um novo regime do tipo fascista, estimulado pela cúpula militar deposta. A principal causa da mudança de governo foram os desentendimentos entre os membros do Conselho Militar Supremo (SMC).

O Conselho assumiu o poder em dezembro de 83 implantando um regime de responsabilidade coletiva no qual todos os chefes militares ligados ao governo civil do presidente Shehu Shagari foram afastados. A nova liderança militar era formada por oficiais mais jovens que dividiram entre si os postos-chaves e formaram o SMC para governar o país. Mas com o passar do tempo, o general Buhari, comandante-em-chefe do exército e seu principal assessor, o general Tunde Idiagbon, foram assumindo poderes cada vez mais amplos enquanto o Conselho perdia força.

De acordo com o general Joshua Dogonyaro, porta-voz dos golpistas, "todos os esforços para dar conselhos à cúpula militar esbarraram numa tenaz resistência, que encarava qualquer sugestão como um desafio à autoridade e um ato de deslealdade"

O autoritarismo

Na edição de 19 de setembro, o jornal dominical *Concord* revelou que o general Ibrahim Babangida, líder do golpe, deveria ser transferido para a reserva em outubro, quando o país comemoraria 25 anos de independência. Era uma manobra do governo agora deposto para tentar neutralizar a principal figura dos

grupos que contestavam o poder cada vez mais autoritário do general Buhari.

Além do autoritarismo, os golpistas entraram em choque com o antigo regime por causa das operações de *counter-trade* (troca direta), adotadas para contrabalançar a carência de dólares provocada pelo pagamento de juros da dívida externa, e pela resistência na libertação de políticos e funcionários governamentais do regime civil suspeitos de corrupção mas que nunca foram formalmente acusados e nem tiveram as denúncias comprovadas. Outra acusação do novo governo militar foi a de que o general Buhari não conseguiu resolver os problemas econômicos do país.

No seu pronunciamento à nação após o golpe, o general Babangida disse que o *counter-trade* deu margem à fraude, especialmente na fixação dos preços e cobrança dos produtos trocados. A Nigéria depende do petróleo para poder intercambiar produtos com outros países na tentativa de contornar o congelamento de créditos no mercado internacional. Mais de 44% dos



O general Babangida (à direita), novo presidente da Nigéria após o golpe que derrubou o general Buhari

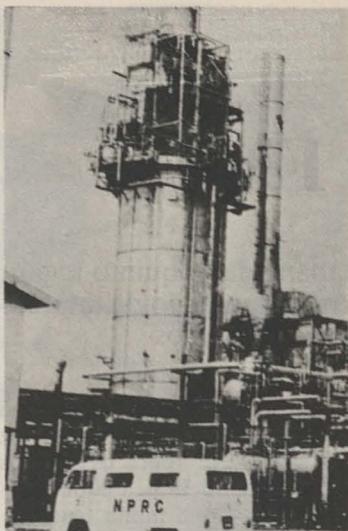
ganhos externos do país estão destinados ao pagamento de juros. Mas apesar das afirmações do novo homem forte nigeriano, não houve um acordo unânime sobre a questão do *counter-trade* entre os membros do governo que sucedeu ao general Buhari.

A liberdade de imprensa

Na questão dos presos, Babangida disse no mesmo discurso que iria garantir os direitos humanos, argumentando que a constituição nigeriana parte do pressuposto de que um homem é inocente até prova em contrário. A promessa foi cumprida já nos primeiros dias do novo governo quando 87 presos sem culpa formada foram libertados, com a advertência de que seriam novamente detidos se as suspeitas fossem comprovadas mais tarde.

Ainda no que se refere aos direitos humanos, o deposto general Buhari adotou uma conduta orientada por motivos pessoais na direção dos negócios de Estado. Ao assumir o poder ele disse que iria "interferir na liberdade de imprensa", porque o seu nome foi mencionado no caso do desaparecimento de 2,8 bilhões de dólares em negócios de petróleo durante o governo civil de Shehu Shagari. Buhari foi ministro do Petróleo no regime militar até 1979.

O escândalo do desaparecimento foi divulgado em 1980, quando surgiram indícios de que os 2,8 bilhões de dólares foram depositados num banco inglês fora da contabilidade oficial da companhia estatal nigeriana de petróleo (NNPC), no período em que Buhari era o responsável pela empresa. Ao chegar ao governo, o general Buhari baixou um decreto no qual passava a ser considerado crime publicar informações que "não fossem verdadeiras em todos os seus detalhes" ou que provocassem em-



A questão dos subsídios ao petróleo é mais um problema que divide a atual classe política nigeriana

baraços para membros do governo ou altos funcionários públicos.

Dois jornalistas nigerianos foram detidos em julho do ano passado por causa do mencionado decreto, ficando mais de um ano na prisão. Os dois foram libertados depois do golpe. O presidente Babangida também garantiu que procurará um acordo mais realista para a obtenção de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), ao mesmo tempo em que prometeu melhorar a situação econômica do país.

Mas a euforia pós-golpe já acabou e agora a Nigéria enfrenta os mesmos problemas que provocaram a desgraça de dois governos anteriores. O regime do general Buhari chegou a fazer esforços genuínos para melhorar a economia e aumentar a disciplina no serviço público, mas a sua principal falha foi ter acreditado que tinha o monopólio das soluções para todos os problemas. Milhares de pessoas perderam seus empregos porque as fábricas começaram a fechar por falta de matéria-prima.

O presidente da Câmara de Comércio de Lagos, professor

Ayo Ogunsheye, afirmou antes da derrubada de Buhari que era demasiado dedicar 44% das rendas externas para o pagamento da dívida. Ele garantiu que uma porcentagem menor para pagamento dos juros permitiria uma reserva para importação de matéria-prima e, consequentemente, traria um estímulo à produção capaz de criar novos empregos e melhorar o desempenho econômico com reflexos diretos nas exportações.

Conflito de posições

Até agora, a questão das relações com o FMI tem dividido as opiniões entre os nigerianos, com banqueiros e economistas tomando posições antagônicas. Mas o novo regime militar decidiu abrir o debate antes de tomar uma posição sobre o problema. As posições também estão divididas no que se refere à desvalorização do *naira*, a moeda nacional, à liberalização das importações e ao fim dos subsídios para o petróleo. Na desvalorização, os opositores da medida alegam que ela provocará uma forte inflação, na medida em que os débitos externos forem reajustados paralelamente à perda de valor do *naira*. Enquanto isto os defensores da desvalorização alegam que a medida impedirá o contrabando de divisas e estabilizará a moeda nigeriana, que consideram supervalorizada.

Na liberalização das importações, o argumento é que isso permitirá uma concorrência desleal dos produtos estrangeiros bem como impedirá o fortalecimento de setores nacionais básicos, que o governo vinha estimulando graças a benefícios concedidos aos que usassem matéria-prima não-importada. Os defensores da liberalização afirmam que ela conduzirá a uma reativação da economia ao permitir que vários setores escapem da falência ao poderem ter matéria-

prima para continuar no mercado, e criar novos empregos.

Finalmente, na questão dos subsídios para o petróleo, as opiniões se dividem da seguinte maneira: um lado afirma que como o sistema de transporte do país é ineficiente, as pessoas serão obrigadas a suportar um grande aumento das tarifas (que logicamente se refletirá nos custos finais e na carestia); os adeptos do fim dos subsídios alegam que ele desestimulará a compra de veículos, descongestionando o tráfego nas cidades e permitindo que o governo possa planejar um sistema de transporte de massa.

Continuidade

Os nigerianos, de forma geral, estão chegando à conclusão de que o novo governo não está inclinado a promover uma ruptura total com o sistema vigente no regime deposto, salvo em áreas onde o conflito de interesses seja radical. Um dos membros do Conselho das Forças Armadas (AFRC) o comodoro Larry Koinyan, disse num recente banquete em homenagem ao ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, sir Geoffrey Howe, que o novo governo não seria tolerante com "aqueles que ignoraram as leis do país e aumentaram os sofrimentos dos nigerianos".

O novo governo, por exemplo, vai continuar a campanha contra a indisciplina, com ênfase especial na limpeza urbana, patriotismo e contra a sabotagem econômica. O problema é que o petróleo é a principal fonte de divisas externas do país, e como os preços internacionais do produto estão caindo, as perspectivas não são muito animadoras.

Nos últimos anos, a Nigéria importou grande quantidade de alimentos, mas agora estão sendo feitos esforços para aumentar a produção local de comida e aliviar a pauta de importações.



Tropas nigerianas durante a ocupação do Palácio do Governo em Lagos



O ex-presidente Buhari acreditava ter o monopólio das soluções para todos os problemas do país

Mas o que, em última análise, pode provocar uma mudança de expectativas entre os nigerianos é o melhoramento da situação econômica com a redução do desemprego, paralelamente a uma maior oferta de matéria-prima, que ainda é escassa ou quando disponível, tem preços exorbitantes no mercado interno.

A dívida externa nigeriana está avaliada em nove bilhões de dólares, enquanto os débitos internos somam 20 bilhões de dó-

lares. A combinação das duas dívidas criou enormes dificuldades creditícias, enquanto os banqueiros internacionais exigem um novo acordo com o FMI para abrir as portas do crédito externo. Inicialmente o governo anunciou um novo ministério que foi bem aceito pela população e deu mostras de que usaria critérios práticos para a solução dos problemas herdados pelo general Babangida.

A nova equipe terá que ter sucesso para que o governo marque as diferenças em relação ao regime deposto, ao mesmo tempo em que as autoridades devem manter a liberdade de imprensa como meio para acompanhar a evolução do sentimento popular. Para o grosso da população, importa menos quem esteja no poder e mais quem está fornecendo os bens básicos para a sobrevivência. Nesse sentido, a nova administração parece estar adotando as medidas necessárias para garantir um mínimo de apoio popular para seu sucesso, frente aos enormes problemas econômicos. Mas apesar do crédito inicial de confiança, os nigerianos preferem ficar numa atitude de "pagar para ver" os atos futuros dos militares. (Oje Orié) ●

“A política norte-americana tem duas faces”

O líder máximo da OLP, Yasser Arafat, denuncia as manobras da administração Reagan, que ao mesmo tempo em que recebe em Washington o rei Hussein e o presidente Mubarak, apóia o *raid* israelense

Vítima de um ataque aéreo realizado contra a sua sede em Túnis, a OLP não tardaria em ser acusada de responsável pelo sequestro do navio italiano “Achille Lauro”, reivindicado por um comando palestino dissidente da organização. Dessa forma, a solidariedade internacional para com a causa palestina, renovada por aquela agressão do regime de Israel — que recebeu a condenação unânime da opinião pública, com exceção de Ronald Reagan — se transformou em perplexidade.

No dia seguinte ao sequestro — quando o navio ainda estava em poder do comando palestino — nosso colaborador Alber-

to B. Marantoni, que havia sido enviado por *cadernos do terceiro mundo* a Túnis para entrevistar Arafat a respeito da agressão israelense, se reuniu com o presidente da OLP e, por força das circunstâncias, uma boa parte da conversa girou em torno do “Achille Lauro”

Yasser Arafat, nessas declarações exclusivas, reitera sua disposição de buscar uma solução pacífica para a causa palestina, mas reivindica o direito a percorrer os mesmos caminhos que outros povos em sua luta contra a dominação israelense. “Resistimos para poder ter paz e um Estado independente”.

No momento em que todo o mundo estava prestes a se solidarizar com a causa palestina após o ataque israelense contra as instalações da OLP no sul da Tunísia, que significado pode ter o sequestro do navio italiano “Achille Lauro”, e a detenção de reféns efetuada por um comando palestino?

— Foi uma surpresa. Aqui na Tunísia tivemos a notícia do sequestro através das agências noticiosas. Este acontecimento foi, para mim, uma verdadeira surpresa. Ninguém entre nós estava a par deste ato e ninguém, além disso, esperaria que um comando palestino se apropriasse de um navio... Ficamos princi-



Arafat aos cadernos do terceiro mundo: “Mubarak é totalmente solidário com a causa palestina”

palmente surpresos por se tratar de um barco pertencente a um país que sempre foi muito solidário com a causa palestina.

Quem são os membros do comando?

— Não os conhecemos. Não são da OLP.

Os terroristas exigiram a libertação de 52 prisioneiros, entre os quais um tal Samir El-Kountar, um dos quatro terroristas que desembarcaram em abril de 1979, em Nahariya, na costa norte de Israel.

— Não conheço esse nome.

Isso quer dizer que aprova esta detenção de reféns?

— De modo algum. Desde o momento em que tomamos conhecimento da notícia, condenamos imediatamente a operação. Primeiro, porque ela não se integra no tipo de estratégia que a OLP escolheu na sua luta contra os dirigentes de Telavive e, além disso, porque uma ação contra a Itália não faz sentido. Como podemos apontar as armas contra aqueles que nos manifestam a sua solidariedade?

Esta detenção de reféns e o assassinato dos três turistas israelenses em Larnaca (Chipre) demonstram que a OLP, de algum tempo para cá, deixou de controlar os seus grupos armados. A sua organização terá sido ultrapassada pelos grupos extremistas? Diz-se que a OLP está prestes a se desmembrar e que a maior parte dos seus componentes retoma a sua liberdade de manobra.

— É o que pretende a propaganda israelense, mas é mentira. A OLP não pode se desmembrar e não se desmembrará nunca: ela representa o povo palestino no seu conjunto. Enquanto nós dizemos que representamos o povo palestino, os israelenses afirmam que a OLP não é a única

representante dos palestinos. Mas, a partir do momento em que grupos marginais, palestinos ou outros, para nós desconhecidos, cometem atos contra a comunidade internacional, é sempre culpa da OLP.

É necessário que deixem de se divertir às nossas custas. Eu sou



Refugiados palestinos no Líbano

o responsável político da OLP, não sou o tutor de todas as pessoas, palestinos ou não, que se dizem fazer parte do movimento palestino. O governo italiano será o responsável pelas "Brigadas Vermelhas"? Será o governo alemão-federal responsável pela facção "Exército Vermelho"? Em Larnaca, entre os membros do comando dito palestino, encontrava-se um britânico, um sírio e um palestino. Por que é que não vão pedir satisfação à Grã-Bretanha e à Síria? Por que é que tem que ser sempre eu a prestar contas?

Por ocasião do sequestro do navio italiano "Achille Lauro" por um autodenominado comando palestino, a OLP enviou representantes junto ao governo egípcio. Foram retomados contactos com o Cairo? Quais são as suas relações com este país?

— Muito boas. O presidente

Mubarak é totalmente solidário com a causa palestina.

Qual é a diferença entre Sadat e Mubarak?

— Sadat era hostil à OLP, enquanto Mubarak apóia qualquer resolução do conflito árabe-israelense, com a participação da OLP. Sadat tinha uma pesada responsabilidade histórica: a de ter tentado uma resolução do problema palestino sem os representantes desse povo, enquanto esse não é o caso de Mubarak.

Mas Mubarak não aceitou a herança do seu predecessor, ou seja, os Acordos de Campo David?

— É necessário fazer a distinção entre os Acordos de Campo David e a política relacionada com estes acordos.

E quais são as suas relações com a Jordânia?

— Nós assinamos com a Jordânia um acordo para uma federação jordaniano-palestina, mas é um acordo estratégico, ou seja, a longo prazo.

O "sinal verde" de Washington

Na sua opinião por que razão os israelenses atacaram seu quartel-general, em Túnis, no mesmo dia em que o rei Hussein se encontrava com o presidente Reagan?

— Enquanto o presidente Reagan recebia o rei Hussein e o presidente Mubarak, e discutia com eles o acordo jordaniano-palestino, o governo norte-americano dava "sinal verde" para uma operação que visava assassinar um dos dois signatários deste acordo. A política norte-americana tem duas faces. É uma vergonha.

Neste momento qual é a situação da OLP no Líbano?

— É uma situação muito crítica. O genocídio de Sabra

e Chatila continua. Matam os refugiados palestinos de todos os lados: uma vez são os sírios, na outra vez os israelenses, em outras, novamente os "agentes" de uns e outros.

Existe vontade de aniquilamento do povo palestino, também da parte dos chiitas libaneses?

— Não, não são os chiitas. São os sírios, os israelenses e os norte-americanos que querem expulsar 500 mil refugiados palestinos do Líbano.

Como explica que a União Soviética, que apóia a Síria, seja favorável à OLP, enquanto

Damasco luta contra vocês?

— É um problema da União Soviética. A URSS é hostil a qualquer agressão contra os palestinos, mas o regime sírio insiste em combater-nos.

"Colhem o que semearam"

Que futuro imediato podem esperar os palestinos, no Líbano?

— No Líbano, a situação vai continuar como um vulcão. Nós tentamos empreender um processo de paz com a Jordânia, mas os norte-americanos opuseram-se. Quando ocorreu o raid da Tunísia, houve coordenação entre os aviões israelenses e os navios

norte-americanos no Mediterrâneo. Depois da minha partida de Beirute, ninguém quis me escutar. Eu previ o que viria a se passar em Beirute, após a nossa partida. Lembra-se? Os norte-americanos e os israelenses não quiseram me escutar, nessa altura. Agora colhem o que semearam. Da nossa parte, tentamos dar um impulso ao processo de paz, mas foi em vão.

Não há dúvida de que tentou dar um passo no sentido da paz. Mas, durante os funerais dos palestinos assassinados na Tunísia, no início de outubro, deu a sua palavra de lutar até o fim, para recuperar uma pátria palestina.

AFINAL QUEM SÃO OS TERRORISTAS?

□ Uma esquadrilha israelense de mais de 20 aviões de combate — dentre os quais oito F-14 participaram ativamente na operação — bombardeou a 1ª de outubro passado a sede da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Túnis. Pelo menos 73 pessoas morreram, uns 55 palestinos e o resto tunisianos, e mais de 100 ficaram feridas. Entre os prédios completamente destruídos por mísseis terra-ar e pesadas bombas de fragmentação, estava a principal sede palestina na capital da Tunísia, na qual o presidente da OLP, Yasser Arafat, tem o seu escritório. Também foi destruída a sede da Força 17, unidade de elite da OLP, encarregada da segurança pessoal do dirigente máximo palestino.

O ataque israelense causou o repúdio unânime da opinião pública mundial e parecia estar destinado a ter consequências graves para o governo de Shimon Peres, seriamente questionado mesmo pelos seus aliados, com a exceção da administração Reagan, que não escondeu sua satisfação com o bombardeio.

Houve porém uma reviravolta dois dias depois, quando o navio italiano "Achille Lauro", com mais de mil turistas a bordo, foi sequestrado ao largo da costa do Egito. A autoria da ação foi reivindicada por um comando palestino dissidente da OLP, cujos integrantes foram mais tarde identificados como sendo quatro jovens, acusados

também da única morte ocorrida a bordo: a de um passageiro norte-americano, Leon Klinghoffer, de 60 anos. Porém outras versões, inclusive a dos próprios sequestradores, assinalam que ele teria morrido de um ataque cardíaco.

Intensas negociações foram realizadas no Cairo quanto ao destino a ser dado aos sequestradores do "Achille Lauro" — que se entregaram às autoridades egípcias — delas participando o presidente Mubarak, do Egito, representantes da OLP e os embaixadores dos Estados Unidos, Itália, Alemanha Federal e da Inglaterra. Ficou, então, decidido que eles ficariam sob a custódia da OLP, a quem caberia fazer justiça, o que foi garantido pelo governo do Egito e pela própria organização palestina.

Logo após o término dessas negociações, um *boeing* egípcio que transportava os quatro sequestradores do navio teve sua rota desviada por caças norte-americanos nos céus do Mediterrâneo, que obrigaram seu pouso na base italiana de Sagonella, na Sicília. Com os membros do comando palestino, estava Abu Abbas, enviado de Arafat como mediador no caso do sequestro do "Achille Lauro".

A ação norte-americana causou uma repulsa geral pois a partida, do Cairo, do avião egípcio tinha sido acertada de comum acordo entre os governos da Itália e do Egito e os representantes da OLP. O presidente Mubarak, que servira de mediador nos entendimentos, protestou em nota oficial contra a violação dos entendimentos e também pelo sequestro, em pleno vôo, do seu avião. A Itália também foi atingida pelo ato de pirataria, pois as autoridades locais não haviam

Qual é o verdadeiro Arafat?

— Nós somos uma nação ocupada, devemos enfrentar o terrorismo. Segundo a Carta da ONU, temos o direito de resistir. Não desenvolvemos uma guerra de conquista, e desejamos a paz para que o nosso povo possa viver na sua terra. Nós resistimos. É o caminho que os norte-americanos e os judeus seguiram para lutar contra a ocupação britânica.

Os europeus fizeram a mesma coisa para lutar contra o ocupante nazista, os argelinos contra os franceses, os vietnamitas contra os franceses e os norte-americanos. É o mesmo caminho que a OLP escolheu para se defender

da ocupação israelense.

Não existe contradição entre os nossos esforços de paz e a nossa luta. Resistimos para podermos ter paz e um Estado independente. Segundo o acordo que assinamos com o rei da Jordânia, aceito na Argélia e reafirmado em Amã, estamos prontos para formar uma confederação jordaniano-palestina.

E vocês estão dispostos a reconhecer Israel?

— Todas as

resoluções das Nações Unidas devem ser aplicadas. Quem é que está contra a legalidade internacional? É Israel, o único Estado criado por uma resolução da ONU, que não reconhece as resoluções dessa organização. (Alberto B. Mariani)



sido previamente consultadas sobre o pouso forçado.

Uma séria crise abalou as relações entre Washington e Roma, não só por esse fato como pela decisão da Itália de libertar Abu Abbas. O governo dos Estados Unidos exigira sua prisão sob a acusação de ter sido ele um dos mentores intelectuais da ação contra o “Achille Lauro”.

Em encontro mantido em Bruxelas, o secretário de Estado norte-americano George Shultz pediu satisfações ao ministro das Relações Exteriores italiano, Giulio Andreotti, quanto à decisão de seu governo de permitir que o dirigente palestino Abu Abbas deixasse o país. Andreotti reconstituiu, então, os acontecimentos e respondeu que o comportamento de seu governo foi adotado em respeito às leis italianas e que teve a aprovação do Poder Judiciário. O conflito diplomático teve também consequências na política interna italiana, com o pedido de renúncia do primeiro-ministro Craxi. No fim de outubro, essa crise já estava contornada, tendo Craxi voltado ao governo com o seu antigo gabinete.

Outras repercussões desses episódios também aconteceram, entre elas a proibição da ONU a Arafat de comparecer à solenidade da comemoração do 40º aniversário de fundação da organização. Essa proibição foi entendida em razão de fortes pressões do governo norte-americano que anunciara a decisão do presidente Reagan de não comparecer, caso Arafat o fizesse. Em Londres, o governo Thatcher utilizou-se do episódio para recuar nas conversações com uma delegação oficial da OLP que, junto a uma representação jordaniana, já se encontrava na capital inglesa a

convite do governo britânico. Faziam parte dessa delegação dois membros do Comitê Executivo da OLP: o bispo anglicano de Jerusalém, Elias Khouri, e o ex-prefeito de Alhoul, na Cisjordânia ocupada, Mohammed Milhen. O ministro inglês das Relações Exteriores só aceitou se reunir com os dois membros do governo jordaniano.

O sequestro do avião egípcio teve sérios questionamentos mesmo dentro dos Estados Unidos. Uma das críticas veio do ex-secretário de Justiça, Ramsey Clark, que afirmou, em um discurso em Cleveland, que “não é necessário ter estudado as leis para se saber que a ação norte-americana não pode ser legal. Nós a fizemos porque temos força, porém fizemos com grande risco”.

O ex-presidente James Carter, apesar de apoiar a ação decidida por Reagan, fez um apelo aos norte-americanos para que não coloquem a etiqueta de terrorista em todos os palestinos. “Não há razões para acreditar que o povo palestino é um povo terrorista”, afirmou Carter. O chefe da OLP, Yasser Arafat, por seu lado, classificou como “um ato de terrorismo” a ação dos Estados Unidos de interceptar e obrigar um avião egípcio a descer na Itália.

Os quatro acusados do sequestro do “Achille Lauro”, Hallah Abdullah Alhsan, 19 anos; Majed Jussef Molky, 23; Abdelatif Ibraim, 20, e Hamad Ali Abdulla, 23, permaneceram detidos num presídio da Itália, onde aguardam julgamento.

e Cl
fugi
lado
out
tras
uns

l
men
bên
ses?

os s
te-a
sar
nos

(
Sov
seja

[
F-
ba
ni
Ti
pa
ca
de
de
tir
O)
bé
eli
do

da
ti
de
pe
ça
o
p
co
ac
re
da
ti

América Latina / El Salvador



"O presidente Duarte é o responsável pelos crimes e a repressão imperantes no país"

Duarte na corda bamba

O audacioso sequestro da filha do presidente, somado a operações militares cada vez mais ambiciosas por parte da FMLN enfraquecem a liderança política do chefe de estado, que agora passa a enfrentar, também, o descontentamento militar

A crise desencadeada com o sequestro de Inês Duarte e o ataque ao Centro de Treinamento Militar das Forças Armadas (Cemfa) pela FMLN seria capaz de precipitar mudanças políticas em El Salvador e, inclusive, não se deve descartar a possibilidade da queda do governo de José Napoleón Duarte. Esta é a opinião recolhida por círculos diplomáticos de países da América Central que tomaram conhecimento da irritação da cúpula militar salvadorenha com o presidente Duarte, acusado de "abandonar o interesse nacional diante do seu

problema pessoal". Entre esses descontentes, estariam o general Juan Rafael Bustillo, chefe da força aérea, e os coronéis Sigfrido Ochoa, da 4ª Brigada de Infantaria, Maurício Staben, do batalhão Arce, e Oscar Amaya, chefe do destacamento Número 5. Todos eles não teriam escondido o seu mal-estar com o rumo dos acontecimentos posteriores ao sequestro da filha do presidente.

O ataque ao Cemfa

Com um saldo de 272 mortos e feridos, o ataque ao Centro de

Treinamento Militar das Forças Armadas foi um dos mais importantes golpes da guerrilha nos últimos meses. Ele se deu num momento em que a FMLN não só tinha como prisioneira a filha de Duarte, como também deflagrava uma ofensiva militar dentro da estratégia da "guerra de desgaste", que está causando inúmeras baixas no exército e minando o seu moral.

Há ainda um outro dado da maior importância: "A maioria dos oficiais de nível inferior já não quer a guerra, porque enquanto eles morrem, seus chefes

enriquecem”, comentou um oficial reformado do exército a uma agência de notícias. Para ele, “os militares já sabem que sozinhos não podem ganhar a guerra, porque precisam de apoio popular”.

A FMLN faz também a mesma avaliação. E afirma em um dos seus comunicados: “As forças internas do projeto contra-revolucionário se esgotaram. Aproxima-se o momento de combater as tropas norte-americanas”. De fato, os rebeldes consideram que frente ao fracasso do governo Duarte em conter o avanço revolucionário, a administração Reagan encontra-se num dilema: ou se resigna a perder o controle da situação, ou recorre à medida extrema da intervenção militar direta, assumindo todos os riscos que ela implica e o alto custo que terá para a Casa Branca.

Com a tomada do centro militar, segundo *The New York Times*, os rebeldes salvadorenos causaram mais prejuízos ao governo do que em todas as operações militares efetuadas nos últimos 18 meses. Para o diário novaiorquino, essa incursão em uma zona considerada até então como “segura”, a paralisação de transportes coletivos dirigida pela FMLN, paralelamente a uma constante sabotagem da economia de exportação e a gradual deterioração do Pacto Social do presidente Duarte, configuram um panorama bem difícil para a administração norte-americana.

Depois de lembrar que outubro marcou um ano da primeira reunião entre o governo Duarte e a FMLN (realizada a 15 de outubro de 1984, em La Palma), setores da imprensa da América Central reproduziram as palavras do arcebispo auxiliar de San Salvador, Gregorio Rosa Chávez. Em sua homilia de 15 de outubro passado, ele indagava se ainda seria possível encontrar a paz para o país. “Na estrada para La Palma ainda se encontram as ban-



José Napoleón Duarte (na foto com sua filha recém-libertada): “Uma experiência como essa leva a pessoa a refletir sobre seus valores”

deiras brancas daquela ocasião”, afirmou o arcebispo. “São poucas agora — acrescentou — mas nos dizem que ainda há alguma esperança de acabar com a guerra”. Nessa mesma ocasião ele denunciou a intensificação das capturas e das operações militares por parte do governo.

Nesse mesmo dia, a reabertura do diálogo entre o governo e a guerrilha foi pedida por representantes sindicais, do magistério, grupos artísticos e organizações populares, que se reuniram na catedral metropolitana. Os manifestantes anunciaram a criação de um Comitê pela Paz e o Diálogo, que estimulará a discussão desses temas, para se conseguir um “processo pluralista” em El Salvador.

O sequestro de Inês Duarte

Quando Inês Guadalupe Duarte e sua amiga Ana Villeda ainda estavam em poder da guerrilha, um comentário da *Radio*

Venceremos, porta-voz oficial da FMLN, definiu o sequestro como “um ato de resposta ao terrorismo de Estado desencadeado indiscriminadamente pelo regime”. Culpou o presidente Duarte pelos crimes e a repressão no país, além dos 60 mil assassinatos e 6 mil desaparecimentos ocorridos em mais de cinco anos de guerra civil em El Salvador.

De início, a Frente Farabundo Martí não reivindicou diretamente a autoria do sequestro, que de acordo com uma das primeiras gravações enviadas por Inês a seu pai, teria sido realizado pela Frente Pedro Pablo Castillo¹. Mas um dia depois de uma troca de prisioneiros entre o go-

¹ Pedro Pablo Castillo é um dos heróis da independência centro-americana, lembrado particularmente por ter sido um dos líderes da insurreição na então província de San Salvador, em 1811. Até aquele momento, nenhuma organização integrante da FMLN tinha usado o seu nome para designar uma de suas colunas.

e Cl
fugi
lado
out
tras
uns

L
mer
bên
ses?

os s
te-a
sar
nos

(
Sov
seja

—

—

[
F-
ba
ni
Tú
pa
ca
de
de
tin
Ol
bé
eli
do

da
tin
de
pé
çã
o

pe
co
ac
re
da
ti

verno e os rebeldes, o comando geral da FMLN assumiu a ação, esclarecendo que não o fizera antes para não atrapalhar as negociações.

Como sempre, a cúpula militar classificou o sequestro como consequência do "desespero" dos rebeldes. Mas, enquanto se desenvolviam intensas negociações para libertar as duas jovens, os círculos políticos salvadoreños reconheciam que esse golpe demonstrara que a guerrilha conta com uma sofisticada equipe de comandos, com grande capacidade logística e operativa, apesar dos reveses sofridos nas áreas urbanas do país.

Ficou também evidente que o aparelho de segurança urbano do governo não é tão invulnerável como se acreditava. Embora, um dia e meio depois do sequestro, a Polícia Fiscal tenha invadido e revistado doze supostas casas da guerrilha, seu próprio diretor, coronel Rinaldo Golcher, foi obrigado a reconhecer que em nenhum desses lugares foram encontradas pistas que levassem ao paradeiro de Inês e da amiga.

A responsabilidade direta pela omissão que permitiu o sequestro da filha mais velha de Duarte recaiu sobre o coronel Reynaldo López Nuila, subsecretário da Segurança Pública, que antes se gabava das suas vitórias sobre a contra-revolução urbana. López Nuila é um dos chefes militares mais chegados a Duarte e seu nome vinha sendo mencionado com insistência como possível sucessor do atual ministro de Defesa, general Eugenio Vides Casanova.

Duarte versus empresa privada

Em termos políticos, o sequestro serviu para o presidente Duarte ganhar tempo no confronto que mantinha com setores da empresa privada, sobretudo com industriais, comerciantes e representantes do setor de transportes. Em meados de agosto, o

governo aprovara uma série de medidas fiscais e cambiais que afetam diretamente a importação de matérias-primas e de peças de reposição e que, de acordo com a Associação Salvadoreña de Industriais (ASI), são "improvisadas e isoladas" e trarão uma "drástica elevação dos preços de venda dos produtos importados e produzidos no país".



Monsenhor Oscar Arnulfo Romero

Segundo o Centro Universitario de Documentação e Informação (Cudi), ligado à universidade jesuíta de San Salvador, "as exigências da guerra parecem estar levando a crise econômica a um ponto tal, que a única forma de poder continuar financiando-a seria exigir uma cota de participação àqueles setores que, até agora, se viram pouco afetados economicamente por ela". Neste sentido, Duarte anunciou que está trabalhando na implementação de uma política que promova uma distribuição equitativa dos lucros e impostos, o que provocou a reação do setor empresarial.

"Neste momento, as ações urbanas da guerrilha parecem estar sendo aproveitadas habilmente pelo governo para atenuar as con-

dições que haviam surgido com a empresa privada em razão das medidas cambiais e para 'vender' a nova articulação de sua política econômica", afirma o Cudi.

A ultradireita, contudo, aproveitou o sequestro para opor-se uma vez mais aos esforços governamentais para modificar o sistema judiciário, penal e de segurança pública do país. A chamada "reforma judiciária", fomentada pelo Ministério da Justiça e a Fiscalização Geral da República (a Corte Suprema de Justiça ainda permanece em mãos dos ultradireitistas), conta com apoio econômico e político de Washington e procura criar uma melhor imagem do governo no aspecto dos direitos humanos e, em especial, neutralizar o movimento dos presos políticos e as denúncias dos organismos humanitários.

Essa reforma inclui a utilização de onze milhões de dólares para reforçar o sistema judiciário, a formação de uma equipe de investigações composta por detetives treinados pelo FBI em Porto Rico, o estabelecimento de um laboratório forense financiado pela AID (Agência Internacional para o Desenvolvimento), a criação de uma polícia judiciária para dar proteção às testemunhas em casos especiais, a destituição de diretores de centros penais acusados de corrupção, a agilização dos julgamentos e outras medidas que visam criar melhores condições nas penitenciárias.

Para a ultradireita, a realização da "reforma judiciária" significa a possibilidade de que sejam investigados os assassinatos de monsenhor Oscar Arnulfo Romero, de dois assessores agrários norte-americanos e de outras personalidades políticas contrárias aos extremistas dirigidos por D'Aubuisson. Tanto o ataque rebelde ao Centro Penal de Mariana, a 12 de julho passado, como o sequestro de Inês Guadalupe,



O desgaste sofrido por Duarte o obrigará a reconsiderar a viabilidade de uma estratégia baseada na derrota militar da FMLN

demonstram o fracasso da reforma e exigem que seja tomada uma atitude "mais dura" com os acusados de participar da guerrilha, segundo os ultradireitistas.

Em relação aos efeitos do sequestro no processo de diálogo entre o governo e os rebeldes, Duarte pode agora alegar que as conversações foram suspensas pela intransigência e as ações violentas da guerrilha. Também a ultradireita pôde alegar um motivo para pressionar contra a continuação do diálogo e exigir que a guerra seja definida em termos estritamente militares, descartando definitivamente o caminho da negociação.

A reação internacional

No plano internacional, o governo democrata-cristão conseguiu o maior número de demonstrações de apoio desde que assumiu o seu mandato. A condenação do sequestro foi unânime e ampliou as possibilidades de José Napoleón Duarte, no sentido de ganhar mais espaço polí-

tico internacional. Depois que a França e o México decidiram enviar embaixadores a San Salvador, o regime conseguiu seu mais alto grau de legitimação em cinco anos de guerra civil.

Porém, o sequestro impediu que o presidente salvadorenho viajasse para Nova Iorque para participar da Assembleia-Geral da ONU, onde há um ano ele convidou a FMLN-FDR a iniciar o processo de diálogo. Esperava-se que nesta ocasião Duarte aproveitasse essa tribuna para responsabilizar os rebeldes pela interrupção das conversações, acusá-los de violações aos direitos humanos e enfatizar os supostos avanços no processo de democratização levado adiante por seu governo.

Mas, sem dúvida, ao aceitar as condições dos sequestradores para conseguir a libertação de sua filha, o presidente sofreu um considerável desgaste e, a curto prazo, deverá reconsiderar a viabilidade de uma estratégia baseada fundamentalmente na derrota militar da FMLN.

Foi possivelmente por essa razão e diante também da necessidade de recuperar sua imagem, que o presidente Duarte anunciou, dias depois da libertação da filha, que empreenderá uma "campanha internacional de denúncia contra o terrorismo".

Segundo Duarte, a FMLN sequestrou Inês "por ordens do governo da Nicarágua", país que acusou de ser "um dos centros de operações terroristas de todo o mundo". Essa declaração foi imediatamente desmentida pelo governo de Manágua, que negou qualquer participação no sequestro e em qualquer ato da guerrilha salvadorenha.

"Reconsiderar muita coisa"

Inês Guadalupe e a amiga foram entregues a uma delegação de diplomatas e ao arcebispo de El Salvador, monsenhor Don Arturo Rivera y Damas — que teve um importante papel nas negociações — na cidade de Tenancingo, a 32 quilômetros da capital. Elas permaneceram 44 dias em cativeiro, durante os quais os sequestradores mantiveram longos debates políticos com a filha do presidente, que é uma ativa dirigente da Democracia Cristã e trabalha no Ministério das Comunicações, "estritamente vinculado ao aparelho de guerra psicológica do regime", segundo a FMLN.

Um artigo do *The New York Times*, diz que o presidente Duarte e sua filha estão fazendo juntos um tratamento psicológico, pois os debates de Inês com os sequestradores "teriam tido por objetivo fazê-la ficar contra o presidente". Duarte contou que passou uma tarde com a filha e um terapeuta. "Uma experiência desse tipo — afirmou o chefe de estado salvadorenho — leva uma pessoa a refletir sobre os seus valores e reconsiderar uma série de coisas".

Mas a situação interna do país não permitiu a Duarte dedicar

e Cl
fugi
lado
out
tras
uns

L
mer
bên
ses?

os s
te-a
sar
nos

Sov
seja

F-
ba
ni
Tú
pa
ca
de
de
tin
Ol
bé
eli
do

da
tin
de
pe
çã
o

pe
co
ar
re
di
ti



Cleiverger/Sipa Press

O descontentamento militar se agravou com o sequestro do coronel Avalos

muito tempo a uma análise de consciência. Dois dias depois de concluído o caso de Inês Guadalupe, foi sequestrado o coronel Omar Napoleón Avalos, até pou-

cos meses atrás chefe do estado-maior presidencial, formado por militares próximos ao primeiro mandatário e responsáveis, além disso, pela segurança governa-

mental. Desde agosto Napoleón Avalos atua como Diretor do Conselho de Aeronáutica Civil, que tem a seu encargo as importantes Redes Cívicas Aéreas de Comunicação, Comércio e Apoio à Agricultura.

Vários homens armados interceptaram o coronel Avalos em um trecho da rodovia próximo a Cajatepeque, a 35km da capital e o conduziram para um local não-identificado.

O descontentamento que já se propagava no meio militar se agravou ainda mais com essa operação dos rebeldes, tornando-se um dos principais problemas que Duarte deverá enfrentar nas próximas semanas. Isso, somado às perdas causadas pela sabotagem rebelde na economia do Estado², configuram um quadro difícil para o governo. E mais, ao negociar com a guerrilha pela primeira vez, depois de ter afir-

A TROCA DE PRISIONEIRO

Os 104 guerrilheiros que deixaram El Salvador em troca da libertação de Inês Guadalupe Duarte e sua amiga Ana Cecilia Villeda foram acolhidos por Cuba. Noventa e seis deles estavam feridos e foram internados imediatamente em hospitais. Entre eles havia adolescentes de 13, 14 e 15 anos e uma jovem de 18 com braços e pernas amputados. A França receberá 20 desses guerrilheiros.

A guerrilheira mais importante do grupo dos libertados é a comandante Nidia Díaz, que no ano passado participou do diálogo de La Palma representando a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional. Ao chegar ao Panamá, Nidia afirmou que estava muito agradecida ao povo e governo daquele país por seu papel mediador nas negociações que permitiram a libertação de seus companheiros.

As negociações conduziram ao acordo pelo qual foram libertados 21 guerrilheiros e 96 feridos — todos prisioneiros — em troca da vida de Inês Duarte, sua colega de estudos e mais de 30 prefeitos e funcionários do governo sequestrados pelos rebeldes.

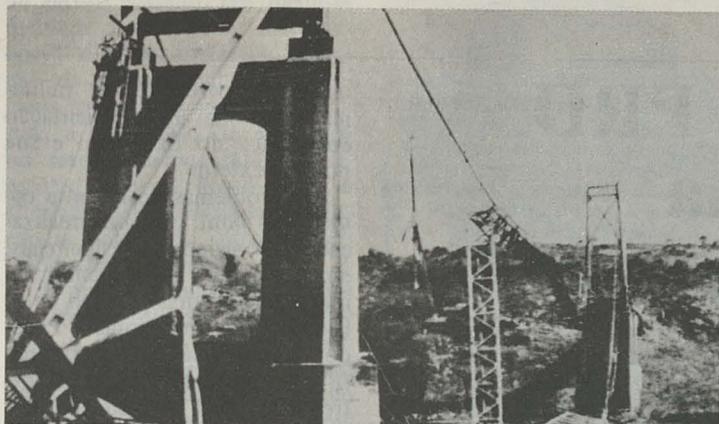
Segundo o comandante Salvador Guerra, por-

ta-voz da FMLN, o presidente Napoleón Duarte só se interessava pela libertação de sua filha e isso dificultou e inclusive paralisou durante quase um mês e meio o desenvolvimento das negociações, já que a FMLN exigia uma negociação global que incluísse todos os prisioneiros em seu poder.

A mediação panamenha

O secretário internacional do Partido Revolucionário Democrático do Panamá, Nils Castro, elaborou um relatório sobre a participação panamenha no processo negociador através do qual se conseguiu a liberdade tanto de Inês Guadalupe Duarte e dos 23 prefeitos salvadorenhos, como de 22 presos políticos pertencentes à FMLN, e a transferência para o exterior de 101 mutilados dessa organização. Este é o texto desse documento:

“Na madrugada de 22 de outubro — assinala o dirigente do PRD — o arcebispo Rivera y Damas assinou no Panamá, como testemunha da negociação, o documento que a igreja salvadorenha denominou o ‘Pacto do Panamá’. Este documento estabeleceu o mecanismo pelo qual os representantes do presidente Duarte e da FMLN negociaram entre si as condições e procedimentos para realizar a troca de prisioneiros, além das fa-



As perdas ocasionadas pela sabotagem da FMLN à economia já superam 220 milhões de dólares

mado durante anos que nunca o faria — e todo o país comenta que foi por tratar-se de sua filha que o presidente mudou de posição — Duarte enfraqueceu ainda mais a sua imagem diante das forças políticas e militares que

confiavam na sua liderança.

A rápida visita a Washington para se entrevistar com Reagan, que possibilitou a Duarte afirmar que o presidente dos

Estados Unidos não o havia censurado por ter aceitado negociar com os rebeldes, foi uma necessidade imposta pela fraqueza de sua frente interna. Mas não foi suficiente para neutralizar sua imagem de dirigente fraco para uma conjuntura política que exige a cada dia mais pulso forte. (Jaime Gutiérrez)

² O regime de José Napoleón Duarte reconheceu em cerca de 200 milhões de dólares as perdas causadas pela sabotagem à economia do Estado por parte da guerrilha, no período de 1980 a julho de 1985. As instituições mais afetadas, tanto no setor público como no privado, são as relacionadas com os transportes, a energia, as comunicações e as obras de infra-estrutura.

cildades para transferir para fora de El Salvador os 101 mutilados e três presos políticos.

“A presença panamenha nesses eventos esteve sempre condicionada à solicitação tanto por parte do governo salvadorenho como da FMLN. Para contribuir para que fossem atingidos os objetivos desejados, o Panamá participou das seguintes ações:

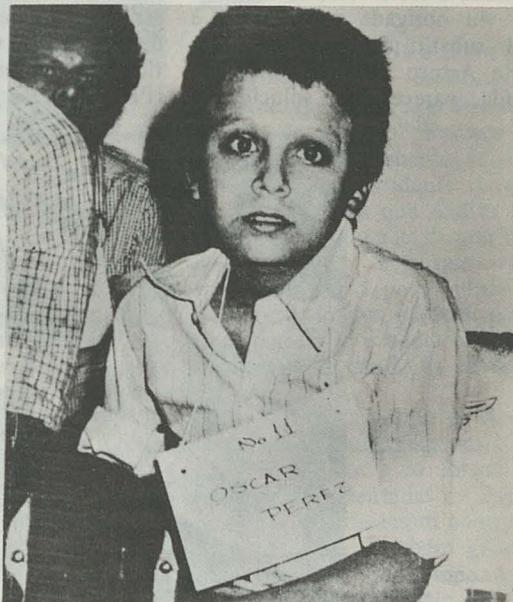
1) Oferecer as facilidades e a privacidade necessária para a reunião de ambas as partes salvadorenhas em território panamenho, onde se negociou e se assinou o ‘Pacto do Panamá’.

2) Participar do ato de entrega de Inês Guadalupe Duarte e Cecilia Villeda às autoridades governamentais salvadorenhas, com a presença dos embaixadores da Alemanha Federal, França, México e Panamá, acompanhados do arcebispo Rivera e de representantes da Cruz Vermelha Internacional.

3) Participar, nos mesmos termos, da entrega de 18 presos políticos com a presença de representantes diplomáticos da Colômbia, México e Panamá, acompanhados do padre Ignacio Ellacuría, pela igreja, e de representantes da Cruz Vermelha Internacional.

4) Custodiar e enviar para o exterior os presos políticos Nidia Díaz, Marcelino Reyes e Santiago Rauda.

5) Enviar por via aérea para o Panamá, com



Entre os trocados estava um menino de 13 anos, que perdeu um braço na guerra e era mantido prisioneiro pelo governo

conexão imediata para Cuba, 71 mutilados e os três presos políticos antes mencionados.

“O Panamá desenvolveu as ações acima citadas dentro do espírito humanitário que caracteriza a política torrijista e, especialmente, como uma contribuição para que se restabeleça o diálogo entre as partes envolvidas no conflito salvadorenho.”

e Cl
fugi
lado
out
tras
uns

L
mei
bên
ses?

os s
te-a
sar
nos

(
Sov
seja

[
F-
ba
ni
T
pa
ca
de
de
tin
O
bé
eli
do

da
tú
de
pe
çã
o

pe
co
ac
re
di
ti

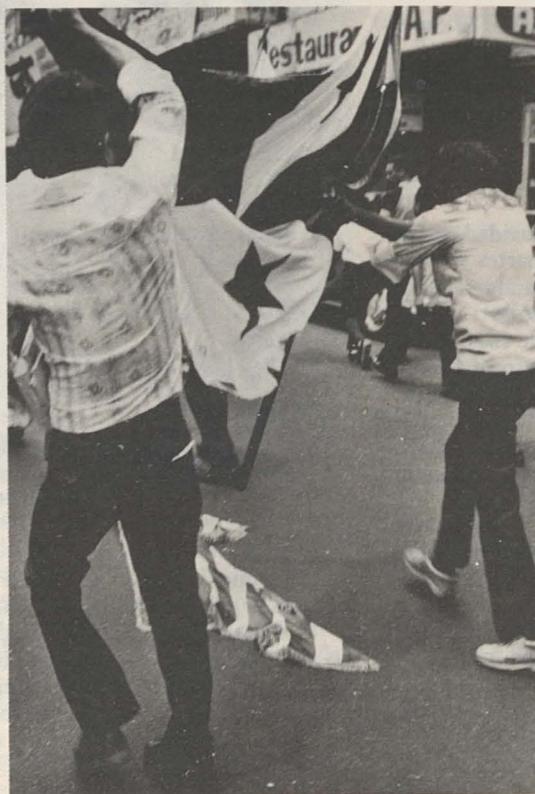
Panamá

Delvalle e o PRD definem uma mudança de rumo

Com a renúncia do presidente Barletta se fortalece a linha nacionalista do Partido Revolucionário Democrático e das Forças de Defesa e começa uma etapa que parece retomar os ideais do general Torrijos

Pouco antes de completar um ano no exercício da presidência, Nicolás Ardito Barletta se viu obrigado a renunciar e foi substituído por seu vice, Eric Arturo Delvalle. Com sua saída, parece estar solucionada

uma complexa crise política que vinha sacudindo o país e cujas raízes estavam nas sérias divergências surgidas entre o chefe de estado, por um lado, e o Partido Revolucionário Democrático (PRD) e as forças armadas, por



As organizações sindicais lideraram contínuas paralisações e marchas de protesto contra a política econômica do presidente Nicolás Ardito Barletta. Seu governo já nascera marcado por distúrbios de rua e acusações de fraude

outro. O partido e os militares questionavam a orientação econômica do Executivo e sua política externa.

Os problemas de Barletta começaram com a própria realização das eleições presidenciais, em maio de 1984, quando foi indicado por uma coalizão encabeçada pelo situacionista Partido Revolucionário Democrático (PRD). Distúrbios de rua, extrema lentidão na contagem dos votos e insistentes acusações de fraude marcaram o surgimento do primeiro governo eleito democraticamente, depois de 16 anos de regime militar.

Ao assumir a presidência, a 11 de outubro de 1984, Ardito Barletta dedicou grande parte de seus esforços à tentativa de cumprir os compromissos financeiros do país. Com uma dívida externa que chega aos 3,8 bilhões de dólares, o governo panamenho tem que pagar cerca de 800 milhões, em termos de juros; a 180 bancos internacionais. A este fato se somam uma drástica queda das exportações (de 303 milhões de dólares, em 1983, para 256 milhões em 1984), um déficit fiscal de 100 milhões de dólares, um aumento do desemprego (de 8,4%, em 1982, para 12,2%, em 1984) e um déficit de 160 mil moradias, segundo dados oficiais.

A fórmula de Barletta para superar a crise foi seguir ao pé da letra os conselhos de seus antigos chefes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹. A Carta de Intenções assinada pelo governo obriga o Panamá a tomar medidas de ajuste estrutural da economia. De acordo com uma análise da revista *Diálogo Social*,

¹ Barletta ocupava a presidência do Banco Mundial quando se candidatou à presidência da República.

de agosto passado, tais medidas incluem a criação de mais impostos diretos e indiretos, a redução de serviços públicos essenciais, o congelamento de salários, a eliminação de empregos no setor governamental, o aumento no preço dos serviços, a eliminação de incentivos à produção e, sobretudo, reformas no Código de Trabalho.

A revista assinala que, diante da impossibilidade de desvalorizar a moeda como em outros países (o Panamá não possui nem papel moeda nem banco central emissor de cédulas, já que utiliza o dólar norte-americano), o FMI “estimula medidas mais cruas como a sujeição e até a eliminação da indústria nacional em favor da estrangeira”.

A resposta dos diferentes setores da sociedade panamenha não se fez esperar. Durante agosto e setembro, o Conselho Nacional de Trabalhadores Organizados (Conato) e a Federação Nacional de Associações e Organizações de Empregados Públicos (Fenasep) — que reúnem cerca de 250 mil trabalhadores — encabeçaram contínuas paralisações de trabalho, marchas de protesto e fizeram fortes críticas à política econômica do governo. As pressões chegaram a tal nível que Barletta se viu obrigado, em finais de agosto, a voltar atrás em uma medida destinada a despedir empregados estatais.

The Washington Post, em sua edição de 27 de agosto, advertia que a austeridade imposta pelo presidente Barletta provocava “uma crescente instabilidade política” que poderia desembocar no retorno dos militares ao poder. Os presságios do jornal norte-americano foram qualificados de “exagerados” por um porta-voz do Departamento de Estado. “Apoiamos firmemente os esforços do presidente Barletta para conseguir as reformas econômicas estruturais que geram crescimento”, explicou o porta-voz.



As críticas ao presidente

Os rumores sobre um distanciamento entre o chefe do Executivo e os militares surgiram em meados de agosto, quando o chefe das Forças de Defesa do Panamá, general Manuel Antonio Noriega, declarou que a situação política de seu país era “preocupante, irresponsável, anárquica e totalmente descontrolada”. As declarações do mais importante chefe militar do país foram feitas em uma cerimônia em que estava presente Barletta, que tentou diminuir seu impacto afirmando que elas haviam sido “mal e tendenciosamente interpretadas” e que não existia nenhuma divergência entre o seu governo e os militares.

A esse respeito, o principal dirigente da oposição democrata cristã, Ricardo Arias Calderón, disse que o presidente começava a dar sinais de desespero, já que



Ardito Barletta (acima): rechaçado pelo povo e os militares

Omar Torrijos (esq.): as manifestações populares retomam o seu ideário político

enquanto Noriega o atacava como governante e economista, Barletta “lhe agradece as demonstrações de respeito”. Por seu lado, o Partido Panamenho Autêntico — do ex-presidente Arnulfo Arias — dizia que Arditto estava “desafiando a lei da gravidade”, não tendo “nada que o sustente”, pois “o povo nunca o quis, o apoio dos partidos políticos é relativo e agora os quartéis lhe estão dando as costas e zombam dele”.

As críticas à gestão de Arditto Barletta se generalizaram. Não só os sindicatos e as forças de oposição representadas no Parlamento se manifestaram contra o governo, como também grupos da empresa privada e até o próprio PRD, fundado pelo general Omar Torrijos em 1978, pediu em princípios de setembro uma retificação da política econômica de Barletta e ressaltou que o Panamá vivia “um dos períodos mais complexos e delicados de sua história”.

O partido situacionista afirmou que não será possível superar a atual situação “sob a tutela, imposições e ingerências de

e Cl
fugi
lado
out
tras
uns

l
me
bên
ses?

os s
te-a
sar
nos

(
Sov
seja

transnacionais ou de estrangeiros, nem dos representantes locais desses interesses". Enfatizou que a carta de intenções com o Banco Mundial e o FMI levaria o Panamá a renunciar "não só a uma parte substancial da soberania, como, inclusive, à nossa viabilidade como República independente".

A situação chegou a tal ponto que, a 13 de setembro, o Poder Legislativo aprovou por maioria uma resolução que se opunha ao acordo com o BM-FMI. O Parlamento advertiu que tais acordos com os organismos financeiros internacionais provocariam "um ambiente de intranquilidade, inquietação e incerteza". Como assinalou o semanário *Inforpress Centroamericano*, "comenta-se muito no Panamá que o único êxito alcançado por Ardito, desde que assumiu a presidência, é o de ter unido todos os setores contra si".

Ao mesmo tempo que as críticas contra a gestão de Barletta aumentavam, o general Norie-

ga iniciou uma ofensiva diplomática que o colocou em primeiro plano dentro da conflitante situação centro-americana. O chefe militar viajou à Nicarágua, Honduras e Costa Rica, com o objetivo de oferecer seus serviços para obter, através do diálogo, uma solução para os problemas que esses países enfrentam.

Os compromissos do presidente Delvalle

Poucos dias depois da tomada de posse de Eric Delvalle ocorreram no Panamá importantes fatos políticos que culminaram com maciças manifestações, a 10 e 11 de outubro, qualificadas por porta-vozes do governo como "atos de reafirmação da linha torrijista" defendida pelas massas trabalhadoras que voltaram às ruas. Nesse quadro, se deu a negociação entre a direção do Partido Revolucionário Democrático e o presidente Delvalle, em relação aos mais importantes problemas do país.

As medidas negociadas abrangem o campo econômico e social, a política interna e a externa. No campo social, entre outras medidas, concordou-se em alterar o código de trabalho somente com consultas prévias às lideranças sindicais e assegurar a estabilidade dos funcionários públicos. Com relação à política econômica, o presidente se comprometeu a levar em conta os interesses nacionais e a seguir o caminho "da libertação nacional", ou seja, que "o país deixará de subordinar-se aos ditames dos organismos financeiros internacionais" e se procederá a "uma consulta" aos diferentes setores produtivos.

Também se entrou em acordo sobre a imediata baixa dos preços de vários produtos que formam a cesta familiar básica, como o arroz, o açúcar, o pão e o óleo. A curto prazo, também poderão ser baixados os preços da gasolina, ovos e carne de galinha.

Com relação à política exter-

F-
ba
ni
Ti
pa
ca
de
de
ti
O.
bé
el
do

da
ti
de
pe
ça
o

p
cu
a
re
d
ti

REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DE DEFESA

□ No contexto da mudança de governo, foi anunciada a decisão do chefe das Forças de Defesa do Panamá (FDP), Manuel Antonio Noriega, de reorganizar a estrutura interna da instituição para torná-la mais eficaz.

Entre as mudanças planejadas, está prevista a criação de um estado-maior especial e um estado-maior do comandante-em-chefe. Também se informou que os planos das operações de defesa e segurança estarão de agora em diante "baseados na análise da situação nacional e internacional e levando em conta as hipóteses de guerra da atualidade". Os anúncios do comandante-em-chefe, segundo interpretações dos círculos políticos locais, evidenciam uma maior coesão interna nas forças militares do país.

As novas promoções, que foram divulgadas junto com a decisão de reorganizar as Forças de Defesa, também fortalecem a hegemonia do general Noriega no organismo.

O corte da ajuda norte-americana

Os Estados Unidos decidiram cortar cinco milhões de dólares de ajuda econômica ao Panamá para demonstrar "sua oposição à renúncia forçada de Nicolás Ardito Barletta", segundo afirmou o secretário de Estado adjunto para Assuntos Interamericanos, Eliot Abrams.

Esses cinco milhões de dólares que correspondiam ao ano fiscal de 1985 que terminou a 30 de setembro, foram reprogramados em benefício da Jamaica. Na versão de Abrams, "os Estados Unidos procuram, na medida de suas possibilidades, manter algum tipo de estabilidade assim como certa forma de democracia no Panamá". O corte teria sido, portanto, uma espécie de censura a uma substituição que Washington considera antidemocrática.

Essa versão da Casa Branca não teve eco, contudo, nos círculos políticos panamenhos, que interpretaram a decisão de cortar essa ajuda como reação a uma decisão soberana do Panamá que reafirmou a linha antimperialista do general Torrijos.



Bandeiras panamenhas se agitam em uma manifestação pela soberania do Canal

na, os compromissos acertados incluem a reafirmação e dinamização da política terceiro-mundista e não-alinhada do Panamá, uma "cooperação mais ativa" com os países da América Latina e o desenvolvimento "de relações respeitadas com todas as nações do mundo". Em particular, decidiu-se fortalecer o papel do Panamá no Grupo de Contadora e, com relação aos tratados Torrijos-Carter, se reafirmou o compromisso de aperfeiçoar e ampliar a participação panamenha e denunciar qualquer violação aos Tratados.

"Todo o conjunto de acordos consolidou e ampliou o apoio do PRD à gestão do presidente Delvalle, demonstrado durante a gigantesca manifestação popular de 10 de outubro", comentou o editorial de um jornal panamenho publicado a 13 de outubro. "Isso ficou patente — continua o artigo — no discurso oficial do PRD, pronunciado por Gerardo González, que disse que o fato de que o presidente Delvalle não seja do Partido Revolucionário De-

mocrático, e sim do Partido Republicano², é 'totalmente secundário se a linha do seu governo demonstra ser a certa'".

"Consolidar a vitória"

O dirigente do PRD, Gerardo González, assinala que a tarefa mais importante do partido neste momento é consolidar e aprofundar a vitória obtida pelas massas torrijistas a 10 de outubro passado. "Para realizar essa tarefa — afirma González — é necessário fortalecer os vínculos entre a direção e as bases do partido para cumprir na prática o mandato de luta que as massas nos delegaram. Para conseguir esses objetivos é preciso responder à demanda de informação, orientação e linhas de ação que nossas bases estão pedindo. Esta resposta deve ser dada através da convocação imediata

de assembléias distritais em que os militantes realizem uma avaliação da vitória obtida e os meios para aprofundá-la". E continua mais adiante: "A avaliação feita através desse diálogo em todos os níveis do partido deve ser orientada para a definição de tarefas e compromissos concretos que reforcem a liderança do partido diante das grandes maiorias nacionais".

Gerardo González lembra, além disso, que "não se pode perder de vista que a submissão ao FMI e a saída do Panamá do Grupo de Contadora são duas exigências fundamentais de nossos adversários, que precisam isolar o povo panamenho da solidariedade latino-americana para facilitar a vitória dos interesses estrangeiros que eles representam no Panamá. Vivemos um momento de confrontação e não de conciliação".

Por seu lado, o dirigente do PRD, José I. Blandón, analisando as origens da crise, afirma que "enquanto o neocolonialismo tem um esquema claro e preciso

² O presidente Delvalle pertence ao pequeno Partido Republicano, que é aliado do PRD e dos militares panamenhos.

e Cl
fugi
lado
out
tras
uns

me
bên
ses?

os s
te-a
sar
nos

Sov
seja



A atual conjuntura política panamenha lembra a época da derrubada do presidente Arnulfo Arias (votando na foto) pelo general Omar Torrijos

que orienta a ação de seus representantes no país e no estrangeiro, os setores torrijistas e outros setores nacionalistas não foram capazes até agora de definir uma proposta igualmente clara e precisa que considere os interesses fundamentais das grandes maiorias nacionais”.

Para esse dirigente, com a evolução que os acontecimentos tiveram no Panamá, o país caminha para “um reagrupamento das forças sociais e políticas que, acima da oposição *torrijismo versus antitorrijismo*, coincidem na necessidade de rejeitar as imposições do FMI e do Banco Mundial”. Blandón classifica de falso o conflito entre “civismo e militarismo” estimulado, na sua opinião, pelo neocolonialismo e que visa a “isolar as forças armadas, liquidar a sua oficialidade torrijista e subordiná-las aos seus propósitos antinacionais”.

Para esse dirigente, a crise panamenha se agravou quando, a partir de 12 de agosto passado, o general Noriega “afirmou pu-

blicamente a necessidade de renovar o compromisso entre os militares panamenhos e todas as forças nacionalistas do país”, em oposição à política que estava sendo desenvolvida por Nicolás Ardito Barletta. “As forças antinacionais — afirma — iniciaram então uma escalada que coincidiu com o acirramento da situação político-militar na América Central e que ameaça provocar o colapso do Grupo de Contadora como solução latino-americana para a paz”. Esse dirigente torrijista afirma ainda que “no caso panamenho, esta escalada sediciosa teve o seu momento mais complexo e perigoso com o assassinato do dr. Hugo Spadafora”³.

Esta ação, realizada às véspe-

³Hugo Spadafora foi um dirigente panamenho que criou uma coluna de voluntários para combater Somoza, na Nicarágua. Em 14 de setembro último, apareceu morto misteriosamente e a família e a direita acusam a Força de Defesa como responsável pelo crime.

ras de uma mudança de comandos das forças armadas, segundo José Blandón, “teve a intenção de acirrar o conflito entre ‘civilistas’ e ‘militaristas’ para atingir o general Noriega como chefe militar e liquidá-lo como figura política”.

Efetivamente, em sua edição de 7 de outubro, o semanário *Newsweek* afirma que a queda de Barletta estava diretamente relacionada com seu apoio à criação de uma comissão investigadora sobre a morte de Spadafora, o qual, segundo a publicação norte-americana, teria sido executado pelo exército panamenho.

A resposta do PRD a esta campanha foi o esforço vitorioso de mobilização das massas populares em apoio ao torrijismo e à linha política nacionalista implementada pelo novo presidente.

Talvez o maior desafio que enfrentam o novo presidente e o general Noriega seja o de manter a confiança e o apoio popular. Ainda segundo Blandón, “Noriega e a oficialidade torrijista devem ser capazes de converter-se novamente em representantes do interesse geral da nação em um momento que se parece com 1968 (data da derrubada do presidente Arnulfo Arias pelo general Omar Torrijos) pelo perigo de descrédito da institucionalidade constitucional gerado pelas ações antinacionais da Democracia Cristã e outras forças cúmplices do projeto neocolonial”.

Pela redefinição política que implica a mudança de presidente no Panamá, o fato foi avaliado pelas forças progressistas centro-americanas como um passo positivo, sem desconhecer que a situação do país continua sendo complexa. Os próximos meses dirão se as expectativas regionais e internas centradas na figura de Delvalle correspondiam ao seu projeto político ou se o Panamá deverá novamente retificar seus rumos a curto prazo. ●

O petróleo à deriva

Três forças estão em disputa - a Opep, as transnacionais e os governos dos países industrializados - pelo controle do mercado mais rico e crítico do planeta

A incerteza e a complexidade que caracterizaram o mercado petrolífero nos últimos anos se devem ao fato de que, após a Opep ter perdido o seu controle, nenhuma dessas forças conseguiu se impor.

Ao mesmo tempo, as tendências destes anos continuarão se manifestando no futuro próximo, segundo concordam os analistas: a demanda de petróleo das potências industrializadas, que até o início desta década aumentou incessantemente, decaiu nos anos seguintes e se manterá estacionária. Salvo imprevistos, o preço atual do óleo cru se manterá a duras penas ou baixará.

Em outras palavras, ficou para trás a era do constante aumento do consumo mundial e dos preços. Mas esta é uma fase de transição, porque não se extinguiu a luta pelo domínio do mercado.

Não foi assim no passado. Desde as origens da indústria petrolífera até 1973, um punhado de empresas transnacionais - as "sete irmãs" - dominou a produção e a distribuição em escala mundial, atribuindo-se a prerrogativa de fixar os preços e seus próprios lucros.

Em 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) inverteu o quadro: uniu as forças de seus membros, os maiores exportadores mundiais de óleo cru, e conseguiu determinar, sozinha, os preços do produto, que chegaram às nuvens. Isso até 1979, que foi o último ano de altas espetaculares.

Os dois períodos abrangem cerca de um século e, em ambos, um só protagonista foi o senhor do palco. Atualmente, não há solistas, e, sim, três atores principais - a Opep, as transnacionais e os governos das potências consumidoras. A trama é, portanto, complexa, e o desenlace, difícil de prever.

Desde o início desta década, diminuiu a demanda do óleo cru da Opep e, já em 1982, a organização tinha perdido o controle do mercado. A 15 de março de 1983, uma conferência da Opep, realizada em Londres, estipulou a primeira baixa do preço do

barril na história da organização, fundada em 1960. O barril de óleo cru passava de 34 para 29 dólares.

A retração da oferta

Até aquela data, a tática dos exportadores havia consistido em diminuir a oferta para manter os preços. Estes se achavam muito acima das cotações do mercado e o reajuste pareceu realista. Mas isso não bastou para deter as correntes adversas. Nestes últimos quatro anos, as conferências da Opep se concentraram na difícil meta de reduzir mais e mais a produção, para equilibrá-la com a demanda de petróleo e, dessa maneira, controlar os preços.

Foi um esforço notável. A Opep chegou a produzir quase 31 milhões de barris diários (mbd) em 1979, o ano recorde, e, nos últimos meses, a produção oscilou entre 14 e 15mbd, o que



Reunião da Opep (1974): à época, o mercado estava sob seu controle

e C
fugi
lado
out
tras
uns

l
mei
bên
ses?

os s
te-a
sar
nos

(
Sov
seja

—

—
[
F.
be
ni
Ti
pe
ca
de
de
ti
O
be
el
do

di
ti
do
pe
ça
o

p
ci
a
r
d
ti

significa que está extraindo menos da metade de seu potencial produtivo.

Depois de tantos malabarismos, está virtualmente esgotada sua capacidade de reduzir a oferta. Os países membros da Opep não estão em condições de suportar o impacto financeiro das minguadas vendas e, ao contrário, precisam exportar mais.

Ao que parece, a organização se beneficiará agora de uma trégua, depois de haver vivido momentos dramáticos em meados de 1985, quando se decidiu estabelecer uma pequena baixa (a terceira) para enfrentar a crise. Os quatro últimos meses do ano (outono e início do inverno no hemisfério norte) correspondem a um aumento cíclico da demanda, devido, sobretudo, às compras de combustível destinado à calefação. Isso diminuiu a distância entre os preços da organização e os do mercado livre (o *spot*), e muitos analistas pensam que, enquanto durar o inverno, as cotações da Opep poderão se manter.

Mas virá depois, até fevereiro ou março de 1986, o período negativo, ou seja, de menor demanda anual, e tudo indica que então a situação vai ser tão ou mais adversa para a Opep do que em meados de 1985 — o momento mais crítico, segundo inúmeros especialistas.

A Opep empregou todas as suas armas. Não foi derrotada, mas tampouco venceu os seus rivais, que parecem fortalecidos. E, ao que se sabe, a organização não conta com novas armas nem reforços.

Difícil alternativa

Para inverter o quadro atual, só há duas medidas possíveis: diminuir a produção ou reduzir os preços.

A organização, mediante um esforço extraordinário, chegou ao limite quanto à retração da produção. Se fatores imprevis-

tos não expandirem a demanda mundial nos primeiros meses de 1986, não restaria à Opep outro caminho senão baixar os preços e adequá-los às exigências do mercado. Neste caso, 1986 seria um ano de petróleo barato.

A Opep teve muitas dificuldades para disciplinar os seus membros, tanto para evitar que fizessem barateamentos, descontos e facilidades, em contradição com as decisões oficiais da conferência, assim como para que respeitassem as cotas de produção designadas para cada um deles. Se a crise do mercado piorar e não restar outra saída senão a redução do preço, os problemas internos se agravarão muito.

A manutenção dos preços é do interesse de todos os 13 membros da Opep, mas alguns deles poderiam encarar sem dificuldades um período de baixas, e outros, não.

A Arábia Saudita e os emirados vizinhos dispõem de enormes reservas, seus custos de produção são baixíssimos e sua população é escassa. Os sauditas poderiam triplicar a sua produção atual e, mesmo que reduzissem o preço à metade, suas rendas aumentariam. Esta seria uma política de desperdício de seus recursos naturais, mas, ao cabo de dois ou três anos, o reino ainda teria reservas equivalentes a mais de meio século de produção.

Para um país como a Argélia, imitar esse comportamento levaria ao suicídio econômico. Com reservas muito inferiores, só dosando sua produção e obtendo preços elevados, a Argélia poderia financiar programas de desenvolvimento alternativos para o petróleo antes que as suas jazidas se esgotem. A alternativa de baratear o óleo cru para desbancar os competidores é, portanto, impraticável para países como a Argélia, os quais, dentro da Opep, irão se opor tenazmente a qualquer tentativa nesse sentido.

Não havendo uma expansão

da demanda, como consideram todas as previsões, a Opep se acha com estreita margem de manobra e sem controle sobre o seu próprio mercado.

Vejamos agora, em resumo, a situação dos outros atores.

As transnacionais e a OCDE

O auge da Opep, cujos membros assumiram progressivamente a fase extrativa da indústria, implicou um retrocesso paralelo das empresas transnacionais. Isso levou as grandes companhias a investir na exploração petrolífera em zonas consideradas seguras (sobretudo no mar do Norte e nos Estados Unidos) e em algumas áreas do Terceiro Mundo não controladas pela Opep.

As transnacionais tiveram êxito em aumentar as suas próprias reservas de óleo cru. Mas, tanto na fase extrativa como na transformação e na distribuição dos produtos, o mercado, antes dominado pelas transnacionais, hoje aparece fragmentado e disperso. Ninguém pode controlá-lo, e, por isso, as forças da oferta e da demanda — que antes foram neutralizadas pelas “sete irmãs” e, depois, pela Opep — são hoje determinantes.

O terceiro protagonista é o conjunto dos principais países capitalistas, reunidos na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Depois das duas ondas altistas (1973 e 1978/9), sobretudo depois da última, os países da OCDE adotaram políticas visando a economizar energia, a fomentar fontes de energia alternativas e a diminuir a sua dependência em relação ao petróleo da Opep. Tiveram bons resultados, e este é um dos fatores que contam na presente situação. Todos os elementos anteriores, somados à recessão mais profunda e longa do pós-guerra, revertiram o quadro energético mundial.

Nos Estados Unidos, o consumo total de energia caiu de 1813mtep (milhões de toneladas equivalentes de petróleo), em 1973, para 1.708mtep em 1983. Estas cifras se referem a um total em que o petróleo diminuiu a sua parte em 118mtep, enquanto o gás caiu em 130mtep, o carvão aumentou 65mtep e a energia nuclear, 58mtep.

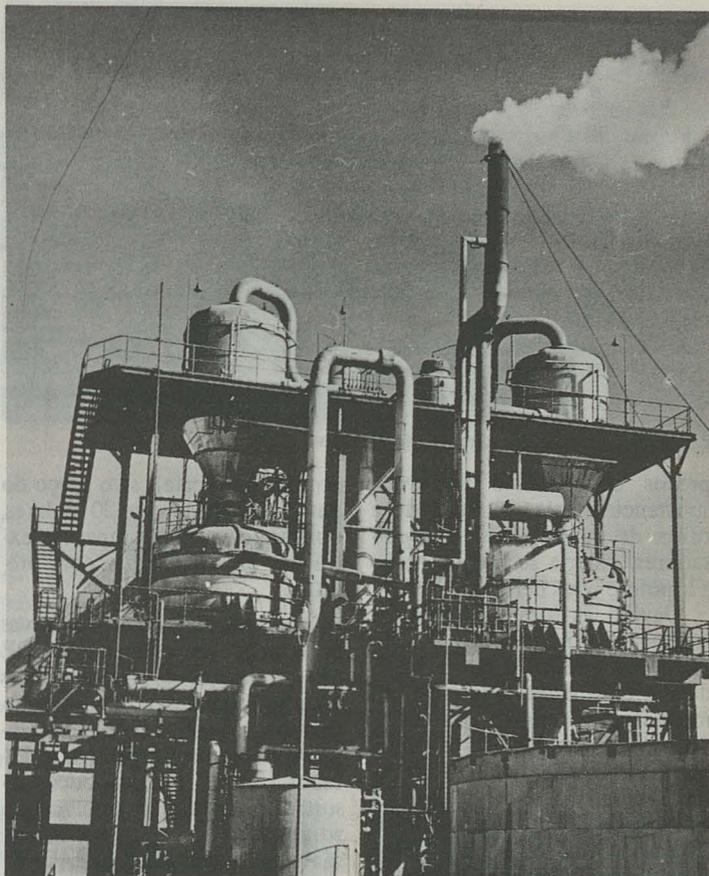
Na Europa, durante o mesmo período, o consumo energético total se manteve constante, mas não os seus componentes: o consumo de petróleo se reduziu em 160mtep, enquanto a participação do gás aumentava em 54mtep e a da energia nuclear, em 63mtep. Além disso, no total do petróleo consumido, há que considerar que as jazidas do mar do Norte, que começaram a produzir em 1975, contribuem com 150mtep que antes provinham dos países exportadores.

A evolução da intensidade energética

Diante desta inversão de tendência, cabe perguntar se ela se manterá ou será alterada. Em princípio, não tem sentido arriscar prognósticos numa matéria que está fora do alcance de qualquer avaliação, mas se pode analisar os fatores suscetíveis de mudanças.

Um dos indicadores mais valiosos para acompanhar a curva da demanda é o da *intensidade energética*, que mede a energia primária que se consome para obter mil dólares de valor adicional. Esta relação entre a produção e o consumo de energia é uma chave para acompanhar a evolução nos países da OCDE, que, por sua vez, representam o grosso da demanda mundial.

Se tomamos por base 1970, e uma intensidade energética correspondente a 100 nesse ano, ela baixou para 66 nos Estados Unidos, para 60 no Japão e para 59 na Grã-Bretanha. Trata-se de progressos notáveis na eco-



A produção da Opep diminuiu de 31 milhões de barris diários, em 1979, para 14 milhões nos últimos meses

nomia de petróleo. Mas um estudo recente de *Data Resources* mostra que, depois de um rápido avanço, o processo de contenção da demanda perde impulso. Segundo esse estudo, verificou-se na Europa, entre 1979 e 1983, uma diminuição da intensidade energética calculada em 12%. Mas em 1984, depois de cinco anos consecutivos de redução, a intensidade energética aumentou em um por cento, mostrando uma tendência que, segundo as projeções de *Data Resources*, se prolongaria até 1990.

Quanto ao petróleo, o estudo diz que, depois de haver diminuído seu consumo, no mesmo período, em 113mtep, aumentou 13mtep em 1984. Essa mudança de tendência indica que os

maciços investimentos tecnológicos e produtivos que as nações da OCDE realizaram sob o impacto das grandes altas de preços, com o objetivo de poupar energia e substituir o petróleo, estão deixando de surtir efeito. Para retomar a tendência, seriam necessários novos — e enormes — investimentos.

Os paradoxos do processo

Isso é precisamente o que preocupa os partidários da autonomia energética da OCDE. Os baixos preços atuais do petróleo desestimulam tais esforços. Paradoxalmente, esses adversários da Opep sabem que, se a organização sofresse um revés e durante os dois ou três próximos anos os

e C
fug
lado
out
tras
uns

me
bên
ses:

OS
te-
sar
nos

Son
seja

F.
ba
ni

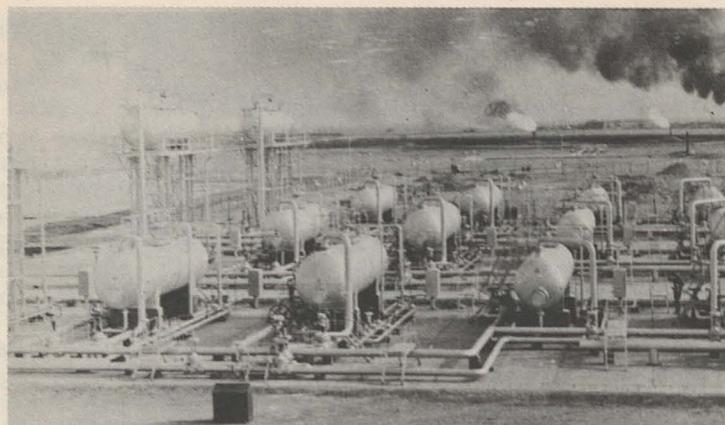
T
pa
ca

de
de
ti

O
be
el
de

d
ti
d
p
ç
o

p
c
a
n
d
ti



Em geral, os custos de extração são elevados

preços do petróleo baixassem substancialmente, provocando a ruína de quase todos os exportadores, estaria se apresentando a hipótese mais perigosa.

Devido às suas vantagens intrínsecas, um petróleo barato (digamos a 20 dólares o barril de petróleo árabe leve, que, em meados de setembro, era vendido a pouco menos de 26 dólares no mercado livre) se tornaria irresistível. Não só conteria os investimentos para substituí-lo, como faria retroceder os seus substitutos — em primeiro lugar, o carvão.

Além disso, se o preço do óleo cru caísse sensivelmente e, com ele, baixassem os dos demais produtos energéticos, se daria um vigoroso impulso ao crescimento econômico dos países industrializados, o que, por sua vez, acarretaria um aumento da demanda energética da OCDE.

Na medida em que, em futuro próximo, essa hipótese se concretizasse, o mercado petrolífero se encaminharia para situações semelhantes às que precederam as altas da década anterior.

Apesar dos inegáveis progressos obtidos pelos países da OCDE, a área mostra pontos vulneráveis. Grande parte das jazidas têm custos de extração muito elevados, e muitos poços se tornariam antieconômicos (por exemplo, nos Estados Unidos e

no mar do Norte), se o preço do petróleo caísse para 20 dólares, obrigando a interromper as extrações ou a trabalhar com prejuízo.

Por outro lado, as reservas detectadas na zona da OCDE são relativamente escassas. Nos últimos anos, o grosso dos investimentos mundiais em exploração se concentrou nos Estados Unidos, e com poucos resultados, já que as reservas, ao ritmo atual de aproveitamento, são menores do que há dez anos.

Em princípio, não se pode excluir a possibilidade de que se descubram grandes jazidas na área, mas isso não aconteceu até agora. Dois-terços das reservas mundiais se encontram no Oriente Médio, e boa parte delas apresenta custos de extração baixos ou muito baixos.

A isso se deve acrescentar que, ainda na suposição de que a área da OCDE pudesse realizar os investimentos necessários para diminuir a *intensidade energética*, a longo prazo a demanda mundial continuará crescendo. A questão é que os países do Terceiro Mundo não dispõem de recursos para fazer o mesmo. Assim, o petróleo acabará ficando mais caro e escasso, o que afetará, principalmente, as nações não-petrolíferas do Terceiro Mundo.

Uma grave responsabilidade

O jogo de hipóteses, previsões e mudança de tendências poderia prosseguir e ocupar muitas páginas. Mas, talvez os dados apresentados bastem para mostrar a fragmentação dos atores no mercado, a incerteza que o caracteriza e como o preço e a produção do petróleo podem sofrer altos e baixos que nenhum dos protagonistas, isoladamente — seja qual for o seu grau de poder —, está em condições de controlar.

Interesses vitais da humanidade dependem dos fornecimentos e preços do petróleo e da energia em geral e a negociação entre aquelas três forças, com vistas à estabilização do mercado, beneficiaria todas as partes.

Uma iniciativa nesse sentido foi proposta, há muito tempo, pela Opep, e reiterada recentemente. A Opep considerou que não se trata apenas de discutir sobre petróleo com os países da OCDE, pois deveriam ser levados em conta os interesses dos produtores de outras matérias-primas do Terceiro Mundo.

A Agência Internacional de Energia (AIE), que se contrapõe à Opep e é integrada por 21 dos 24 membros da OCDE, examinou essa proposição em meados de 1985 e respondeu negativamente, recusando-se a discutir com a organização dos produtores de petróleo.

Dessa recusa se depreende uma certeza na própria vitória e na derrota da Opep. O confronto, ainda que nele terminem por se impor os países industrializados, será um fator de desestabilização dos mercados mundiais e, certamente, provocará graves efeitos para o Terceiro Mundo. E se a avaliação da AIE for errada, haverá, provavelmente, uma crise de proporções e efeitos incalculáveis. Qualquer que seja o resultado, os países da AIE assumiram uma séria responsabilidade. (Pablo Piacentini)

Novas táticas para a mesma política

A reunião realizada em Seul em outubro demonstrou que os Estados Unidos continuam com a pretensão de transformar os países do Terceiro Mundo em seus satélites econômicos

Os Estados Unidos apresentaram uma nova fórmula para enfrentar os graves problemas do endividamento externo e da recuperação econômica do Terceiro Mundo, durante a reunião anual conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em Seul, outubro passado. A posição norte-americana implica uma mudança na política do governo Reagan, mas mesmo assim, segundo os delegados dos países subdesenvolvidos, é tardia, insuficiente e estabelece imposições à autonomia dos países aos quais se destina, aumentando sua dependência em relação àqueles organismos financeiros internacionais.

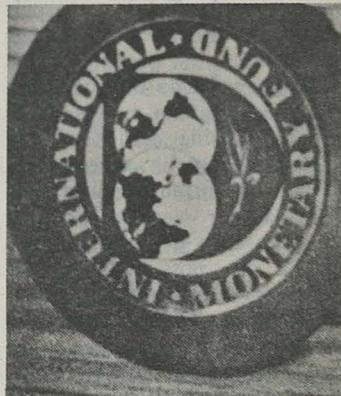
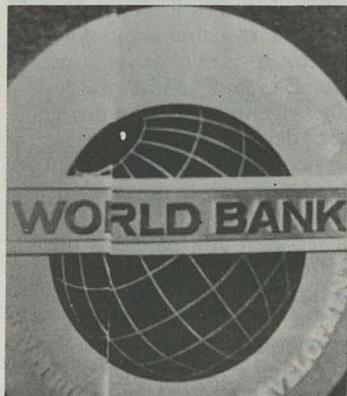
Desde que, há três anos, alguns dos países mais endividados se viram diante da impossibilidade de pagar os serviços dos créditos recebidos, a resposta norte-americana é sempre a de confiar a solução às duras receitas do FMI.

A fórmula do Fundo, resumida sob o título "ajuste e recuperação", se baseava nas seguintes medidas:

Primeiro: os países endividados deveriam submeter-se às políticas de ajustamento decretadas pelo FMI, que consistem em liberalizar suas economias, eliminar os déficits orçamentários,

derrotar a inflação e, mediante a redução do consumo interno, gerar grandes excedentes no comércio externo que permitiriam saldar os pagamentos da dívida.

Segundo: aos países que se submetessem rigorosamente às regras do Fundo, seriam concedidos novos créditos vinculados à



O Banco Mundial e o Fundo Monetário: tomando novas medidas para aumentar a dependência do Terceiro Mundo

renegociação da estrutura de pagamentos da dívida.

Terceiro: a aplicação desta fórmula forneceria as bases para a recuperação e o crescimento econômico dos países a que se destinava.

Reconhecia-se que a redução do consumo interno e dos salários reais dos trabalhadores

tinha o sabor amargo de um remédio, mas, segundo os seus defensores, seria essa a única terapia eficaz.

Nesses três anos assistiu-se a um progressivo crescimento da dívida, atualmente em torno da astronômica cifra de 900 bilhões de dólares. Nesse intervalo de tempo, as missões do Fundo socorreram os países em apuros, estipularam — através de pressões — rígidos programas de ajustamento, negociaram refinanciamentos e constataram como, sucessivamente, seus interlocutores se afundavam em situações críticas que lhes impediam de cumprir com as obrigações contraídas. Depois, se decidia o envio de novas missões e assinavam novos acordos impossíveis de se cumprir. Isso aconteceu nos países mais endividados, como México, Brasil e Argentina.

Um multiplicador da dívida

Os países subdesenvolvidos, incapazes de modificar tais políticas, denunciaram exaustivamente seus efeitos nefastos, assim como a sua ineficácia. Quanto às suas causas, assinalaram a culpa dos países capitalistas industrializados, com os Estados Unidos

em primeiro lugar. As altas taxas de juros dos Estados Unidos e a consequente revalorização do dólar atuaram como um multiplicador da dívida, que, em poucos anos, adquiriu um volume desproporcional em relação aos recursos desses países.

Paralelamente, a recessão originada nas potências industrializadas diminuiu os preços e a demanda das matérias-primas e produtos exportáveis, e só a drástica retração das importações permitiu, em poucos países, a acumulação de excedentes que foram dedicados ao pagamento dos juros, enquanto as renegociações aumentam a dívida.

Já que a responsabilidade na situação corresponde a três protagonistas — países subdesenvolvidos, países industrializados e organismos multilaterais por estes últimos dominados, e bancos privados — e não exclusivamente aos devedores, os representantes do Terceiro Mundo não se cansaram de defender uma alternativa global à solução parcial proposta pelo Fundo e respaldada vigorosamente por Washington.

A renegociação da dívida deveria ser encarada a nível político e debatida com a participação de todos os países envolvidos. Uma fórmula realista seria acertada, por exemplo, para estabelecer taxas de juros e prazos dentro das possibilidades dos endividados, sem afetar sua capacidade de investimento interno.

Ao mesmo tempo, deveriam ser eliminadas as barreiras colocadas pelos países desenvolvidos aos produtos do Sul e facilitar aos respectivos governos linhas de créditos suaves para financiar seu desenvolvimento. Em outras palavras, sem crescimento interno e sem expansão das exportações, não estariam dadas as condições de pagamento. Trata-se do oposto da receita de "ajuste" e foi sintetizado no lema "desenvolvimento e recuperação".

Ao longo desses três anos,



James Baker, secretário do Tesouro dos Estados Unidos

o aumento da dívida e a sucessão de crises dos países mais afetados levaram à convicção de que, da maneira como foi proposto, o problema era insolúvel. De fato, dadas as condições vigentes, nenhum dos grandes devedores pode pagar o serviço (amortização mais juros) da dívida. Só o pagamento dos juros durante dois ou três anos já representaria para eles um sacrifício quase impraticável, que se traduziria em explosões sociais e em mudanças políticas imprevisíveis.

Embora os banqueiros mais afetados (os norte-americanos) e a Casa Branca, por motivos compreensíveis, não admitam publicamente que é impossível liquidar a dívida, a nova política desenvolvida por James Baker (secretário do Tesouro dos Estados Unidos) implica o reconhecimento de que o mero ajuste aplicado pelo FMI não serve, e que sem desenvolvimento interno o dilema não terá solução.

A proposta de Baker se dirige

aos banqueiros privados, que deveriam conceder créditos adicionais de 20 bilhões de dólares durante os próximos três anos, cifra equivalente a um crescimento de 2,5% ao ano dos empréstimos bancários líquidos. Se se levar em conta que nos últimos anos os bancos reduziram drasticamente seus empréstimos e que se esforçam por diminuir seus riscos, compreende-se o ceticismo de muitos analistas sobre a real disponibilidade financeira dos bancos privados.

Além disso, dentro do plano exposto por Baker está previsto o fornecimento de fundos ao Banco Mundial no valor de 27 bilhões de dólares neste triênio, equivalentes ao aumento de 40% de sua atual carteira de créditos.

A consequente injeção de fundos estaria destinada a financiar programas de desenvolvimento, sob a nova visão que admite que sem crescimento interno não há programa viável.

Mas os beneficiários de tais créditos terão que obter a aprovação prévia do FMI. Ou seja, apenas os países que aplicarem com severidade as políticas de ajuste serão merecedores desses fundos. Esse "duplo condicionamento", severamente criticado pelos representantes do Terceiro Mundo, implica a sujeição das economias nacionais aos ditames do Fundo e deste ao governo norte-americano.

Para o governo Reagan, todos os países devem imitar o modelo econômico da superpotência e remover qualquer obstáculo à entrada das empresas transnacionais, assim como privilegiar o setor privado (ver editorial de cadernos, "A arma do comércio aponta contra o Terceiro Mundo", número 78).

A ambição hegemônica da administração Reagan se manifesta na utilização dos poderosos instrumentos econômicos de que dispõe para obrigar os demais países a inserir-se em sua esfera

econômica. Os países exportadores só poderão ter acesso ao gigantesco mercado norte-americano se aceitarem a penetração, sem restrições, das transnacionais em seus países, segundo sua atual política comercial. E apenas os países que se deixarem governar pelas fórmulas do FMI poderão receber créditos do Banco Mundial.

Satélites econômicos

A indubitável mudança de tática anunciada por Baker não significa a renúncia à estratégia traçada de transformar os países do Terceiro Mundo em satélites econômicos do centro capitalista mundial. Pelo contrário, reforça-a com instrumentos heterodoxos e mais eficientes do que os utilizados durante os últimos anos.

As concessões verbais e teóricas anunciadas pelo governo dos Estados Unidos mais parecem um punho de ferro envolto numa luva de pelica.

Os países que não aplicarem as receitas do Fundo verão negados os pedidos de créditos privados e multilaterais, já que os banqueiros que não contarem com as garantias do FMI não se atreverão a aumentar seus riscos, não terão acesso aos fundos do Banco Mundial e serão intimidados a pagar as suas dívidas, sob pena de represálias.

Um indício da dureza real da nova tática foi a resposta ao discurso, pronunciado em Seul, pelo ministro da Economia peruano, que reiterou a decisão do seu governo de não dedicar mais de dez por cento de suas exportações ao pagamento da dívida e de não aceitar que o FMI seja o intermediário entre o Peru e seus credores. O ministro ameaçou também com a saída do seu país do FMI.

Em resposta, os funcionários do Banco Mundial advertiram em particular a delegação peruana (ver *Financial Times*, 11 de



Os baixos preços das matérias-primas e o protecionismo contra os produtos do Sul impedem a solução dos problemas dos países subdesenvolvidos

outubro) que a saída do Fundo terá como consequência a perda de sua condição de membro do Banco e a obrigação de pagar antecipadamente os 660 milhões de dólares concedidos pelo organismo. As decisões de Seul constituem, portanto, no plano político, uma nova ameaça à independência e à autonomia econô-

mica dos países subdesenvolvidos.

Ao mesmo tempo, as somas previstas para os bancos privados, embora fossem efetivamente concedidas, da mesma forma que as destinadas ao Banco Mundial, se acham muito abaixo dos níveis necessários para a recuperação dos países receptores. Se, ao mesmo tempo, se considerarem os baixos preços das matérias-primas e o protecionismo levantado contra os produtos provenientes do Sul, cabe duvidar de que a reunião conjunta FMI/BM tenha trazido soluções válidas para os problemas colocados.

É provável que a nova fórmula obrigue alguns países a efetuar pagamentos acima de suas possibilidades durante algum tempo. Mas, diante da ausência de outras mudanças que permitam o crescimento interno junto com a expansão das exportações, é difícil imaginar que os problemas da dívida externa e da crise econômica dos países do Sul resistam por muito tempo. Mais cedo do que se pensa, pode-se originar uma explosão ou uma crise de consequências imprevisíveis no sistema econômico internacional. (P.P)

COOPERAÇÃO SUL-SUL



Rajiv Gandhi

O primeiro-ministro da Índia, Rajiv Gandhi, convidou os países árabes do Golfo para reunirem os seus recursos em matéria de finanças e de tecnologia, aproveitando a mão-de-obra especializada indiana, promovendo deste modo a cooperação Sul-Sul.

Rajiv Gandhi, que formulou o convite em entrevista concedida a um jornal kuaitiano, afirmou ainda que países como o Kuwait têm grandes possibilidades de fazer progredir este tipo de cooperação, particularmente com a Índia. O filho de Indira Gandhi disse igualmente que são enormes as possibilidades de investimentos de capital árabe no seu país, graças às facilidades dadas pela Índia para a transferência de projetos.

PRODUÇÃO MUNDIAL RECORDE DE CEREAIS

A produção mundial de cereais deste ano será de cerca de 884 milhões de toneladas, uma safra sem precedentes e que representa um aumento de 8 milhões de toneladas em rela-

ção à colheita do ano passado.

A previsão é do boletim mensal "Perspectivas de Alimentação", preparado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). A publicação assinala que o prognóstico está baseado nas boas condições de tempo mantidas nas principais zonas produtoras.

Segundo o boletim, as perspectivas do cultivo melhoraram na África ocidental e oriental. Por isso, é certo que as colheitas de 1985 serão bem melhores que as do ano passado, na maioria dos países atingidos pela seca. É possível, ainda, que algumas destas nações venham a dispor de excedentes para a exportação.

Em relação à produção mundial de açúcar, a FAO estima, em cálculos preliminares, que ela diminuirá em 2,5%, caindo para 97,8 milhões de toneladas brutas, em consequência da menor produção no Brasil, Cuba, Comunidade Económica Europeia (CEE) e na maioria dos países da Europa oriental.

A previsão atual de oferta e procura indica que o consumo mundial de açúcar, em 1986, poderá superar a produção em mais de um milhão de toneladas, afirma um relatório da FAO. Mesmo assim, não ocorreria uma redução muito significativa dos enormes estoques que atualmente ameaçam o mercado.

Quanto à produção mundial de mandioca em 1985, deve ocorrer um aumento de 2%, elevando-se a 131 milhões de toneladas, principalmente em razão das melhores colheitas na África. Esse crescimento é devido também aos programas de controle biológico das pragas e à introdução, em alguns países, de vários tipos de mandioca mais resistentes.

REPÚBLICA DOMINICANA: A CRISE DA CLASSE MÉDIA

Uma greve de juizes que paralisou os tribunais durante três meses — o mais longo protesto deste gênero nos últimos 20 anos — trouxe à tona a questão do quão profundos são os efeitos da crise econômica em importantes setores médios da sociedade dominicana. Mas esse não é o único movimento que organizações profissionais realizaram nos últimos meses.

A onda de conflitos começou em maio com a reivindicação de aumentos salariais da poderosa Associação Médica Dominicana; depois se somaram as exigências das enfermeiras do Instituto Dominicano de Seguro Social, as da Associação Nacional de Profissionais Agrícolas e as da Associação de Médicos Veterinários. Na primeira semana de agosto, o Colégio Dominicano de Engenheiros, Arquitetos e Agrimensores organizou uma marcha pelas ruas da capital reclamando um salário mínimo equivalente a pouco mais de 260 dólares.

Embora as reivindicações tenham obtido êxitos relativos, este movimento reivindicatório é um sintoma eloquente do nível alcançado pela crise dominicana a partir de 1980. A mobilidade social ascendente da classe média, que foi resultado do auge econômico no período 1969-75 (quando o crescimento real do PIB foi de 9% em média), sofreu um choque brusco e está involuindo.

Dez anos depois, a situação é muito diferente. O Colégio Dominicano de Economistas destacou que o processo de pauperização "inicialmente limitado aos setores de baixa renda, estendeu-se até atingir as classes médias".

O Norte e o Sul

A política muda os pontos cardeais, confunde a geografia e o ônus recai sobre o mundo subdesenvolvido

Tudo muda neste mundo, até os pontos cardeais. Faz meio século, ensinaram-nos que os pontos cardeais tinham a ver com o eixo de rotação da Terra, ou, em termos mais simples, que constituíam os quatro pontos ou direções principais da bússola. Agora, entretanto, as oposições Leste/Oeste e Norte/Sul adquirem novos significados no compasso político e na bússola econômica. Talvez por isso é frequente incluir no Leste um país como Cuba, que (aparentemente por um erro) acreditávamos ocidental. O mesmo ocorre com o Japão: a bomba de Hiroshima teve a virtude de passá-lo do Oriente para o Ocidente, e quando ingênuos especialistas ocidentais em assuntos nipônicos conjecturavam que aquele célebre e alucinante malefício converteria o Império do Sol Nascente num irreconciliável inimigo dos Estados Unidos, na realidade o transformou no mais conciliador de seus amigos.

Nos últimos anos, começou a formar-se a opinião de que a verdadeira contradição do nosso sofrido planeta não é tanto a que opõe o Leste ao Oeste, mas sim a que separa o Norte do Sul. Os sucessivos encontros e conferências Norte/Sul assim o confirmaram, mas seus resultados tangíveis foram bem mais nulos. Será, porventura, que do mesmo modo que Leste e Oeste representam cardeais ideológicos, Norte e Sul são, antes de tudo, cardeais econômicos? Na verdade, não é difícil reconhecer lugares e pessoas sulistas em pleno Norte, as-



Hermann Gaimma

“A bomba de Hiroshima passou o Japão do Oriente para o Ocidente”

sim como territórios e gente do Norte em pleno Sul.

Talvez fosse mais fácil começarmos a definir o que são esses Norte e Sul econômicos. Digamos que o Norte é o núcleo do grande capital, do velho colonialismo e do novo imperialismo, do exorbitante desenvolvimento industrial e técnico, dos poderosos bancos internacionais e das transnacionais da informação, dos provocadores das crises mundiais e o lugar dos inevitáveis proxenetas dessas mesmas crises. Suponhamos também que o Sul seja o conjunto de povos e países estrangulados em sua economia,

subdesenvolvidos como consequência do superdesenvolvimento norte-americano, produtores não apenas das matérias-primas indispensáveis às metrópoles, mas também de cérebros absorvidos pelo desenvolvimento técnico dessas potências; obrigados a planificar sua economia não em função das suas necessidades reais, mas sim mantendo uma relação de dependência com a autoritária potência imperialista.

Mas o Norte não está apenas no norte; também está no sul. Em compensação, o Sul não só está no sul, mas também no norte. Os inevitáveis aliados sulistas do petulante Norte são vocacionalmente setentrionais: vide Pinochet, a República da África do Sul, o perpétuo Stroessner, a Turquia da Otan, os muitos esquadrões da morte que operam impunemente no Terceiro Mundo, os militares argentinos que se vangloriam dos seus 30 mil desaparecidos. Na verdade, os ditadores do Sul são apenas vice-déspotas, sicários do Norte.

Eduardo Galeano tem razão, quando afirma que na América Latina, “os atuais ditadores não são autodidatas: aprenderam as técnicas de repressão e a arte de governar nos cursos do Pentágono e na Zona do Canal do Panamá”. Por sua vez, os reais ou possíveis aliados do Sul explorado que estão no Norte são vocacionalmente meridionais: vide os negros norte-americanos, Petra Kelly e os ecologistas alemães, a combativa gente do *Greenpeace*, Arthur Miller e Harry Belafonte, os prêmios Nobel Linus Pauling e George Wald, os dissidentes da CIA como Philip Agee e tantos outros, o periódico independente *The Nation*, alguns articulistas do *New York Times*, o primeiro-ministro sueco Olof Palme, etc..

Certamente o Sul não está representado na sua totalidade pe-

e (fu, lac ou tra un

me bê ses

os te-sa no

So sej

[

F

b

n

T

P

c

d

d

t

C

b

e

d

d

t

d

F

ç

c

I

c

z

r

c

t

lo Terceiro Mundo. Há também uma Europa do *Meio-Dia* que (ainda que não com a mesma intensidade) sofre uma certa exploração econômica e uma importante penetração cultural do Norte onipotente. As teorias monetaristas que tantos estragos causaram e continuam causando no Cone Sul da América também começaram a produzir esses resultados na Espanha e Portugal. Da crescente estagnação ou desemprego que logicamente inquietava a opinião pública espanhola, tanto é responsável o atual ministro da Economia, como o distante Milton Friedman, autor intelectual de um acordo e de um contrato socialmente injustos. O Fundo Monetário Internacional que, com sua asfíxiante intermediação e doentia interferência, colocou a América Latina numa dívida pavorosa, também se considera com autoridade suficiente para aprovar ou vetar os orçamentos ibéricos. Além disso, o grande risco que os países meridionais da Europa correm, está no fato de que, por se auto-considerarem desenvolvidos, parecem não perceber que, pouco a pouco, surgem fatores externos que os subdesenvolvem.

Um sutil indício desta penetração pode ser notada nos meios de comunicação e em certos setores culturais. A juventude espanhola, por exemplo, é notadamente mais bombardeada que a da América Latina com os novos ritmos musicais procedentes dos Estados Unidos. Nas ruas, no metrô, nos locais públicos, os jovens quase sempre cantam ou murmuram letras de canções em inglês que, em geral, não entendem. "Não importa que não as entendam", disse, não faz muito tempo, um especialista no assunto. "O essencial — acrescentou — é que se habituem ao som do inglês". Isto é: não apenas é importante a linguagem do dominador, mas também o som subliminar de sua hegemonia. Os estribilhos das canções podem ser grossei-

ros, quase dedicados a débeis mentais, mas isso não interessa à técnica de penetração. Sua prioridade é que os jovens incorporem, à sua vida, ao seu divertimento, e também ao seu ceticismo, o ritmo e o derrotismo prescritos pelo dominador.

Por outro lado, há a inquietante proposta da violência. A estratégia dos políticos e desinformadores passa sempre pela estonteante denúncia do terrorismo e da violência, mas ao mesmo tempo deixa de lembrar que o curso básico e mais sedutor sobre violência é ditado pelas séries e filmes norte-americanos, proposta que logo se reflete nos jogos bélicos, no avanço incontrolado das drogas, na velocidade suicida das barulhentas motocicletas, nos altos decibéis das discotecas e na ampla delinquência infantil.

Ensinam aos jovens uma violência gratuita, aparentemente sem ideologia, mas na realidade profundamente ideológica, já que funciona de modo quase infalível como uma anestesia política. Ante essa incontrolável efusão de decibéis, é praticamente impossível reconhecer a sossegada voz da consciência individual ou coletiva. Até os intelectuais, que deveriam estar mais atentos ao problema, estão perdidamente apaixonados pelos filmes de banguê-banguê, onde obviamente o Bem está encarnado no invicto exército norte-americano, e o Mal nos imprudentes peles-vermelhas que defendem a terra de seus ancestrais.

É claro que aos países do Terceiro Mundo se dá o nome de países em vias de desenvolvimento. Ao que parece, trata-se de vias mortas. Não esqueçamos que o Norte hiperdesenvolvido promove também o subdesenvolvimento e que uma importante parcela deste subdesenvolvimento terceiro-mundista é consequência do impudico desenvolvimento do Primeiro Mundo. Ou seja, por exemplo, que os altos salários dos Estados Unidos exis-

tem como consequência dos baixos salários da América Latina. Os consideráveis lucros com que os monopólios norte-americanos brindam a seus acionistas são, em boa parte, produto ou consequência da fome, do baixo padrão de saúde, do analfabetismo e da exploração degradante das massas do Sul.

A monstruosa dívida externa da América Latina se acumula, em boa parte, graças à suspeita generosidade dos bancos norte-americanos com os governos ditatoriais dessa região. Quando, como consequência de suas desastrosas administrações e também, é claro, da crescente e maciça mobilização popular, esses países vão retornando à democracia, o FMI e os bancos norte-americanos, em reação quase que automática, se voltam exigentes, implacáveis, contra as asfíxiadas economias das mesmas nações que antes protegeram. Onde estão hoje essas ajudas? Na Argentina, já foi descoberto que os depósitos e investimentos efetuados no estrangeiro pelos heróis e beneficiários da ditadura equivalem ao montante total da dívida externa do país. Esta é a outra face da moeda: enquanto o Departamento de Estado, através do seu presidente e outros dirigentes, reclama, de Bíblia na mão e olhos lacrimejantes, que não se violem os direitos do homem, o FMI e os banqueiros do Norte (vale dizer: o braço direito do império) exercem o direito desumano de apoiar militar e economicamente os queridos déspotas amigos, enquanto sufocam os governos autenticamente democráticos.

A hipocrisia do Norte chega ao ponto de bloquear de modo violento a *sulista* Nicarágua, enquanto, ao mesmo tempo, não tem escrúpulos em proteger econômica e politicamente a República da África do Sul que, apesar do seu nome, é governada por uma minoria branca (apenas 18% da população) de nítida ba-

se imperial e aliada do Norte. Os genuínos meridionais da África do Sul são os perseguidos integrantes da maioria negra. Por um lado, o Departamento de Estado nega-se a prosseguir o diálogo com a Nicarágua em Manzanillo, enquanto apressa-se a dialogar em Viena com seus aliados e cúmplices de sempre, os representantes brancos da África do Sul. E, se alguma dúvida houvesse, acusa de comunista, após 23 anos de prisão, o líder negro Nelson Mandela.

É público que o vice-presidente George Bush afirmou que os Estados Unidos encarnam o Bem e a Nicarágua, o Mal. É quase inacreditável ouvir-se, quase ao fim do século 20, semelhante linguagem diabólica. Mais honesto seria dizer que os diamantes e o ouro da África do Sul são infinitamente mais importantes para o Norte que os direitos humanos pisoteados. Até a Comunidade Econômica Européia custa a chegar a um acordo para sancionar a África do Sul.

A lembrança de Hiroshima

Se há 30 anos já havia uma considerável fenda entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, hoje essa fenda tende a converter-se em um abismo. O desenvolvimento tecnológico e informático dos Estados Unidos e do Japão é de tal envergadura que muito em breve o Terceiro Mundo se transformará numa retaguarda irremediável, envolvida como sempre em suas eternas dívidas de leoninos interesses, e destinada a produzir, quase artesanalmente ou com mecanismos primários, quase que à custa de sangue, artigos muito inferiores aos fabricados pelos japoneses tranquilamente e sem suor, com seus computadores e robôs.

Alguns especialistas em humor negro podiam dedicar todo um ensaio ao inquietante tema: "Hiroshima como fator de desenvolvimento". Acabam de passar 40 anos da primeira ex-



"Para o Norte, o ouro e os diamantes da África do Sul são muito mais importantes do que os direitos humanos"

plosão da bomba atômica e o anestesiado prefeito de Hiroshima, ao pronunciar o comovido discurso protocolar, esqueceu de citar os Estados Unidos e o presidente Truman, pai espiritual daquela fantástica dádiva, como se a cidade tivesse sido atingida por um artefato proveniente do anonimato internacional. Além do mais, Hiroshima é também um sinal do Norte, uma piscadela (ou melhor, um trejeito), de cumplicidade com a morte. Se alguma vez se concretizar a sempre e latente ameaça de uma guerra nuclear, por certo não será um feito do Sul. A vocação aniquiladora está no Norte. O insultante *way of life* do Norte está destinado, de acordo com a sedutora propaganda, a produzir felicidade. No entanto, se paralelamente com a expansão do célebre conforto, o Norte continua a incrementar a limites extremos sua capacidade cataclísmica, seu poder de destruição, esse parto de felicidade pode converter-se em uma horrível benção; horrível, porque no futuro inexistente não haverá ninguém para recebê-la.

Que opção resta então para o desamparado Sul?

Talvez a alternativa seja a de confiar ou não no Homem. É verdade que aqueles que no Norte planejam as possibilidades de destruir inimigos e aliados, e verossimilmente de destruir-se ainda a si mesmos, também são homens. Homens também são os que não vacilam em negociar com a fome alheia ou em formar especialistas em torturas. Porque a humanidade sempre teve seus Judas, seus Torquemada e seus Hitler, e tem sabido sobrepor-se a eles. Hoje tem seu Reagan; confiemos que também saiba sobrepor-se a ele.

De qualquer maneira, o Sul é o futuro, sempre e quando ele existir. Quem sabe o futuro do homem deva ser construído artesanalmente nas cidades onde as emergências não nos arruïnem, em terras onde as árvores nos ajudem a respirar, em tempos e lugares onde possamos, no final, morrer tranquilamente, na certeza de que a humanidade tenha assegurado o direito de sobreviver a nós. (Mario Benedetti) ●

e
fu
lac
ou
trã
un

m
bê
se:

os
te-
sai
nc

So
sej

[
E
r
] P
c
d
t
C
b
e
d

c
t
c
E
ç
c

I
c
z
i
c
t

54

Mais que um disco, a realização
de um desejo



“Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isto em prática.”

Radamés Gnattali

No disco: *Carinhoso* — Pixinguinha/João de Barro, *Ponteio* — Edu Lobo/Capinam, *Corcovado* — Tom Jobim, *Cochicho* — Pixinguinha, *Preciso Aprender a Ser Só* — Marcos/Paulo Sergio Valle, *Manhã de Carnaval* — Luiz Bonfá/Antonio Maria, *Chovendo na Roseira* — Tom Jobim, *Do Lago à Cachoeira* — Sergio Ricardo e *Nova Ilusão* — José Menezes/Luiz Bittencourt.

Realização: Discos Terceiro Mundo — Libertas — F. Mario Produções Artísticas

Pedidos: Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória, 122 — grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — Cep 20241 — Tel.: 242-1957

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber (disco(s) de Radamés Gnattali. (Cr\$ 45.000, cada). Estou efetuando meu pedido por:
() Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
() Reembolso Postal (neste caso o porte será pago pelo destinatário).

Data: / / _____ comprador

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep.: Profissão:

O papel da imprensa na revolução

A imprensa moçambicana faz um balanço das suas atividades e analisa o que ainda precisa ser feito

Criada em 1978, a Organização Nacional dos Jornalistas de Moçambique (ONJ) acredita que o maior êxito de toda a sua curta existência foi ter conseguido que os profissionais de imprensa do país deixassem de ser meros espectadores, para se transformarem em participantes de um processo político de reconstrução e renovação nacional. Outra conquista considerada muito importante pelos dirigentes da entidade foi o esforço feito nos últimos dez anos para eliminar a influência colonial e neocolonial, tanto no conteúdo como na forma dos principais meios de comunicação de Moçambique.

“Logo após a independência — afirma Manuel Tomé, coordenador das atividades da ONJ — a situação da imprensa em Moçambique se caracterizava essencialmente por um processo de ruptura com a informação de tipo burguês, que servia aos interesses do colonialismo e do fascismo. Até 1975, existiam na imprensa colonial todos os elementos do fascismo: a defesa da exploração e dos exploradores, a negação da nossa cultura e da nossa personalidade, o mito da supremacia branca e a apresentação do povo moçambicano como selvagem. A resistência contra a opressão era classificada como um ato de ladrões e assassinos, ou até como resultado de uma invasão estrangeira do país.”

Quando caiu a ditadura em Portugal, a situação começou a

mudar porque muitos proprietários de jornais e jornalistas comprometidos com o colonialismo começaram a fugir de Moçambique. Também a censura foi extinta, e com isso abriu-se a oportunidade para que jovens estudantes pudessem entrar para as redações dos principais jornais e rádios do país. Eram jovens revolucionários dotados de ideais progressistas que começavam a destruir o sistema informativo montado pelo salazarismo.

“A burguesia colonial utilizou



Jornal mural, em Gaza: uma nova forma de levar a informação

também a calúnia contra a Frelimo”, continua Tomé, que está no cargo de coordenador da ONJ desde 1983, quando o titular, Rafael Magoni, foi nomeado embaixador no Zimbábue. “Ela tentou promover grupos fantoches com projetos neocoloniais, mas as posições dos elementos progressistas, como legítimos re-

presentantes do povo moçambicano, acabaram por triunfar. Os colonialistas também tentaram promover concepções burguesas da informação para procurar afastar os jornalistas do povo, levando falsos conceitos de liberdade de imprensa, de imparcialidade e neutralidade. Mas nada disso enganou os jornalistas, porque antes da independência a imprensa colonial não era neutra, ela dava total cobertura ao fascismo”.

A herança colonial

Quando a independência foi alcançada, ficou uma pesada herança. As tentativas dos ex-colonos de promover concepções burguesas de liberdade de informação deixaram marcas profundas nos jornalistas. Para os novos dirigentes do país, e especialmente para os novos responsáveis pelos meios de comunicação, co-

locou-se de imediato a necessidade de romper com o passado colonial e assumir a tradição de informação comprometida com a luta do povo do período da resistência armada. A imprensa passou a ser encarada como um instrumento de mobilização.

Em 1977, no 1º Seminário Nacional de Informação, o pre-

sidente Samora Machel definiu assim o papel da imprensa em Moçambique: "A informação desempenha um papel fundamental na criação do homem novo e só poderá cumpri-lo se os trabalhadores da imprensa participarem da sua própria transformação, assumindo ao nível das idéias, do trabalho e do comportamento diário, os novos valores da revolução..."

"Estas tarefas continuam vigentes, mas em cada etapa do processo político existem nuances que é preciso considerar", garante Manuel Tomé. Segundo ele, Moçambique "é no momento vítima de uma conspiração imperialista internacional, cujo objetivo é destruir a independência do país e eliminar a civilização nova que estamos implantando nesta região da África, onde passou a existir a solidariedade, onde acabou a discriminação da mulher, onde já não há a exploração do homem pelo homem, onde, numa palavra, luta-se pela felicidade do ser humano. Esta conspiração usa bandidos e mercenários que matam e destroem impiedosamente escolas, crianças, fazendas, fábricas e hospitais". Esta situação se agravou com as sucessivas calamidades naturais, como as secas e as cheias, que afetaram o país recentemente. A simples menção destes fenômenos já permite ter uma idéia de quais são atualmente as tarefas imediatas do jornalismo.

No momento, a ONJ está empenhada na formação política e profissional de jornalistas, visando eliminar o empirismo e a improvisação. A escola de jornalismo realiza frequentemente cursos de reciclagem e formação, destinados especialmente a orientar os profissionais nas suas relações com o povo e com o governo. O caráter sensacionalista da comunicação foi substituído por uma abordagem séria que evita quer a corrupção quer o mercantilismo, o individualismo

e a concorrência de tipo capitalista.

Sobre o relacionamento entre a Organização Nacional de Jornalistas e o partido Frelimo, Manuel Tomé explica: "Em primeiro lugar a ONJ é uma organização de caráter sócio-profissional, que funciona de maneira totalmente diferente das suas similares no mundo capitalista. Ela atua num país onde os órgãos do poder e as instituições existem para servir o povo trabalhador. Os objetivos da ONJ são uma parte dos objetivos mais amplos da Frelimo, com a qual a entidade dos jornalistas tem um relacionamento organizativo e não estrutural. Um relacionamento necessário porque a ONJ está incluída na sociedade que o partido dirige. A nossa entidade não é um departamento da Frelimo, pois é autônoma do ponto de vista da sua ação e dos seus métodos".

O responsável pela coordenação das entidades da ONJ afirma também que não existem limitações ao desempenho da atividade jornalística pelo fato de vigorar no país o sistema de partido único. "É o partido que mobiliza os jornalistas para que eles aumentem a sua capacidade de análise da sociedade, para que sejam mais agressivos, para que façam um trabalho ativo, crítico e criativo. O próprio partido estimula os profissionais a não serem meros espectadores da revolução. Devem participar e, como participantes, devem contribuir para o desenvolvimento do processo revolucionário, e não para destruí-lo".

Liberdade e responsabilidade

Tomé admite que muitas vezes os jornalistas enfrentam dificuldades eventuais na busca de informações. "Às vezes, em alguns casos, um determinado funcionário dificulta o trabalho do jornalista, porque ainda não existe em todos os setores uma

consciência generalizada sobre a importância da informação. Mas também acontecem casos dos jornalistas interpretarem incorretamente dados fornecidos por organismos do Estado, cujos responsáveis passam a evitar a imprensa temendo a repetição de análises equivocadas. Há também casos eventuais em que responsáveis por uma determinada empresa estatal ou instituição governamental dificultam o trabalho dos jornalistas para encobrir problemas de incompetência ou de desorganização".

Quanto aos limites impostos ao exercício da profissão, o dirigente da ONJ afirma que "as únicas restrições são as que estão ligadas à responsabilidade". O fato do país viver num sistema de partido único não significa limitações à liberdade de imprensa. Segundo Manuel Tomé, "na República Popular de Moçambique, a informação é um instrumento de luta político-ideológica das classes trabalhadoras, que nessa tarefa exercem o princípio da crítica e da autocrítica. A crítica revolucionária é um princípio aplicado de forma consciente e responsável pelo partido, no esforço para combater manifestações reacionárias e vestígios da velha sociedade. A crítica visa corrigir os erros e encontrar soluções para os problemas surgidos. É nisto ela difere da denúncia, que entre nós está identificada com a destruição do inimigo interno e externo, como o imperialismo, o racismo, o *apartheid* e o fascismo. Apontar problemas e dificuldades, analisar deficiências, caracterizar métodos errados de trabalho são ações que os meios de informação moçambicanos procuram executar para levar os trabalhadores a pôr um fim a essas situações, elevando a consciência de classe e a mobilização. Aqui, no entanto, não existe liberdade de informação para alguém ser contra o povo e contra a revolução". (Etevaldo Hipólito)

VENEZUELA: DIFUNDIR A ARTE

A criação dos "Centros de Difusão de Arte" em todo o país, com o objetivo de colaborar num plano de descentralização da cultura, foi anunciada pelo ministro da Cultura da Venezuela, Iribarren Borges, como resultado de uma profunda reforma que prevê, também, o fim do funcionamento de órgãos considerados "ineficazes".

Iribarren Borges informou que serão fechadas escolas de arte que funcionavam em diversas comunidades periféricas de Caracas, e que não cumpriam os objetivos principais de formação cultural, além de representarem um aumento adicional de despesas.

Com as verbas poupadas e os profissionais que ali trabalham, serão criados 15 centros de difusão de arte, não apenas na capital, mas também em sete estados do interior do país.

Segundo o ministro, esses centros "são entidades destinadas a estimular, dar informações e capacitar no domínio das técnicas básicas em áreas artísticas, que permitam ao aprendiz desenvolver um trabalho criador".

"Mais que um projeto artístico, estamos promovendo um projeto social", destacou o ministro da Cultura, assinalando que esses centros também oferecerão cursos de alfabetização e capacitação em vários ofícios e se converterão em "pontos de referência para as comunidades".

O projeto entrará em execução em janeiro de 1986, após o estudo do organograma dessa rede difusora de arte, com a participação de órgãos públicos e entidades privadas. Artes gráficas, gravura, pintura e escultura serão os principais temas de estudo dos centros.

PUBLICAÇÕES EM MOÇAMBIQUE



Segundo o Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD), Moçambique se situa entre os países africanos cuja produção de livros infantis é excepcionalmente elevada.

Cerca de 56 títulos diferentes de obras para crianças, todas escritas por autores moçambicanos e com uma tiragem média de 20 mil exemplares, foram produzidos por editores do país desde a independência, em 1975. Esses números não são suficientes para satisfazer a demanda do mercado local, com uma população de vários milhões de jovens.

As cartilhas escolares são também escritas por moçambicanos. No ano passado, 83 livros escolares foram publicados, com uma tiragem total de oito milhões de cópias.

Devido às dificuldades econômicas atravessadas por Moçambique e que tiveram sérias repercussões sobre sua capacidade de importar livros, as autoridades do setor editorial dão prioridade aos manuais escolares e aos livros para crianças. Mas apesar das dificuldades, esforços são rea-

lizados no sentido de encorajar os escritores moçambicanos a publicar também seus trabalhos em outras áreas.

O INLD, assim como outros editores — por exemplo, a Associação dos Escritores Moçambicanos, os Cadernos da revista semanal "Tempo" e os do diário "Notícias" — imprimiu novas coletâneas de poesia e de prosa, histórias em quadrinhos e ensaios políticos.

Os responsáveis pelo INLD negam que os trabalhadores moçambicanos não tenham a possibilidade de ver as suas obras publicadas. Acrescentam, contudo, que apenas os trabalhos de qualidade literária são escolhidos e que 60% dos manuscritos recebidos pelo INLD não chegam àquele gabarito exigido.

O INLD calcula em cerca de 400 o número de obras editadas durante a última década. As publicações compreendem seis peças de teatro, seis histórias em quadrinhos e cinco coletâneas de poesia.

Sob o regime colonial, não existia um editor sequer em Moçambique. Qualquer moçambicano que pretendesse publicar uma obra era obrigado a enviá-la para Portugal, onde ela era submetida às leis da censura fascista.

Sempre existiu no seio da Frelimo uma forte tradição literária. Dirigentes da Frelimo publicaram recentemente coletâneas de poesia, notadamente de Marcelino dos Santos, membro do birô político, assim como Sérgio Vieira, ministro da Segurança. Destacados jornalistas moçambicanos também se engajaram na literatura. Os diretores de "Tempo", "Notícias" e da Agência de Informação de Moçambique, Albino Magaia, Mia Couto e Carlos Cardoso respectivamente, publicaram coletâneas de poesia em Maputo.

Revistas do 3º Mundo

CIÊNCIA HOJE — Vol. 3 nº 18 (maio/junho 85) — Este número da revista bimestral de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciên-



cia tem como matéria de capa um balanço da situação do Nordeste brasileiro, a região mais pobre do hemisfério ocidental. Especial destaque para a presença de dois expoentes intelectuais de posições antagônicas, ambos nordestinos: o economista Celso Furtado e o sociólogo Gilberto Freyre. Outros especialistas focalizam problemas sociais, econômicos e ecológicos da região, sobretudo a situação dos camponeses e a questão das secas. *SBPC* — Av. Wenceslau Braz, 71, fundos, casa 27 — CEP 22290 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

CEREP CUADERNOS — nº 4/84 — Publicada pelo Centro de Estudos da Realidade Porto-riquenha e pelo Projeto Caribenho de Justiça e Paz, apresenta dois estudos: sobre a expansão do modelo econômico de Porto Rico para o resto do Caribe, através da iniciativa de criação de uma zona econômica para a região, proposta pelos Estados Unidos; e sobre a militarização do Caribe a partir das bases norte-americanas em Porto Rico. *Cerep* — Apartado 2220 — Estación de Correos UPR — Río Piedras — Porto Rico — 00931.

TRICONTINENTAL — nº 99 (maio/junho 85) — Órgão teórico da Organização de Solidariedade aos Povos da América Latina, Ásia e África (Ospaal). Contém um artigo sobre as consequências econômicas das agressões norte-americanas à Nicarágua; um documento sobre o 30º aniversário da Carta da Liberdade do Congresso Nacional Africano, na África do Sul; um texto de Abdul Karmal sobre o Afeganistão e um estudo sobre a crise social e econômica no Caribe. *Tricontinental* — Apartado Postal 4224 e 6130 — Havana — Cuba.

RIXAKA - nº 1/85 — Editada pelo Departamento de Arte e Cultura do Congresso Nacional Africano (ANC). A revista, cujo título significa nação, em língua *shangana*, pretende promover o debate cultural e a troca de experiências artísticas entre os militantes anti-racistas da África do Sul. No seu primeiro número, a publicação trimestral inclui uma entrevista com Oliver Tambo, presidente do ANC; poesias



de intelectuais e militantes negros sul-africanos; uma reportagem sobre documentários em vídeo feitos na África do Sul sobre o racismo e um artigo mostrando como trabalhadores e artistas podem agir em conjunto, tanto no que se refere às lutas

políticas, como no lazer e no autofinanciamento das suas iniciativas culturais. *Rixaka Editorial Board* — P. O. Box 31791 — Lusaka — Zâmbia.

KO'EYU LATINOAMERICANO — nº 36 (maio/junho 85) — Revista de estudos políticos e sociais especializada em questões latino-americanas. Contém uma



entrevista com o dirigente tupamaro uruguaio Raul Sendic; uma análise da campanha de alfabetização na Nicarágua; um estudo da situação da mulher no Paraguai; textos sobre teatro latino-americano e um documento sobre a militarização na Guatemala. *Endereço: Apartado de Correos 18.164 — Caracas 1012/A — Venezuela.*

PUEBLA — nº 31 (março 85) — Publicada pela Editora Vozes e voltada para a análise dos problemas da igreja na América Latina. Neste número, todos os artigos principais têm como tema a realidade chilena, com trabalhos de Manuel Garretón, Jorge Osorio Vargas, Pablo Fontaine, Blas Tomic, Jaime Rufz-Tagle e José Joaquim Brunner. Inclui ainda uma série de documentos sobre a participação do movimento ecumênico na luta contra a ditadura de Pinochet. *Puebla* — Editora Vozes — Caixa Postal 90023 — Petrópolis — Rio de Janeiro-RJ — CEP 25600 — Brasil.

NO REINO DE CALIBAN

Manuel Ferreira

Plátano Editora, Lisboa

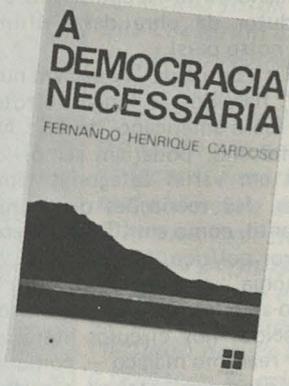
Possuidor de uma vivência pessoal africana de vários anos, Manuel Ferreira é, hoje em dia, no mundo ensaístico português, o autor mais dedicado à literatura africana de expressão portuguesa. Além de sua atividade de romancista, centrada na problemática da África, Manuel Ferreira, atualmente professor universitário de literatura africana, não tem diminuído sua intensa atuação na elaboração de vários volumes dedicados à divulgação e análise crítica de autores da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, S. Tomé e Moçambique. Torna-se impossível, numa simples apresentação, enumerar todo o seu vasto trabalho nesse setor.

Entre essas obras, uma das que tem obtido maior impacto pela sua extensão, caráter global, antológico e biográfico e capacidade de intervenção, é, sem dúvida, "No reino de Caliban", uma série de três volumes de coletâneas da poesia em língua portuguesa de escritores africanos. Ao primeiro volume, publicado em 1975, que incluía uma substancial mostra da poesia de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, seguiu-se o segundo, dedicado a Angola e a S. Tomé e Príncipe. O último, lançado recentemente, em edição da "Plátano Editora", com mais de 500 páginas, é constituído por uma antologia e pequenas biografias de poetas de Moçambique. Nele constam poetas considerados precursores, como Rui Noronha, passando pela série de publicações tão importantes como "Itinerário", "Msaho", "Paralelo 20", edições da "Casa dos Estudantes do Império" e, mais recentemente, "Artes e Letras" (de "A Voz de Moçambique"), "Despertar" (do "Notí-

cias"), "Caliban" e muitos outros. São dezenas e dezenas os poetas moçambicanos que Manuel Ferreira reúne nesta antologia e analisa do ponto de vista literário e político. Toda a série "No reino de Caliban", agora completa, constitui, indubitavelmente, não apenas uma obra marcada pelo cunho pessoal do seu autor, como também um manual de história da poesia africana em língua portuguesa, imprescindível e única para o conhecimento da história desses povos africanos e, daqui em diante, peça fundamental de trabalho e consulta. (O. L.)

A DEMOCRACIA NECESSÁRIA

Fernando Henrique Cardoso
Papyrus Livraria e Editora,
Campinas, 1985, 92 pp.



São três conferências — "Transição para onde?", "O desafio da participação" e "Guerra à miséria" — que o conhecido sociólogo e político fez de janeiro de 1983 a maio deste ano, para funcionários do Metrô de São Paulo, na Associação dos Sociólogos de Brasília e na Escola Superior de Guerra. O título geral — "A democracia necessária" — já indica que elas estão voltadas para um Brasil que ainda não

existe e centradas no que deveria ser feito, no entender do autor, para que algum dia possa vir a existir. Por isso, como toda análise que procura perscrutar caminhos e perspectivas, os três trabalhos que o senador paulista reuniu neste livro estão recheados de indagações. Para quase todas, o leitor terá que continuar aguardando a resposta: até que ponto a Nova República será capaz de cumprir as promessas de mudança a favor da maioria pobre e trabalhadora do povo brasileiro? Será que ela é apenas um novo arranjo entre as chamadas elites? E — talvez a mais difícil de responder — pode haver democratização verdadeira num país cindido pelas desigualdades e pela miséria de grande parte do seu povo? (A. J. P.)

O ESPIÃO DE COLÔNIA

Oswaldo Peralva
Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1985, 138 pp.



Saber rir da desgraça é, sem dúvida, uma virtude própria de espíritos superiores. O exílio é uma desgraça, e Oswaldo Peralva consegue rir e fazer rir com as crônicas sobre os tempos que passou na República Federal da Alemanha e no Japão. Como naquela em que se refere à sua

Livros do 3º Mundo

experiência de professor de espanhol em Tóquio. Como o idioma japonês não tem um som que corresponda ao "l" e ao "r" latinos, Peralva consumia o tempo das aulas lutando para que os alunos não dissessem coisas do tipo "Yo abro español" ou "Yo hablo la puerta". Mas, ele conseguiu sobreviver à ingrata função e dela sair enriquecido, da mesma forma que, antes, de tarefas e missões igualmente espinhosas em Bucareste, Moscou, Santiago, Colônia e Rio, onde dirigiu o saudoso "Correio da Manhã", na fase em que este era o único grande diário brasileiro a fazer oposição sistemática à ditadura. Por causa de encargos como este, o riso, nessas crônicas, se alterna, algumas vezes, com a seriedade de relatos dramáticos como o que Peralva faz da sua estada em Saigom, como correspondente, nos últimos dias do regime de Van Thieu (*Artur José Poerner*).

A PALAVRA NUNCA

Eric Nepomuceno
Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985, 166 pp.



Eric Nepomuceno é um dos poucos autores brasileiros mais conhecidos no exterior do que em seu próprio país. O motivo é simples: ele foi por 10 anos cor-

respondente em países que são dois grandes centros editoriais, a Espanha e o México, que lhe abriram as portas de acesso aos leitores de quase toda a América Latina. Só aos poucos, a obra deste autor de 37 anos vai chegando ao Brasil, como acaba de ocorrer com os contos de "A palavra nunca", que já haviam sido publicados em dois livros, "Contradanza" e "Antes del invierno", no México e na Argentina. O leitor brasileiro tem justificadas razões para lamentar o atraso, o que não sei se poderá ser dito do autor, já que é à precedência do universo cultural hispânico que ele pode creditar a circunstância altamente favorável de ver a sua literatura chegando ao Brasil já referendada por escritores do nível de Gabriel García Márquez, Juan Rulfo e Eduardo Galeano (Eric Nepomuceno é o tradutor da obra deste último em nosso país).

Os contos de "A palavra nunca", nascidos ao longo do roteiro ibero-americano de Eric Nepomuceno, poderiam ser divididos em várias categorias temáticas. Há recriações do mundo infantil, como em "Telefunken"; terror político, como em "A cerimônia"; e muito do absurdo latino-americano — também conhecido, nos círculos literários, por realismo mágico —, como em "A promessa", talvez o melhor conto do livro. A uni-los, o riso amargo de um intelectual que, por razões de ofício, tem sido testemunha ocular de bons e maus momentos, de tragédias e comédias, de misérias e grandezas do continente (*A. J. P.*)

ONTEM E DEPOIS

Costa Andrade
Edições 70

Francisco Fernando da Costa

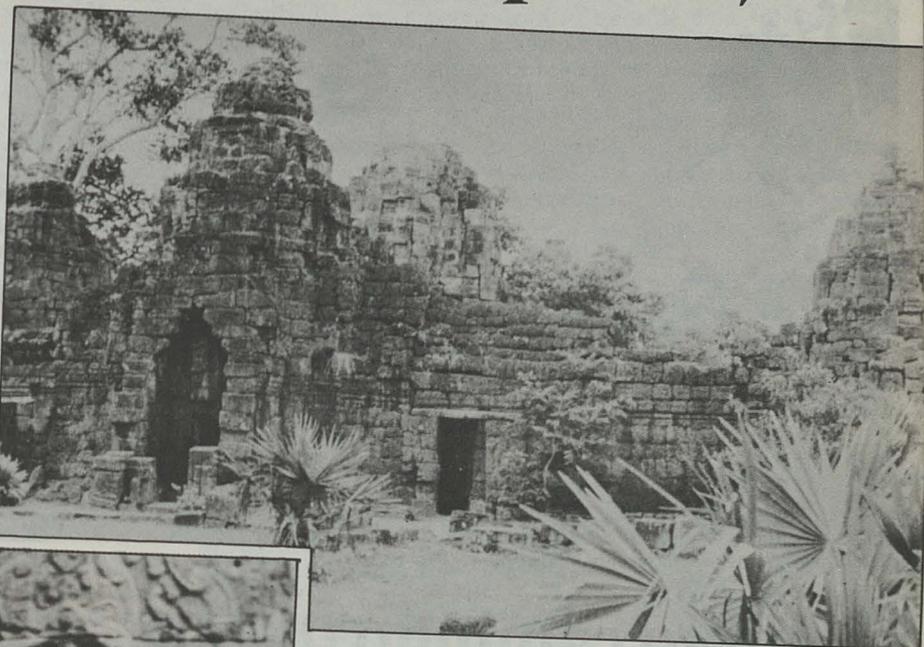
Andrade, nascido em Lépi, Angola, em 1936, é, hoje em dia, um dos maiores poetas de seu país. Ao longo de sua vida, adotou vários pseudônimos, como Angolano de Andrade, Africano Paiva, Fernando Emílio, Flávio Silvestre, Ndunduma we Lépi. Costa Andrade estudou em Angola e Lisboa e, depois, na Itália, Brasil e Iugoslávia, e foi guerrilheiro e membro do MPLA. Após a independência, assumiu a direção do "Jornal de Angola" até 1978.

Autor de uma vasta bibliografia como, por exemplo, "Armas com poesia e uma certeza" (1974), "No velho ninguém toca" (1979), "O caderno dos heróis" (1977), "O regresso e o canto" (1975), "Poesia com armas" (1975), "Tempo angolano na Itália" (1963), "Terra de acácias rubras" (1961), e "Um ramo de miosótis" (1970), Costa Andrade reuniu, agora, em volume editado pela "Edições 70", algumas de suas obras. O livro tem o título de "Ontem e depois" e faz parte da coleção "Autores angolanos" publicada por aquela editora.

"Ontem e depois" é a reunião num livro de "Terra das acácias rubras", "Grito de raiva" (inédito), "Primeiros cadernos", "Tempo angolano na Itália", "O regresso e o canto". São, assim, vários livros de poesia, alguns esgotados, outros novos, que Costa Andrade junta para assim dar por concluída a publicação e divulgação dos seus textos, produzidos no espaço dos 20 anos que antecederam a independência nacional angolana.

A voz de um dos maiores poetas angolanos surge, nesta reunião histórica, límpida, clara, e atuante, demonstrando as razões de uma opção e de uma luta. (*O.L.*)

Do genocídio à esperança



Carlos Pinto Santos

Carlos Pinto Santos



Vestígios de uma civilização que correu o risco de desaparecer

Quem não se lembra com horror das primeiras fotos divulgadas por jornalistas que chegaram ao Camboja depois da queda do regime Khmer Vermelho? As pilhas de crânios, os testemunhos aterradorantes de um massacre sem paralelo realizado em nome do socialismo por dirigentes fanáticos, que confundiram uma mal-absorvida doutrina revolucionária com uma espécie de missão onipotente que lhes permitia ultrapassar os limites do despotismo e do horror?

Sete anos depois da queda do regime chefiado por Pol Pot, a vida do país começa a renascer, as crianças alegam os parques e a população adulta tenta superar os traumas causados por um período comparável ao inferno descrito por Dante na sua "Divina Comédia".

Neste "Especial", dedicado ao Camboja, publicamos a reportagem do nosso enviado especial, Carlos Pinto Santos, que, em recente viagem ao sudeste asiático, foi um dos primeiros jornalistas ocidentais e, sem dúvida, um dos poucos de uma imprensa independente como a nossa, a visitar esse país que ressurgiu das suas próprias cinzas.



Retirada do primeiro contingente militar vietnamita (1983)

O árduo caminho da paz

Sete anos após a queda do regime de Pol Pot aparecem os primeiros sinais de solução para o conflito nesse sofrido país

No sétimo ano da eliminação do regime genocida do Khmer Vermelho, surgem finalmente sólidos indícios de que a solução do conflito campucheano pode estar à vista.

O último acontecimento nesse sentido foi o afastamento de Pol Pot da chefia das tropas khmers vermelhas e sua substituição, no início de setembro, pelo até então "ministro da Defesa" do governo no exílio da autodenominada "República Democrática do Campuchea" e antigo primeiro-ministro de Sihanuk, Son Sann.

Pol Pot deixou o comando da principal força militar que combate o governo de Phnom Penh através de um expediente assinado por Khieu Samphan, "vice-presidente" da coligação chefiada pelo príncipe Norodom Sihanuk e antigo "número 3" do regime Khmer Vermelho. Esse "decreto", especialmente elaborado para isso, fixou em 60 anos o limite de idade para os "militares em serviço ati-

vo". Segundo a rádio antigovernamental, que emite a partir de território tailandês, ao "reformado" Pol Pot foi atribuída a direção de um "Instituto Superior de Defesa Nacional".

O afastamento deste tenebroso personagem, que entre 17 de abril de 1975 e 7 de janeiro de 1979, foi

responsável direto pelo massacre que vitimou quase a metade da população khmer, foi classificado de "nova farsa" pelo *Nhan Dan*, jornal oficial do Partido Comunista do Vietnã, e de "manobra de Pequim" pela Agência de Informação Campucheana, *SPK*.

Sihanuk, presidente desde junho de 1982 de uma coligação onde estão os mesmos chefes khmers vermelhos que deram ordem de extermínio a 30 dos seus parentes, mostrou-se cético diante do anúncio do afastamento de Pol Pot, que chamou de "comédia". Porém, dias depois, um porta-voz do antigo soberano comentou que a medida tinha sido recebida com satisfação.

Ainda recentemente, Sihanuk ameaçara abandonar a coligação, caso continuassem as agressões dos khmers vermelhos aos seus partidários, que nos últimos meses provocaram dezenas de mortos nas bases da Tailândia.

Vietnamitas sairão do Campucheia em 1990

Apesar de todas as reservas manifestadas nas capitais indochinesas e em Moscou, a "reforma" de Pol Pot poderá significar a eliminação de um obstáculo ao diálogo que se estabelece entre campucheanos e vietnamitas, por um lado, e países da Asean¹ e oposição khmer, por outro.

Dois semanas antes da alteração na chefia militar da coligação que ainda conserva a cadeira do Campucheia nas Nações Unidas, em Phnom Penh era dado um importante passo para a solução do conflito. A 11ª Conferência dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Indochineses fixara o ano de 1990 como prazo máximo para a retirada total das forças vietnamitas do território da República Popular do Campucheia. Em junho, Nguyen Co Tach, ministro vietnamita das Relações Exteriores, e Hun Sen, primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores campucheano, apontavam ainda ao enviado de cadernos o ano de 1995 para o regresso ao seu país dos últimos destacamentos do exército de Hanói.

Os ministros afirmaram também, nessa conferência, o seu acordo em relação à proposta da Asean de designar a Indonésia como delegado da organização nas conversações com os países indochineses, que serão representados pelo Vietnã. Eles também apoiaram a iniciativa apresentada pela Malásia, em abril deste ano, para negociações indiretas entre o governo de Phnom Penh e os grupos de oposição. A República Popular do Campucheia declarava-se disposta a fazer tudo para a "reconciliação nacional", e preparar a realização de eleições gerais com a presença de observadores internacionais, "após a retirada total da força voluntária vietnamita" do seu território.

Num ponto fundamental, os ministros vietnamita, campucheano e laosiano se mantinham inarredáveis: todo o processo de negociações teria de partir da condição prévia da eliminação dos seguidores de Pol Pot.

Se Sihanuk quiser. . .

A resolução do conflito campucheano é uma prioridade urgente para os governos de Phnom Penh, Hanói e Vientiane: não só liberaria recursos como lhes permitiria usufruir das vantagens do rela-

cionamento econômico com países capitalistas, suspenso desde a intervenção vietnamita. A situação econômica dos três países indochineses é grave e prementes os planos de desenvolvimento. E é por isso, fundamentalmente, que esses governos se dispuseram a ir longe na mesa de negociações.

À medida que o seu regime se consolidava e a República Popular se tomava uma realidade irreversível, os dirigentes de Phnom Penh, em sintonia com os seus aliados vietnamitas, foram abrindo portas à negociação com a oposição armada, apenas excluindo dessas propostas de diálogo os chefes khmers vermelhos.

Norodom Sihanuk e Son Sann, que ainda há dois anos eram considerados traidores do seu povo e aos quais o governo de Heng Samrin apenas destinava o exílio ou os bancos dos tribunais populares, recebem agora propostas de reconciliação e convite para disputarem as futuras eleições gerais em pé de igualdade com o governamental Partido Popular



Sihanuk fala aos seus correligionários em Ta Toum (1984), atualmente em poder de Phnom Penh

Revolucionário do Campucheia (PPRC). Uma única condição lhes é imposta: o rompimento total com os chefes khmers vermelhos.

Na entrevista à imprensa do primeiro-ministro Hun Sen em Phnom Penh, em junho passado, da qual participou o enviado de cadernos, o dirigente khmer foi claro ao referir-se a Sihanuk e Son Sann. Convidou-os a contribuir para a eliminação política de Pol Pot e insistiu em manter contatos diretos com os dois: "Não podemos passar a vida negociando através de jomais ou de rádio". Hun Sen afirmou que Sihanuk tem ainda um papel muito importante a desempenhar no processo de reconstrução nacional. "Não podemos obrigar um antigo rei a tornar-se um cidadão comum. Se abandonar Pol Pot, encontraremos para ele uma posição adequada de acordo com a sua condição e o

¹ Associação das Nações do Sudeste Asiático: Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Cingapura e Tailândia.

e fu
la
ou
tr
u

m
b
se

os
te
sa
n

S
se



Carlos Pinto Santos

Hun Sen,
primeiro-ministro
e ministro das
Relações
Exteriores
(acima): "Se
Sihanuk e Son
Sann se
declararem
dispostos ao
diálogo, irei
encontrá-los
num local
apropriado".
Heng Samrin,
presidente do
Campuchea
(ao lado)



seu passado", afirmou o primeiro-ministro. E acrescentou: "Se, amanhã, Sihanuk e Son Sann se declararem dispostos ao diálogo com a República Popular do Campuchea, depois de amanhã partirei de Phnom Penh para encontrá-los num local apropriado".

Ainda nessa entrevista, Hun Sen fez questão de salientar — como fizera semanas antes Nguyen Co Tach na entrevista exclusiva que nos concedeu — o papel positivo da Indonésia e da Austrália na procura de uma solução para a paz e estabilidade no sudeste asiático. Esses dois países estão preocupados com a influência chinesa na região.

A ofensiva da última estação seca

A questão que agora fica em aberto é se a transferência de Pol Pot para um "Instituto de Defesa"

será suficiente para que vietnamitas e campucheanos a interpretem como uma resposta à sua proposta de agosto. É bom lembrar que Khieu Samphan e Ieng Sary, os dois personagens que completavam o triunvirato genocida, continuam ocupando cargos de chefia na coligação antigovernamental.

Em Hanói e Phnom Penh não se duvida de que a operação de fachada dos khmers vermelhos de setembro — instigada na sombra por chineses, tailandeses e mesmo norte-americanos — teve como objetivo causar impacto na Reunião Ministerial dos Não-Alinhados de Luanda (no movimento mantém-se a política da "cadeira vazia" desde a 6ª Reunião de Cúpula de Chefes de Estado em Havana, 1979). E também para criar um clima diferente na Assembléia-Geral das Nações Unidas deste ano, onde o "governo no exílio" de Sihanuk é ainda reconhecido pela maior parte dos estados membros. Sem Pol Pot na primeira linha, a "República Democrática" fica mais "apresentável", o que facilita a manutenção dos votos de muitas delegações assediadas pelas diplomacias chinesa e norte-americana.

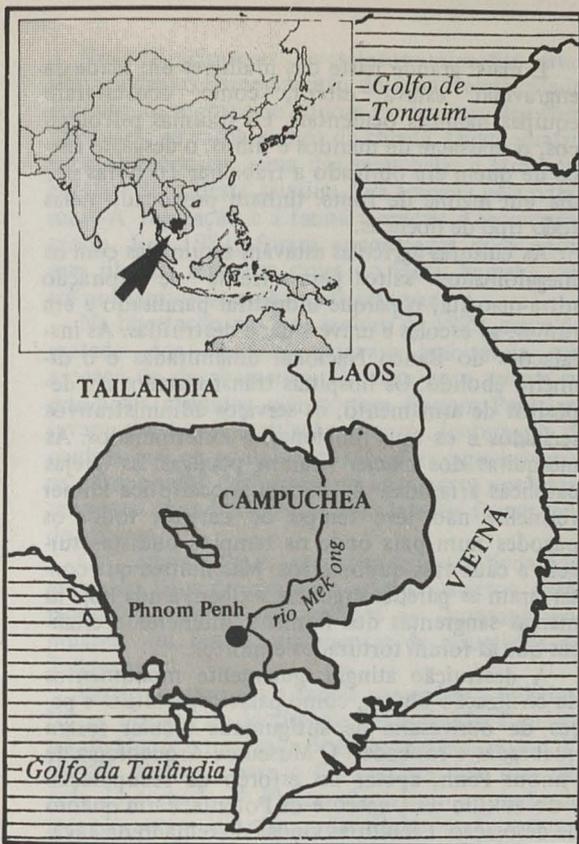
No entanto, o governo de Heng Samrin e Hanói nunca estiveram em tão boas condições para negociar como atualmente. Dispõem dos trunfos poderosos alcançados com a ofensiva sobre as bases inimigas na última estação seca, o que veio reforçar a estabilidade do regime de Phnom Penh.

Dezoito bases no interior do território khmer foram tomadas pelas tropas vietnamitas e pelo Exército Nacional Popular do Campuchea no final de 1984 e nos primeiros meses deste ano: nove às forças khmers vermelhas, oito à FNLPC de Son Sann e uma à organização armada de Sihanuk.

Entre estas bases, estavam o posto de comando da guerrilha de Son Sann, localizado em Ampil, a noroeste da província de Siem Reap-Oddar Meanchey, tomada em 7 de janeiro; Phnom Melai; "capital" do "governo tripartidário" e quartel-general khmer vermelho deste 1979, situada a 30 km da fronteira tailandesa e que foi conquistada em meados de fevereiro; e, por último, a base de Ta Toum, centro das forças sihanukistas, tomada a 5 de março deste ano.

Segundo dados da agência SPK, a campanha da estação seca pôs fora de combate mais de 10 mil guerrilheiros inimigos, grande número dos quais das fileiras dos khmers vermelhos, a principal e mais combativa força que luta contra o regime de Phnom Penh, com efetivos ainda calculados em 30 mil homens. Son Sann, com nove mil guerrilheiros, e Sihanuk com quatro mil, pouco peso representam no combate, sobretudo desde as derrotas do início de 1983, quando os soldados vietnamitas destruíram as suas grandes bases de Nong Chan e O'Samak.

Neste final de 1985, o governo de Heng Samrin



Carlos Pato Santos



S. Freitas

Escola de oficiais khmers em Phnom Penh. Apesar dos fornecimentos de armamento por Pequim e da contribuição norte-americana, a guerrilha antigovernamental não poderá ameaçar seriamente o regime da República Popular do Campuchea

afirma controlar a totalidade do território khmer, com exceção de pequenos bolsões inimigos junto da fronteira tailandesa. Esta situação é confirmada por observadores e alguns poucos jornalistas ocidentais que tiveram acesso às recentes zonas de combate.

A guerrilha antigovernamental poderá, contudo, manter por muito tempo incursões no interior do território khmer, mas não ameaçar seriamente o regime de Phnom Penh. E isto, apesar dos contínuos fornecimentos de armamento por Pequim e das contribuições dos Estados Unidos, como os cinco milhões de dólares autorizados este ano pelo Senado norte-americano, e confirmados pelo secretário de Estado George Shultz, durante sua visita de julho passado à Tailândia e aos "santuários" da coligação na zona fronteiriça².

O novo exército khmer

Na decisão de agosto de reduzir em cinco anos a permanência das tropas vietnamitas (em abril e

maio últimos, Hanói procedeu à quarta retirada parcial em três anos), se levou em conta a previsão de que, em pouco tempo, o novo exército khmer estará em condições de assegurar a defesa do país. Centros de formação intensiva de oficiais continuam a espalhar-se pelo Campuchea, como a Escola de Infantaria de Dangkor que visitamos. Situada nos arredores de Phnom Penh, nessa Escola mil recrutas recebiam treinamento de oficiais durante 12 meses, findos os quais seriam destacados para as províncias ocidentais para render os contingentes de Hanói.

Criado e treinado pelos vietnamitas após a derubada de Pol Pot, o Exército Nacional Popular do Campuchea deixou, nas últimas operações, de servir apenas como força acessória e de retaguarda para entrar nos combates ao mesmo nível dos seus aliados. O número de efetivos do exército khmer é segredo militar, mas as dezenas de milhares de soldados com que já conta carecem ainda de experiência de ação, frente aos veteranos khmers vermelhos, com prática de guerra de muitos anos.

Entretanto, nas ruas de Phnom Penh, enquanto a presença de soldados vietnamitas se torna cada vez mais rara e discreta, os oficiais e suboficiais khmers distinguem-se facilmente pelos seus uniformes novos e motocicletas japonesas. Num país pobre como o Campuchea — onde a própria bicicleta não está ao alcance de todos — são sintomas de um certo status econômico. ●

² Na ocasião, Shultz confirmou também a próxima entrega de 16 moderníssimos caças F-16, no valor de quase 400 milhões de dólares, à Tailândia, que será o primeiro país da Asean a dispor desse tipo de aviões de combate.

e
fu
la
ou
tr
ui

m
b
se

os
te
se
n

S
se

A nação khmer renasceu das cinzas

A "República Democrática do Campuchea" durou 3 anos, 8 meses e 20 dias. Quando as tropas vietnamitas e os guerrilheiros da FUNSK (Frente Unida de Salvação Nacional do Campuchea) entraram na cidade fantasma de Phnom Penh em 7 de janeiro de 1979, o balanço sangrento do regime que pretendeu fazer a "revolução camponesa mais radical e pura da humanidade" atingira inconcebíveis proporções. A herança do holocausto khmer vermelho foi comprovada por testemunhos de observadores e organizações internacionais vindos de todos os quadrantes, mas ainda assim o mundo teve dificuldade em acreditar.

No entanto, a realidade é que em 7 de janeiro de 1979, o Campuchea era um imenso campo de morte e destruição:

— 3.314.768 (número oficial) de vítimas pela fome, doença e assassinio numa população, que em 1975 não atingia os 7,5 milhões de habitantes. Dos 700 mil membros que contava a comunidade islâmica *cham*, sobreviveram 200 mil. A minoria *hoa*, de origem chinesa, sofreu 300 mil mortos; houve 200 mil órfãos; 73% das mulheres adultas ficaram viúvas; sobreviveram apenas 50 dos 450 médicos com que o país contava; 75% dos professores foram assassinados; 80% dos bonzos exterminados; 700 mil crianças debilitadas pela fome (num total de 4 milhões de pessoas), segundo um relatório da Unicef.

Quando, em 7 de janeiro, os guerrilheiros da FUNSK ocuparam a capital, Phnom Penh era uma cidade fantasma



Carlos Pinto Santos

E mais: grande parte das mulheres em idade de engravidar estava estéril, como constataram equipes médicas ocidentais. Os traumas psicológicos, o massacre de maridos e filhos, o desgaste físico de quem era obrigado a trabalhar 16 horas por dia em regime de fome, tinham provocado nelas todo tipo de doenças.

As culturas agrícolas estavam arruinadas com os megalômanos "saltos para a frente" de inspiração ultra-maoísta, o parque industrial paralisado e em ruínas, as escolas e universidade destruídas. As instalações do Banco Nacional dinamitadas e o dinheiro abolido. Os hospitais transformados em depósitos de armamento, os serviços administrativos fechados e os seus funcionários exterminados. As mesquitas dos *chams* viraram pocilgas, as igrejas católicas arrasadas. A loucura apocalíptica khmer vermelha não teve tempo de destruir todos os pagodes num país onde os templos budistas surgem a cada três quilômetros. Mas muitos que conservaram as paredes erguidas, exibem ainda hoje as marcas sangrentas dos homens, mulheres e crianças que aí foram torturados e mortos.

A destruição atingiu igualmente monumentos da civilização khmer, como palácios, estátuas e peças de ourivesaria de antiguidade secular foram quebradas e roubadas. O Museu de Arqueologia de Phnom Penh, apesar do esforço de recuperação e do auxílio da Unesco e da Polônia, é um quadro de desolação. Esculturas vindas do reinado de Jayavarman 7 (século 12) estão semi-reconstituídas, mas a muitas faltam membros ou cabeças. As vitrines de peças de ouro e prata vazias, baixos-relevos e belíssimos afrescos evocando episódios da vida de Buda destruídos sem possibilidade de restauração. Um pequeno consolo: o vandalismo khmer vermelho ignorou duas dezenas de canhões portugueses dos séculos 16 e 17, cuidadosamente alinhados numa sala do museu.

Também imunes ficaram o Palácio Real, vizinho da residência onde o príncipe Norodom Sihanuk foi virtual prisioneiro de Pol Pot durante o seu regime, e o Pagode de Prata (assim chamado porque o piso da sala principal é formado por centenas de placas de prata), com a estátua de Buda de 80 quilos de ouro cravejada de diamantes, que está intacta. Os chefes khmers vermelhos haviam decidido poupar este conjunto arquitetônico para servir como "cartão postal" da cidade aos raros estrangeiros que os visitavam.

O ano zero do Campuchea

Com a entrada dos vietnamitas em Phnom Penh, o Campuchea partiu do ano zero.

O regime khmer vermelho conseguiu uma façanha única na história do século 20: dismantelar todo o aparelho de Estado.

Nada funcionava. As telecomunicações estavam mudas, o fornecimento de água e eletricidade cortado, os esgotos de Phnom Penh entupidos com serpentes; os ratos, donos da cidade. Quase quatro anos abandonada, uma das mais belas e atraentes capitais do sudeste asiático fora tomada pela natureza. A vegetação e a fauna tropicais a reconquistaram. Em 1981, foram encontradas duas enormes jibóias, uma nas caves do Hotel Samaki, outra nos jardins da embaixada húngara.

Na libertação em 7 de janeiro de 1979, cerca de metade dos edifícios estavam inabitáveis sob ameaça de desabamento. Durante anos apenas as principais avenidas que cortam Phnom Penh estavam abertas à circulação. Depois, lentamente, à medida que os poucos sobreviventes regressavam e os camponeses deslocados se instalavam nos apartamentos abandonados, as ruas laterais foram sendo abertas.

Os ministérios e serviços administrativos não existiam. Seus funcionários estavam mortos, desaparecidos, errando nos campos das "comunidades populares" ou nos acampamentos de refugiados na Tailândia.

Partir do zero foi a tarefa que coube a Bui Huu Nhan, técnico do Ministério das Relações Exteriores de Hanói e meu guia durante semanas no sul do Vietnã. Enviado para o Camboja dois dias depois da tomada de Phnom Penh com a missão de reorganizar o Ministério das Relações Exteriores Cambojano, ele nada encontrou.

Nhan conta que todos os antigos funcionários do Ministério tinham desaparecido, desde os chefes de serviços às datilógrafas. O Ministério resumia-se, simplesmente, ao ministro¹.

O primeiro trabalho de Nhan foi o de percorrer os campos de refugiados tentando reunir alguns antigos funcionários sobreviventes, vencer o seu pavor inicial aos vietnamitas, inculcado durante anos pela propaganda de Pol Pot e, pacientemente, conquistar a confiança desses homens e mulheres profundamente traumatizados. Durante os quatro anos que trabalhou na reorganização do Ministério, Nhan e os outros técnicos vietnamitas formaram todo o corpo de funcionários. Ensinarão tudo, prepararam operários, viúvas e jovens com a escolaridade mínima para servirem como secretários, guias, intérpretes, telefonistas ou motoristas.

Os primeiros bebês depois do pesadelo

Quando a República Popular do Camboja venceu o primeiro ano da sua implantação, come-

¹ Após a conquista de Phnom Penh em 17 de abril de 1975, Pol Pot chamou "para consultas" todos os embaixadores do governo de Lon Nol em serviço no estrangeiro. Vieram 18 e todos eles foram assassinados no centro de extermínio de Tuol Sleng.



O Pagode de Prata, um dos poucos monumentos que resistiu ao vandalismo khmer vermelho

çou a dissipar-se a dúvida se a nação khmer sobreviveria ao holocausto do regime de Pol Pot.

O auxílio de emergência de vietnamitas, soviéticos, governos e organizações ocidentais conseguiu fazer recuar o espectro da fome, a população regressava lentamente às cidades e aldeias natais, a administração reerguia-se penosamente da aniquilação total, os arrozais davam as primeiras colheitas, as escolas abriam como podiam, os órfãos eram recolhidos em pagodes e orfanatos. O medo ia desaparecendo, a esperança e a vida renasciam.

A prova de que uma civilização milenar não perderia estava nos primeiros bebês nascidos um ano depois do pesadelo, como testemunhou emocionado, Wilfred Burchett. (ver cadernos nº 82)

Em 1980, como hoje, a expressão mais viva e consoladora do renascimento da nação khmer está, de fato, nas crianças, poupadas da fome.

No sexto ano de existência da República Popular do Camboja, o país recuperou-se quase inteiramente do enorme déficit demográfico, com a população aproximando-se do nível registrado no início da década de 70. Uma impressionante "explosão" de nascimentos irrompeu em 1980, com uma taxa de crescimento de 5% — a mais alta do mundo — para passar a 3,5% em 1983, e 2,8% no último ano.

Outra "explosão" facilmente evidenciada quando se percorre a destruída cidade de Phnom Penh e se espreita para o interior das casas, casebres e ruelas, é a paixão pela leitura. Como se toda a população quisesse recuperar-se dos anos do regime da "peste negra", quando os próprios livros de medicina eram queimados em autos de fé, porque também eles foram considerados transmissores de ideologia burguesa.

e
fu
la
oi
tr
u

m
b
Sé

O:
té
se
n

S
se

Vital como a recomposição demográfica, é a recuperação do tempo perdido na educação. Um dado que qualquer dirigente khmer nunca esquece de assinalar com ênfase aos jornalistas estrangeiros é o número de crianças que frequentam atualmente o primeiro e segundo graus de ensino. Em 1985, estão recenseados perto de um milhão e setecentos mil alunos, cerca do dobro da época de Sihanuk e quase sete vezes mais em relação a agosto de 1979, no primeiro ano letivo após Pol Pot.

Os órfãos do Camboja

Após a libertação, a frágil República Popular do Camboja viu-se diante de uma gravíssima situação com mais de duas centenas de milhares de órfãos necessitando de alimentação, roupa, educação e um auxílio impossível de ser preenchido: cuidados afetivos.

Procedeu-se a um elementar censo, alguns órfãos foram adotados ou recolhidos por parentes afastados, outros recolhidos pelos bonzos sobreviventes, e improvisaram-se orfanatos por todo o país. A ajuda internacional não demorou a chegar sem, no entanto, poder suprir todas as carências. Vieram recursos da Unicef, Oxfam, *World Vision*, Cimade, Cruz Vermelha Internacional e dos países socialistas, mas à medida que o decorrer do tempo

permitia uma normalização precária da situação, a ajuda foi-se tornando irregular. O Camboja tinha, neste como em outros aspectos, de contar sobretudo com as suas próprias forças.

Dos quatro existentes na cidade, o Orfanato nº 1 de Phnom Penh, o Cuu Long, é o mais antigo e aquele que abriga o maior número de crianças.

Prak Sarinn, um velho professor primário, conta-nos brevemente a história do orfanato que dirige, descreve o seu funcionamento interno, enumera as carências com que se debate, realça os êxitos alcançados, mas fala principalmente das crianças de que é responsável.

Pouco antes, o repórter fora recebido no portão do Cuu Long por um grupo de seis moças, com o lenço vermelho dos pioneiros no pescoço, que lhe ofertaram um ramo de rosas e lhe dirigiram a primeira saudação de boas-vindas. Depois, ao entrarmos num grande salão, 50 jovens tinham-se levantado e feito a saudação khmer — palmas das mãos juntas e abertas acompanhada de reverências. Seguiu-se um espetáculo de música e danças folclóricas realizado por um grupo de jovens de ambos os sexos e uma exibição de ginástica pelos mais novos.

Terminada a última música de boas-vindas, cantada por uma menina de sete anos, Prak Sarinn, recorrendo a quadros de madeira repletos de núme-

Déficit de arroz se mantém

O arroz foi sempre a base da economia do Camboja e seu tradicional produto de exportação, ocupando cerca de 80% de toda a superfície cultivada. Em 1969, último ano do governo de Sihanuk, os arrozais estendiam-se por 2,4 milhões de hectares.

A quebra na produção de arroz registrada este ano deve-se a condições climáticas adversas



Carlos Pinto Santos

Após o regime Khmer Vermelho — que se propunha a duplicar a produção em dois anos — as barragens e canais de irrigação estavam quase totalmente abandonados ou arruinados, não tendo a zona semeada durante a campanha de 1979/80 ido além de 600 mil hectares.

No último ano, o país teve uma superfície semeada de um milhão e 240 mil hectares, (menos 500 mil hectares em relação a 1983), e uma produção global de 1,6 milhão de toneladas de arroz.

O déficit de arroz que o Camboja terá de importar este ano, recorrendo à ajuda internacional, para assegurar um consumo mensal per cápita de 14 kg, será de 380 mil toneladas, cerca de 100 mil toneladas a mais do que em 1982 e 1983.

Segundo Tan Chuniv, diretor de planejamento do Ministério da Agricultura, a quebra registrada este ano deve-se a condições climáticas adversas, especialmente à seca que atingiu a província ocidental de Battambang, o “celeiro” histórico do Camboja. Tan Chuniv minimizou a ação dos grupos khmers vermelhos contra aldeias e arrozais nesta região junto à fronteira tailandesa, afirmando estar agora instalado um clima de segurança na província.

ros, informou que o seu orfanato abriu em 1º de junho de 1979, recolhendo nessa altura 105 crianças.

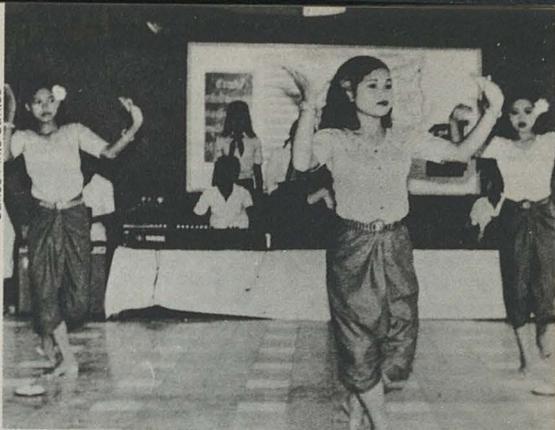
Hoje tem 535, dos quais 363 rapazes e 172 moças, com idades compreendidas entre os seis e os dezoito anos. Um-quarto dos órfãos de Phnom Penh; os restantes das províncias do sul e leste.

O segundo quadro descreve as causas da morte dos pais e mães das crianças: 145 morreram de fome ou doença, 102 nos trabalhos forçados, 130 na tortura ou maus tratos, 328 foram massacrados em dezembro de 1978 nas províncias orientais quando se deram as incursões de tropas de Pol Pot no Vietnã, 266 são dados como desaparecidos.

O último quadro de madeira discrimina as raízes sociais das crianças. Assim, 128 são de origem camponesa, 118 de origem operária, 76 vêm de famílias de comerciantes, 101 de famílias de funcionários, profissionais liberais ou intelectuais, 112 tinham pais no exército de Lon Nol. Todos os setores sociais foram atingidos pela fúria assassina khmer vermelha.

O orfanato dispõe de uma pequena cultura pecuária e de uma horta — o que o torna quase auto-suficiente em alimentação — tem três graus de ensino, atividade cultural e desportiva. Existe a preocupação de estimular o espírito comunitário e de solidariedade entre as crianças, e de lhes dar o máximo de formação profissional.

Carlos Pinto Santos



Orfanato nº 1: os órfãos estão organizados em pequenos grupos de acordo com as idades

Os órfãos estão organizados em pequenos grupos, de acordo com as idades, sob o cuidado de um monitor que os acompanha durante todo o dia.

“Dia e noite o monitor zela pela alimentação das crianças do seu grupo, cuida de suas roupas, dá atenção à sua saúde. Procura, sobretudo, criar fortes laços afetivos com as crianças”, diz Prak Sarinn.

“No nosso país não são unicamente os órfãos que carecem de amor. Todos nós teremos para sempre infinitas necessidades de afeto. Ninguém como o nosso povo sofreu tanto, mas ninguém terá tamanha vontade de viver, nem a esperança no futuro que existe em nós.”

O Auschwitz de Pol Pot

Até 17 de abril de 1975, o Liceu Tuol Svay Prey foi frequentado por filhos de funcionários, de comerciantes e de profissionais liberais. O prédio tem três blocos caídos de dois andares, delimitando um pátio de recreação com uma fileira de palmeiras separando-o da estrada.

Esvaziada a cidade horas depois da entrada das tropas khmers vermelhas em Phnom Penh, o governo de Pol Pot-Ieng Sary-Khieu Samphan transformou a escola no Centro de Segurança S-21, a mais sinistra prisão do regime.

Ela foi cercada com uma dupla muralha de chapa metálica, com arame farpado eletrificado em cima. Nas salas de aula do térreo e do primeiro andar foram construídas pequenas celas individuais de tijolos de um por dois metros, e as do segundo andar destinadas à detenção coletiva. Onde antes havia espaço para vinte carteiras de alunos, foram encurralados mais de cinquenta presos agonizan-

tes, deitados em fileiras e ligados por correntes de ferro, pés contra pés.

Hoje, o Liceu Tuol Svay Prey está transformado no “Museu Tuol Sleng do Crime Genocida” e, quando o visitamos, sentimos que entrávamos numa pequena e rudimentar cópia de um Auschwitz ou de um Dachau.

Aqui foram torturados cerca de 20 mil homens, mulheres e crianças. O número exato de vítimas não é conhecido, porque os guardas tiveram tempo de destruir muita documentação, antes da fuga. Mas deixaram no chão das celas individuais os 14 corpos das suas últimas vítimas, cujas marcas de sangue ainda são visíveis seis anos depois. Foram sepultados no antigo pátio de recreação junto à forca que não servia para execuções, mas funcionava como instrumento de tortura para erguer os prisioneiros pelos punhos algemados atrás das costas e mergulhá-los num poço cheio de água e excrementos.

Nas salas desse museu do horror, estão reconstituídos, em quadros feitos por um antigo prisioneiro, os processos de tortura e morte aplicados pelos carrascos: “submarino” (afogamento em banheira), choques elétricos, asfixia do prisioneiro vertendo água sobre o seu rosto coberto por um saco para impedir a passagem do ar, assassinato de parentes

e
f
l
a
o
t
r
u

m
b
s
e

o
t
e
s
e
n

S
s



Carlos Pinto Santos

Carlos Pinto Santos



No Museu Tuol Sleng (foto à esq.) vítimas fotografadas pelos guardas do campo de extermínio: fotos do ministro da Informação algemado antes de ser executado, de três ministros mortos e de funcionários adolescentes do "campo de segurança". Na foto à direita, crânios amontoados nas 129 fossas comuns descobertas em Choueng Ek

diante do prisioneiro em interrogatório, picadas de insetos venenosos em feridas, além de arrancarem os seios das mulheres com alicates incandescentes e esmagarem os bebês contra troncos de árvore na presença das mães.

Ao darem entrada em Tuol Sleng os prisioneiros eram fotografados. Hoje, as fotos de crianças, velhos, mães com recém-nascidos ao colo, dos três ministros de Pol Pot que também aqui foram executados (junto às fotos dos ministros khmers vermelhos acorrentados na prisão, está outra em que estes posam sorridentes ao lado de Pol Pot, Ieng Sary e Khieu Samphan numa zona de guerrilha, em 1973) estão em parede contíguas, com os rostos de expressão dura dos adolescentes de ambos os sexos que formavam os "Grupos Quentes", como

se autodenominavam os torturadores mais cruéis de Pol Pot. Dureza de expressão que não esconde o semblante imberbe dos rapazes e a delicadeza de traços das faces das jovens. Um painel de 48 fotos de carrascos quase crianças.

Uma pergunta sem resposta

Em 1981, a captura de um guarda de Tuol Sleng levou à descoberta, a 15 km a sudeste de Phnom Penh, junto da aldeia de Choueng Ek, do local onde a maioria dos prisioneiros do Centro de Segurança S-21 foi assassinada e enterrada.

Foram abertas 89 das 129 valas comuns detectadas. Cada uma dessas fossas, em forma de um quadrado de cinco metros de lado e uma profundi-

O PPRK realiza seu 5º Congresso

O Partido Popular Revolucionário do Campuchea realizou, em outubro passado, seu 5º Congresso, que, segundo especialistas em assuntos do sudeste asiático, inaugurou uma nova etapa na marcha gradual do país para o socialismo.

As ruas de Phnom Penh viveram quatro dias de festa, enfeitadas com a bandeira nacional e propaganda do Congresso. Na sala do Teatro Tonle Bassac, delegados de todo o país (num total de 250, entre os quais 25 mulheres) analisaram a evolução política, econômica e social do Cam-

puchea desde 7 de janeiro de 1979, quando o PPRK assumiu o poder, e foram adotadas decisões que marcaram o futuro da nação.

O informe político apresentado pelo secretário-geral do partido, Heng Samrin — reeleito para o cargo — faz uma avaliação da derrota militar do Khmer Vermelho e seus aliados na chamada "estação da seca" de 1984/85, e destaca a cooperação dos países socialistas na reconstrução do país. O documento foi aprovado por unanimidade e define as prioridades para prosseguir criando as bases econômicas e sociais necessárias ao caminho gradual do Campuchea para o socialismo.

Entre as tarefas principais do primeiro plano quinquenal (1986-99) é realçada a necessidade de aumentar a produção, incrementar as exportações e reorganizar o sistema de direção e de gestão da economia.



Pol Pot em estilo de "grande timoneiro"

dade de dez, tinha cerca de 90 cadáveres.

Todas as ossadas desenterradas foram mais tarde colocadas num palanque montado no meio das valas comuns e dispostas em camadas sobrepostas. O número de crânios, conforme indica um cartaz junto aos esqueletos, é de 8.985. A maioria dos crânios têm rachaduras na zona das têmporas ou na nuca, provocadas pelos golpes de cacetes de bambu com os quais os prisioneiros eram assassinados à

beira das fossas que eles próprios eram obrigados a cavar.

Por cima do palanque, monumento macabro do horror, está colocada uma faixa com a inscrição: "O povo do Campuchea nunca esquecerá os crimes de Pol Pot-Ieng Sary-Khieu Samphan".

"É preciso que não seja apenas o povo do Campuchea a jamais esquecer" diz Nakry, após traduzir a frase.

Antiga comissária de bordo da *Air Cambodja*, a guia de Tuol Sleng que acompanhou o repórter a Choueng Ek, passou três anos em trabalhos forçados nas "cooperativas populares". Obrigada a casar, segundo as normas do partido de Pol Pot, o Angkar, com um camponês desaparecido pouco depois, teve 35 parentes mortos durante o regime Khmer Vermelho.

Quando pergunto como sobreviveu, fixa-me por um instante e diz que não sabe. "Tive sorte", acrescenta com um sorriso triste e longo.

Mais tarde, no regresso de Choueng Ek, Nacry corta o silêncio que se instalou no carro e indaga sobre o que pretendia Pol Pot. É a terceira vez que me perguntam sobre os motivos daquela loucura.

Mas a resposta a essa interrogação, que não se esvanece no Campuchea, só pode ser a confissão da nossa perplexa ignorância. ●

Nas bancas

Semanário do País

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral (Cr\$ 40.000); trimestral (Cr\$ 20.000).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

Humor

DR. KISSINGER - MUITA
GENTE TEME O
PERIGO DA GUERRA
NA AMÉRICA CENTRAL



POR ISSO É TÃO
IMPORTANTE QUE
O CONGRESSO
APROVE OS
MILHÕES EM
AJUDA QUE
PROPUSEMOS



O SENHOR ACREDITA
QUE ESSES MILHÕES
AJUDARÃO A EVITAR
A GUERRA NA
REGIÃO?



NÃO - AJUDARÃO A GANHÁ-LA



WASSERMAN

Angola, terra da liberdade.



Saída de Luanda:

- sábados às 15 h

Saída do Rio de Janeiro:

- domingos às 10 h

Telefone (RIO): 262-8110



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

A LIBERTAÇÃO
E A PROSPERIDADE
DAS NAÇÕES EMERGENTES
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO

O LAR DAS
CÓRIES



Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos Colônia de Férias | CEP - 85 - Apoio: Banerj

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

APOIANDO A UNIÃO
FRATERNAL DOS POVOS